

...ssos irmãos postados no outro lado do rio da *democracia*. Ao  
...ariamente, aos que foram marginalizados pelo ceticismo e pela in  
...pelidos a tão prolongada e implacável dieta de *informações*  
...dos cidadãos, sua reiteração aflige os corifeus dos poderosos d  
...ítica. Saibam que a persistência dos abusos terá como resposta a  
...ição humana e socorre as demais liberdades ameaçadas, feridas ou  
...que faculta falar em *Brasília*, não podendo ser escutado n  
...o povo. O drama dos censores é que se fazem mais furiosos quant  
...mentira, *Partido* eliminar os acontecimentos, d  
...destruída. *Movimento* incensuráveis. Informação, q  
...ncionados do *Democrático* popularidade. O  
...dade dos *Brasileiro* órgãos desce  
...s técnicos, o *Brasileiro* a sabe  
...o: liberdade *Brasileiro* de sua Ma  
...arca, em qualquer reino sempre há algo de podre. Rematada insân  
...a ou tolera. Eis por que o poder absoluto, erigido em infalível pe  
...ção há, em sua inteireza, Oposição, muito menos Partido de Oposi  
...e ou desaparecerá, o Movimento Democrático Brasile  
...a da miséria, da doença, do analfabetismo, do  
...nsubstituível de sua procura, o pré-requisito  
...do desenvolvimento, aquela que olha



*“A nação quer mudar,  
a nação deve mudar,  
a nação vai mudar.”*

*Ulysses Guimarães*



**50 ANOS**

PMDB. O PARTIDO QUE MUDA O BRASIL





# O Partido que Muda o Brasil

Moreira Franco – Presidente Nacional da Fundação Ulysses Guimarães



Escrever a história do PMDB é repassar a história recente do Brasil. Desde o golpe de 1964, com a extinção dos partidos políticos da época e a fundação do MDB, os fatos que mudaram a trajetória do país registram o protagonismo desta legenda. As mudanças ocorridas, todas elas, sejam no campo político como nos planos econômico e social, têm tido a participação do PMDB.

Depois de minha militância no movimento estudantil e na Ação Popular no início dos anos 1970, iniciei minha experiência no MDB, em Niterói, no antigo Estado do Rio de Janeiro. Fui presidente da Juventude emedebista no Estado e, em 1974, me elegi o deputado federal mais votado. Os cargos eletivos e políticos que exerci foram pelo MDB ou PMDB: deputado federal, prefeito de Niterói e governador do Rio. Em todos eles pude exercitar os valores que absorvi de líderes da envergadura de Amaral Peixoto, minha principal influência na vida

pública e quem me introduziu na convivência com Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Thales Ramalho, Martins Rodrigues, Pacheco Chaves, entre outros velhos dirigentes do PSD. Foram eles que transmitiram ao DNA do MDB os valores da democracia, tolerância, coragem política e espírito público, marcas hoje expressas por Michel Temer.

Não há em nossa história outra opção que não seja o aperfeiçoamento da democracia. Este partido nunca abandonou suas convicções, nunca deixou de ter o sentido da urgência. Sabemos a hora de assumir as rédeas porque o momento do risco de retrocesso é o mesmo tempo da oportunidade de avanço. Quem descortina o caminho são os brasileiros, reunidos em maioria, nunca as paixões, que não toleram a opinião alheia. Quando o Brasil quer, o PMDB costura sua unidade e se apresenta para arquitetar as mudanças necessárias.

Neste aniversário de 50 anos, a crise econômica nos traz novamente ao centro dos acontecimentos. Depois de vivermos um longo período de crescimento econômico, em que o país registrou a maior taxa de inclusão social do planeta, com a retirada de 40 milhões de brasileiros da pobreza, velhos inimigos de nosso povo estão de volta: inflação, carestia, desequilíbrio orçamentário, recessão e instabilidade política. O Real perde força

e milhares de brasileiros estão retornando, dolorosa e cruelmente, à condição social de que se tinham emancipado. São conquistas do povo brasileiro que contaram com o apoio, a força e os votos do PMDB.

Nossos compromissos com as mudanças não podem parar com a idade! Ao contrário, devemos rejuvenescê-los, pois grandes desafios nos esperam: voltar a crescer e construir uma sociedade formada majoritariamente por uma classe média forte, base de sustentação do país. Queremos um Estado que seja eficiente e devolva em serviços públicos de qualidade os impostos que nosso povo paga. Um Brasil de oportunidades iguais para todos. Este é o projeto peemedebista.

A crise revela a urgência de mudar e avançar. A lógica do “nós contra eles”, as paixões e a intolerância não nos levarão a lugar algum e são um convite ao retrocesso. Esta é a hora da pacificação do país, da negociação política em nome, exclusivamente, dos interesses dos brasileiros. É a hora do PMDB, o maior partido do Brasil. Origem de todos nós, é ainda o instrumento de mudança da maioria. Merece parabéns pelo que já realizou, mas, sobretudo, pela vitalidade que demonstra ter para liderar transformações nos próximos 50 anos.

# Há 50 anos, um Servo Fiel da Democracia

Michel Temer – Presidente Nacional do PMDB



O regime militar determinou ao MDB espaço de ação que acreditava limitar a capacidade do novo partido de incomodar os novos senhores do país: o Congresso Nacional. A função do partido era tão somente legitimar a ditadura. Era intenção explícita evitar que, em qualquer hipótese, a oposição chegasse ao poder Executivo, Palácio do Planalto, governos estaduais ou mesmo grandes cidades, classificadas então como áreas de segurança nacional. A democracia era só uma fachada do país nas relações internacionais, para inglês ver.

Ao circunscreverem o MDB à área limitada do Congresso, achavam que estariam enjaulando e controlando os setores insatisfeitos da sociedade e seus representantes. Não foi bem assim que os fatos se deram na dura realidade dos anos de chumbo. Com essa estratégia, acabaram por imprimir à legenda uma das características mais fortes e marcantes desde seu nascimento: a vocação parlamentar. Esse traço aguçou nos integrantes do partido o gosto pelo debate, a disposição ao contraditório, a abertura às críticas, a compreensão do papel da imprensa, o embasado argumento para discutir com os mais ferrenhos adversários, a busca pelo entendimento, a vocação para a construção de pontes quando o momento exige. O MDB forjou sua retórica dentro do mais aberto de todos os poderes, aquele que é mais

próximo do povo, o espaço da representação política mais direta: o Parlamento. E isso fez entranhar no MDB/PMDB os valores democráticos mais puros e fundamentais. O partido abraçou as teses libertárias e a busca das garantias plenas para todos os brasileiros como único caminho para construir um país verdadeiro, forte e vigoroso, mesmo quando planejar um país assim era uma miragem distante no horizonte.

Esse credo levou, naturalmente, o PMDB a caminhar facilmente no Parlamento, a ter grande desenvoltura nas ruas e nas praças. Fazia palanques de caixas de madeira, carros de som e arcadas de janelas. E levava o povo a vislumbrar a esperança de dias melhores. Nestes 50 anos de vida, o partido sempre usou a força da palavra para denunciar os desmandos, apontar os abusos, dar sugestões para aprimoramento, formular projetos. Há 50 anos, um Servo Fiel da Democracia apresentar

ideias, indicar a correção de rumos e defender os interesses reais do povo brasileiro. Foi no Congresso Nacional e nas ruas que o PMDB construiu as melhores páginas de sua história.

Com esse DNA, conduziu o país à redemocratização sem derramar uma gota de sangue – exemplo raro de engenharia política que preservou a integridade do país, unindo a todos, reunificando a nação institucionalmente na Constituição de 1988.

O PMDB é, indubitavelmente, o fiel da balança política do país. É o ponto de equilíbrio que leva à reflexão, que convida ao diálogo. Esta é a marca do partido, nem sempre entendida.

O PMDB está em sintonia com as ruas, seus anseios, desejos e sonhos. Essa função é da política, representar os eleitores e transformar em realidade as aspirações coletivas. É por isso que está há 50 anos na luta. E ainda temos muitas batalhas pela frente. Neste meio século, muito foi feito, mas a obra está longe de seu final. E talvez nunca termine. O ser humano sempre cria novas expectativas, novos problemas cobrando novas soluções. A política é atividade de atender sempre a essas novas demandas, incessantemente. É essa a nossa missão. Não há, portanto, outro refrão possível: Vamos ao trabalho!

Mais 50 anos nos aguardam!

**CREADORES FICAM  
EM OS SUBSIDIOS**

**FOLHA DE S. PAULO**  
*Um jornal a serviço do Brasil*



ANO 37 - Cota de Venda, 70 por cento de 1965 - N.º 12.292

**NOVO ATO VALIDO  
ATÉ MARÇO DE 67**

**NOVO ATO DÁ PLENOS PODERES AO GOVERNO**

**Partidos extintos,  
garantias suspensas  
e eleição indireta**

**CASTELO ANUNCIOU  
ÀS 11 O NOVO ATO**

Na tarde de ontem, anunciada pela Rádio Nacional, e nos estádios que têm presépio em Brasília, pelo ministro da Guerra, Major Antônio Baptista, e presidente do Conselho de Guerra Castelo Branco, o novo Ato Institucional n.º 2.

Após o anúncio, o presidente fez o seguinte discurso:

"Como eu, neste momento, é preciso lembrar a legislação, como qualquer legislação é feita, não há dúvida e consideramos que temos a possibilidade de manter o governo, que tem a força necessária para garantir a ordem e o progresso do Brasil. O Ato Institucional que estou apresentando, por isso mesmo, é necessário. Ele estabelece a situação da atual situação. Ele tem a finalidade de estabelecer a situação da atual situação. Ele tem a finalidade de estabelecer a situação da atual situação."

Intencionalidade de dar ao poder Executivo, mediante o que a Constituição é alterada, para fazer voltar ao plenitude, em caso de guerra, a legislação sobre a situação política.

"A legislação que a Constituição de 1964, em seu artigo 146, permite, que tenha poder para, em caso de guerra, suspender a Constituição, e que se tenha disposto de cargo de poder, que se tenha disposto de cargo de poder, que se tenha disposto de cargo de poder."

A legislação está viva e não retrocede. Sua finalidade é estabelecer a situação da atual situação."



São estes os pontos principais do Ato Institucional n.º 2 que tem 33 artigos:

- 1 — Reforma do Poder Legislativo;
- 2 — Reforma do Poder Judiciário;
- 3 — Julgamento de civis pela Justiça Militar;
- 4 — Eleições indiretas para a Presidência da República, em data a ser marcada pelo marechal Castelo Branco, que é inologível;
- 5 — Gratuidade do exercício da vice-presidência (os atuais vice-presidentes poderão perceber somente importância equivalente à metade dos vencimentos de deputado estadual, até o fim do mandato);
- 6 — O exercício do mandato de deputado estadual com vencimentos nunca maiores que 2/3 dos destinados aos deputados federais;



# História do PMDB

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

24-3-66  
26-4-66  
21.11.66  
19 66

Numero 18  
CLASSOS VII

2000 28  
01-14A-05-01  
T.3

- REGISTRO DE PARTIDO -

Procedência: DISTRITO FEDERAL (Brasília)

Relator: Sr. Ministro Godoy Silva Amalio Benjamin

Assunto: Pedido de registro do Movimento Democrático Brasileiro (M.D.B.).

Interposto: Res. 7833 de 24-3-66.  
Res. 7840 de 26-4-66.  
AUTUAÇÃO

Aos quinze dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis, nesta Secretaria AUTUO as peças que aleguem e, para constar, lavro este termo, que subscrevo e assino.

Procedo n. 352/66 -  
Livro n. 11

CÂMARA DOS DEPUTADOS

103  
M

VIEIRA DE MELLO  
GEMATO AZEVEDO  
JOSÉ MARTINS RODRIGUES  
ULYSSES GUILMARÃES  
JOSÉ CARLOS TRIZZEIRA  
PAES DE ABRCADE  
HENRIQUE LIMA SARTOGS  
BASTA JONES  
ABRANJO NOVA  
DIRCEU CARDOSO  
OTALMA PASSOS  
ANTÔNIO AMBROSINI  
HUMBERTO LUCENA  
ANGILANO DARIO  
CARLOS MURILLO  
REGIS PACHECO  
MARIO FIVE  
LINO BRAUN  
ARIO THEODORO  
JORGE SAID CURI (Suplente)  
MILTON REIS

Acima, ofício redigido e assinado por vários parlamentares, requerendo ao Superior Tribunal Eleitoral a criação do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. À direita, o primeiro presidente do partido, Oscar Passos e o líder José Martins Rodrigues.



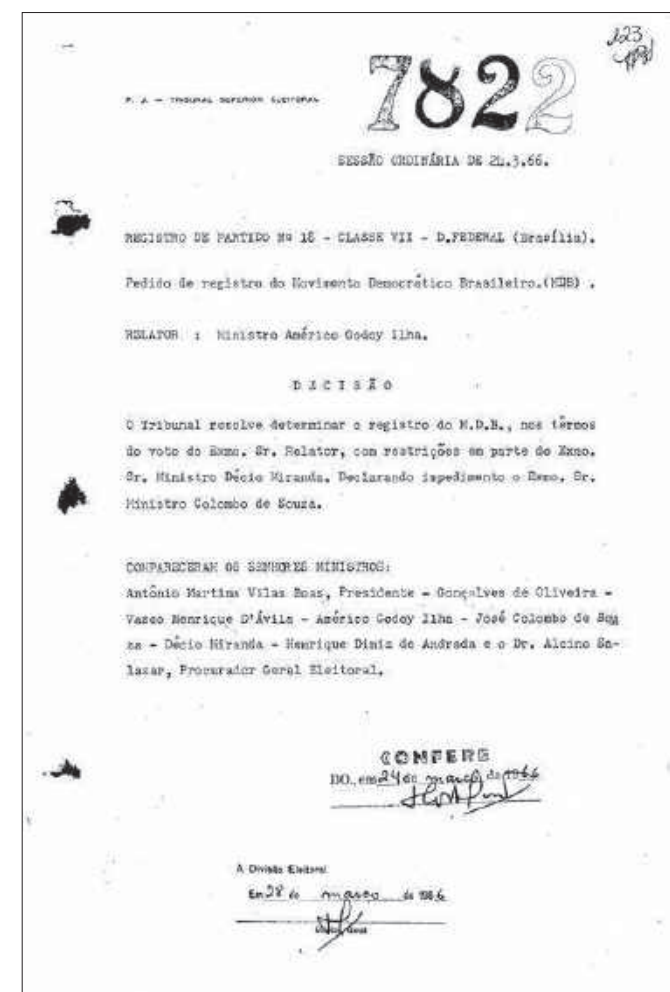
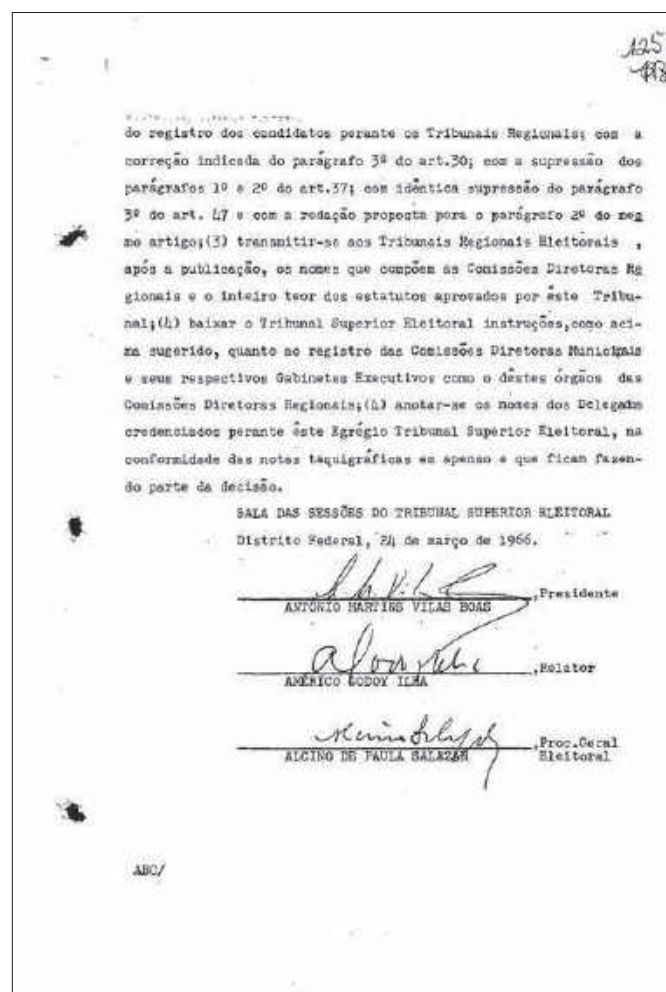
1966 - Nasce o MDB

# História do PMDB

O PMDB é o único partido político com 50 anos de existência contínua na História do Brasil. Trajetória de participação decisiva nos rumos do país, essencial nos momentos cruciais de transformação social ou econômica, fundamental para entender, explicar e traduzir o atual país de mais de 200 milhões de brasileiros em 2016. Sem esse movimento que impulsionou a democracia desde a segunda metade dos anos de 1960, não haveria um reencontro com os valores expressos no capítulo dos direitos e garantias individuais na Carta Magna de 1988, nem se chegaria às conquistas sociais que o povo alcançou

nos últimos anos. Desde o nascimento, o PMDB demonstrou rara resistência para um ente político. Resistiu a governos ditatoriais, divisões internas, tentativas de esvaziamento, crescimento artificial extremo, novas divisões, gestação de si, de outros partidos, novas reuniões, alianças, rompimentos, conflitos internos e externos, debates intensos pacíficos ou rupturas agressivas. Assegurou a governabilidade do país e votos que propiciaram o desenvolvimento econômico e social ao povo. É o único partido encontrado em todo território nacional, dos menores municípios às maiores cidades da federação brasileira. Sempre

decisivo, sempre essencial. O PMDB foi autor central da certidão de nascimento de um novo Estado brasileiro, libertário e democrático na proclamação da Constituição feita por Ulysses Guimarães, do alto da tribuna da Câmara dos Deputados em 5 de outubro de 1988. A atual democracia brasileira é, sem dúvida, resultante de movimentos do MDB/PMDB. Isso só se explica porque o MDB tem desde o nascimento a fibra democrática que entrelaça todos os seus filiados às instâncias decisórias e permite formalmente o contraditório. É democrático, de fato e por direito.



Ata da sessão de instalação do Movimento Democrático Brasileiro e parte de uma Comissão Brasileira Nacional e respectivo Gabinete Executivo.

Por todos os dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às vinte horas, no recinto da Câmara dos Deputados, reuniram-se, em sessão pública, a Comissão Brasileira Nacional do Movimento Democrático Brasileiro e seu Gabinete Executivo, presentes a totalidade dos membros do M.D.B. e a maioria dos deputados. Com as falas e encaminhamentos feitos de parte representando todos os setores sociais, mas com evidente predominância de estudantes e trabalhadores, o presidente do Gabinete Executivo Nacional, senador Oscar Passos, declarou aberta a sessão, disse das suas esperanças e mandou proceder à chamada dos membros do Gabinete e Comissão Nacional, o que foi feito pelo secretário-geral, deputado Martins Rodrigues. Em seguida, o mesmo presidente declarou em nome do Gabinete Executivo e da Comissão Brasileira Nacional, sob a presidência do senhor Oscar Passos, a abertura da sessão, e procedeu à leitura do expediente, que consistiu de ordem da União Nacional dos Estudantes, cooperando-se com a direção nacional do M.D.B. e hincabando apoio

à organização, por a maioria nos espaços dos seus partidários pela redemocratização do País; o físico da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, no mesmo sentido; o físico da Pontifícia Academia de Biologia, da mesma Universidade, também de apoio e solidariedade; o físico do Diretório Acadêmico dos Cursos de Engenharia da mencionada Universidade, igualmente de compatilização e solidariedade. Proferiram vibrantes discursos, sempre interrompidos por aplausos dos presentes, o presidente Oscar Passos, os deputados Francisco Monteiro, Osvaldo Lima Filho e Vieira de Melo e o senador Josephat Marinho, tudo o que foi a sessão encerrada. E novamente executado e entoadado o Hino Nacional, sempre sob ovação da assistência, que assim traduzia as esperanças que o povo brasileiro deposita na organização partidária. E, para constar, eu, Maria Benedita Ramos Madeira, de ordem do secretário-geral, lavrei a presente ata, que é por ele assinada, com o presidente e senador Oscar Passos.

José Martins Rodrigues

Ata da reunião da Comissão Brasileira Nacional do Movimento Democrático Brasileiro.

Por todos os dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dez horas, no recinto do Senado Federal, sob a presidência do senhor Ulysses Guimarães, vice-presidente do Gabinete Executivo Nacional, na sessão ocasional, por motivo justificado, do presidente, senador Oscar Passos, foi aberta a sessão da Comissão Brasileira Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, sob a presidência do senhor Ulysses Guimarães, e procedeu-se à chamada dos membros do Gabinete Executivo Nacional, o que foi feito pelo secretário-geral, deputado Oliveira Pinto, e senhores Walter Batista, Ulysses Guimarães, Pedroso Chaves, Ulysses Guimarães, José Carlos Teixeira, Antônio de Oliveira, Renato Leal, Alvaro Moreira, José Benedito, Mário Cavalli, Odemir Leite, Agostinho de Oliveira, Amílcar Theodoro, Rivaldo, Antônio Alves, Afonso Pacheco, Antonio Santos, Miguel Macedo, Humberto Lucena, Fausto Nunes, Tancredi Neves, Jânio Amora, Osvaldo Passos, Antônio Baby, Ricardo de Silveira, Paulo de Andrade, Gilson Pinheiro, Haroldo Duarte, Flávio Pereira, Roberto Salgueiro, Henrique Lima, Benjamin Fausto, Paulo Silveira, Adalberto, Maria Maria, Paulo Galvão, José Francisco.



Documento histórico: ata manuscrita da primeira sessão, a da instalação, do MDB. O marechal Castello Branco, primeiro presidente do período militar, faz discurso sobre o AI-1. Na página da esquerda, a resolução nº 7.822, do TSE, que autoriza a criação do MDB, em 24 de março de 1966.

# Antecedentes

O Movimento Democrático Brasileiro surgiu sob o autoritarismo do golpe militar de 1964. Nascimento permitido pelos generais, desejosos de legitimar a ditadura com a maquiagem de um bipartidarismo controlável e manipulável, numa imitação do sistema norte-americano de democratas *versus* republicanos. Os emedebistas assentiram de forma positiva, indicando a princípio comportamento inofensivo. Mantiveram oculto, nos primeiros momentos, o objetivo verdadeiro da legenda, que, em pouco tempo, ficou evidente: destruir a ditadura fardada e restaurar a plena democracia no Brasil.

Os militares haviam suspendido a eleição para presidente da República prevista para 1965, o mandato de senador do favorito Juscelino Kubitschek fora cassado, o mesmo destino de outras lideranças classificadas de ameaçadoras ou perigosas segundo a cartilha do novo regime. As eleições diretas para governador foram mantidas, com expurgos pontuais. Permitiram que participassem da disputa Negrão de Lima (RJ), então ligado ao PSP de Adhemar de Barros, e Israel Pinheiro (MG), pessedista próximo a JK. Dois oposicionistas moderados, mas que, ao vencerem, provocaram sobressaltos nos novos ditadores. Os votos populares ameaçavam os planos da caserna. Os coturnos então expediram o AI-2, instituindo no País o bipartidarismo e tornaram as eleições indiretas nos onze estados restantes. O então presidente Humberto de Alencar Castello Branco garantiu a posse dos eleitos em Minas e no Rio, mas esse ato começou a retirar-lhe o apoio junto a seus pares. Generais linha dura começaram a elevar suas vozes contra a moderação, contra o retorno à democracia.

Wilson Naghazani, Paulo Mazzoni, Arnaldo Lafayette, João Humberto de Aguiar, Álvaro Bello, Clemente Loupato, Waldemar de Almeida Aguiar, Antônio Amêbi, Wilson Martins, Alopes de Castro, Brito Neves, Coney de Oliveira, José Brandão, Haroldo Cavallho, João Alves de Cavallho, Penille Allegretti, Teófilo Andrade, Z. Tavares, Ary Pitombo, Bernardo Bello, José Maria de Sá, Líria de Avelar, Pedro Lúcio, José Euzébio de Moraes, Joséphat Marinho, Antônio Brazolin, Bezerra Neto, Dias Lourenço, Maurício Furlan, César Amêbi, Pedro Lourenço, Sebastião Archer, Adalberto Lima, Ruy Carneiro, Chagas Machado, João Piva, André de Lima Filho, Joséphat Borges, Mateus Schmidt, Ewald Pinto, Renato Archer, Nereida Filho, Ruy Lima, João da Silva, Aluísio de Sá, Renato Azeredo, Silvestre Pinheiro, Pedro Ludovico, Djalma Ramos, Pedro Catalão, Paulo Pedreira, Janday Carneiro, João Fernando, Fuminal Faço, Augusto de Figueira, João Bruno, Leônidas Machado, Altino Machado, Wilson Uchida, José Rêgo, Fernando Lima e Oivaldo Lima Filho. Foi em seguida anunciada a posse em dias 20 a proposta de deliberação dos itens h, i, g, u e v do artigo 170, assim do pelo senhor Zair de Sá, Aluísio de Castro e Clemente Loupato. Colocada em votação a proposta de deliberação, salvo a matéria destacada, foi a mesma aprovada por unanimidade, deliberação assim a Comissão Diretora delibera ao fabrico Executivo Nacional as atribuições constantes dos itens g, e, l, m, o, p, z e x do artigo 170. Depois de se votado o pedido relativo aos itens h, u, g, u e v do artigo 170, foi a mesma aprovada em seguida, a proposta de Comissão Diretora Nacional de Justiça Eleitoral, no sentido de inclusão entre os seus membros dos senhores Israel Pinheiro, Israel Pinheiro, Walter Tiquelli, Fernando José Amador e Henrique de Almeida Ramos, feita em seguida no artigo garantida a posse dos Estados, foi a matéria posta em discussão e, como nenhum participante da Comissão Di-

o seu relatório para os vinte e duas horas, na sala da Comissão de Orçamento, no edifício do Senado dos Deputados. Reunidos em sessão e anunciado o processo de deliberação da proposta de deliberação, discutiram o assunto os senhores Ed. Loupato, Oivaldo Lima Filho, Clemente Loupato, Líria de Avelar, Fernando Lima, Bernardo Bello e André de Lima Filho. Entendida a discussão, foi aprovada a seguinte deliberação dos itens h, i, g, u e v do artigo 170, assim do pelo senhor Zair de Sá, Aluísio de Castro e Clemente Loupato. Colocada em votação a proposta de deliberação, salvo a matéria destacada, foi a mesma aprovada por unanimidade, deliberação assim a Comissão Diretora delibera ao fabrico Executivo Nacional as atribuições constantes dos itens g, e, l, m, o, p, z e x do artigo 170. Depois de se votado o pedido relativo aos itens h, u, g, u e v do artigo 170, foi a mesma aprovada em seguida, a proposta de Comissão Diretora Nacional de Justiça Eleitoral, no sentido de inclusão entre os seus membros dos senhores Israel Pinheiro, Israel Pinheiro, Walter Tiquelli, Fernando José Amador e Henrique de Almeida Ramos, feita em seguida no artigo garantida a posse dos Estados, foi a matéria posta em discussão e, como nenhum participante da Comissão Di-



retorna posse uso da palavra para discutí-la, foi a mesma posta em votação, sendo aprovada por unanimidade de votos. Falaram ainda, tratando assunto fútil, relativo à situação do M.D.B. no Bahia, os senhores Clemente Loupato, Aluísio de Castro e Henrique Lima Filho, sendo em seguida encerrada a sessão, da qual se trata Bernardo Ramos Machado, especial-legendário e auxiliar da Secretaria Geral, tendo esta ata, que vai assinada pelo presidente, senador de Caxias, e pelo secretário-geral em exercício, deputado Oliveira Brito, digo, que vai assinada pelo presidente, digo, pelo vice-presidente Ulisses Guimarães, no exercício da presidência, e pelo secretário-geral em exercício, deputado Oliveira Brito.

Walter Tiquelli  
(Assinatura)



Acima, o presidente Oscar Passos e o líder Pedroso Horta. Na página da esquerda, o ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, cassado pelos militares.

## Nasce o MDB

No final de 1965 se iniciaram encontros com objetivo de criar novo partido. Participavam dessas reuniões um grupo de políticos de oposição. Na formação da nova legenda, vieram parlamentares dos extintos PTB (36 deputados), PSD (37 deputados) UDN (13) e oito do PDC. A maioria dos udenistas (60) foi para a Arena. Ex-ministro de Getúlio Vargas, Tancredo Neves sugeriu o nome do partido de Movimento Democrático Brasileiro. O deputado federal Ulysses Guimarães preferia o termo ação. Tancredo e Ulysses disputaram por duas décadas, como enxadristas políticos, quem influenciaria os rumos da legenda. Tancredo ganhou.

A fundação oficial do MDB se deu em 24 de março de 1966, com o registro provisório concedido pela resolução nº 7.822 da Justiça Eleitoral. Em 30 de março, o partido escolheu como presidente o senador acreano Oscar Passos e para secretário-geral o deputado José Martins Rodrigues, sob os discursos dos deputados Franco Montoro, Osvaldo Lima Filho, Vieira de Melo e do senador Josaphat Marinho. O papel destinado pelos militares à oposição se resumia ao de opositor inofensivo ao poder. No roteiro escrito pelos fuzis, o MDB jamais chegaria ao poder.

O MDB tinha outros planos. “Falamos pelos que se manifestam, mas não podem dizer

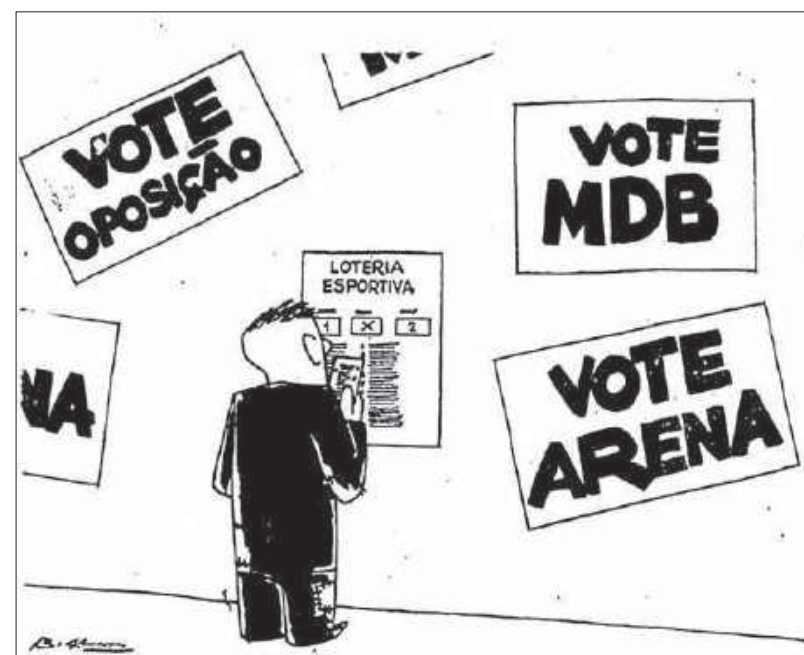
tudo. Falamos pelos que dizem tudo, mas não conseguem romper as barreiras das restrições ostensivas ou das censuras disfarçadas. Falamos pelos que se calam, marginalizados num silêncio que é mais de quem julga do que de quem teme”, anunciou o partido em seu primeiro manifesto, dias após a fundação. O partido defendia que os dirigentes nacionais, em qualquer instância, só fossem escolhidos por votação direta.

Como a Arena era o braço auxiliar de um regime que prometia longos anos no poder, alterando as regras do jogo a nível nacional e local, não foi fácil para o MDB conseguir a adesão, mesmo que momentânea, de 120 deputados e 20

senadores necessários para registrar a legenda. O próprio presidente Castello Branco convenceu alguns senadores a se integrarem ao MDB para possibilitar o seu registro. O novo sistema precisava dessa composição numérica e de um partido de oposição para não caracterizar a ditadura de partido único. As representações do MDB nas assembleias legislativas dos Estados sofriam pressões do Poder Central disseminado nas administrações estaduais. Com uma economia centralizada no Estado e regras eleitorais mutantes (sempre ao gosto do Palácio do Planalto), quem dominava o poder político era a Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido de sustentação ao governo militar.

Apesar da maquiagem, o regime de exceção não perdia a oportunidade de mostrar sua face bruta. Cassações ocorriam a todo momento. Após Castello Branco, os radicais escolheram para a Presidência o general Arthur da Costa e Silva. Parlamentares do MDB que se recusaram a votar foram cassados. Então presidente da Câmara, Adauto Lúcio Cardoso (Arena) não aceita a decisão. O Congresso acaba fechado. Em protesto, Adauto acabou renunciando ao cargo.

A linha dura continuou promovendo expurgos, mas as ruas ainda resistiam. Canções de protesto embalavam os eventos musicais. Hinos à liberdade e à ação exortavam os jovens. Os estudantes protestavam em coro. O povo ia à rua para reclamar das vítimas do regime, como na passeata dos Cem Mil, contra a morte do estudante Edson Luis de Lima Souto. Os jornais ainda publicavam críticas e ataques. A insatisfação com a repressão era cada vez maior. Conflitos e confrontos acentuam-se por todas grandes cidades do país.





Os governadores Negrão de Lima (página da esquerda), do antigo estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro; acima, Valfredo Gurgel, do Rio Grande do Norte; Ivo Silveira, de Santa Catarina e Israel Pinheiro (embaixo), de Minas Gerais, foram eleitos para o período 1966 – 1971, pelo PSD.



## Nasce o MDB

O MDB começou a nascer em junho de 1964, quando o general Costa e Silva, ministro da Guerra, exigiu do presidente da República, marechal Castello Branco, a cassação do mandato de senador e a suspensão dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek, logo exilado em Portugal. Em 1965 estavam marcadas para 13 de outubro eleições para governador de alguns estados, como Guanabara, Minas Gerais e Mato Grosso, da oposição. Retornando antes do pleito, JK seria acusado pelos militares de influir no resultado, depois de tripudiar sobre a derrota. Assim, escolheu a pior data possível: saiu de Lisboa na noite do dia 13 e desembarcou no Rio na manhã do dia 14.

Duas comitivas o aguardavam no Galeão e nas Capitais dos principais Estados o seu partido, o PSD, maior do Brasil, saudando-o da pista até Ipanema como o futuro Presidente da República a ser eleito um ano depois, em 1966; e um grupo muitíssimo menor de coronéis e de majores que o aguardavam na escada do avião, entregaram-lhe convocações para que naquela tarde mesmo comparecesse ao quartel da Polícia do Exército, à rua Barão de Mesquita, para responder a Inquéritos Policiais Militares sobre pertencer ao Partido Comunista Brasileiro e uma infinidade de outros considerados subversivos e de esquerda. Foi, acompanhado de gripos de amigos, além do advogado Sobral Pinto dos deputados Tancredo Neves, Amaral Peixoto, Renato Azeredo e mais



### *Entoava-se o Réquiem do MDB iniciava-se o Te Deum do PMDB.*

a torcida do Flamengo. Só ele poderia entrar. Posto num banquinho, sem espaldar, respondeu as perguntas mais idiotas sobre suas convicções marxistas. Permaneceu horas, num interrogatório de quinze dias, com intervalo para ir dormir em casa. Até que seu coração não aguentou.

Submetido a uma junta médica militar, graças à influência do governador Magalhães Pinto junto ao presidente Castello Branco, viajou para Nova York. Nascia o MDB.

## O Funeral

O que fizeram com Juscelino Kubitschek haviam feito com o Brasil, três meses antes e farão com o PSD no final do ano seguinte. Obrigado a exilar-se em Lisboa, Paris e Nova York, JK deixara de ser outra vez candidato à Presidência da República, mas não faltavam bicões com voto e sem voto: o grupo de Castello Branco sussurrava que de abril de 1964 a janeiro de 1966 era pouco para recuperar o país. Por trás dele, o grupo de Costa e Silva não queria pensar em eleição, a não ser que o candidato único fosse o próprio ministro, chefe incontestado da “linha dura”, líder daqueles que desejavam a ditadura sem prazo. E mais mil generais, brigadeiros e almirantes. Do outro os que perderiam para Juscelino: Magalhães Pinto, Ademar de Barros, Carlos Lacerda e outros, ainda que ninguém do PSD, o maior partido nacional. João Goulart, presidente deposto e vice de JK e de Jango estava no exílio, de onde só retornaria morto.

Sucederam-se tentativas de golpes e contragolpes, o PSD apoiava o governo militar, mas os generais arrancavam cada vez mais pedaços da Constituição e da Democracia, a ponto de cassarem deputados aos montes, afastarem governadores e chegarem à conclusão de dever mudar a Constituição.

O Congresso não aceitaria violência tão cruel e o PSD não aceitou. Era o que os altos comandos e o quartéis aguardavam. Em outubro invadiram a Câmara com tropa armada, sob o comando do coronel Meira Mattos, sob o pretexto de estar



aceita a cassação de mais cinco deputados, colocaram todo mundo para fora e editaram o Ato Institucional número dois, pois o número um deveria ter sido único. Entre as pérolas da exceção, eleições indiretas para Presidente da República depois de governador e prefeito de capital e mil casuísmos, ou seja, mudanças nas regras do jogo toda vez que ele ia recomeçar e sempre que sentiam que iriam perdê-lo. Jamais houve tanta tristeza no partido, exceção, é claro, já aos setores comprometidos em bandearse ostensivamente por sabujismo, medo, vantagens e até convicções. Entoava-se o Réquiem do MDB e se iniciava o Te Deum do PMDB.

## Princípios

São duas faces da mesma moeda, separadas por um “M”. Melhor dizendo unidas, pois não há município, estado ou região onde não se encontre a legenda majoritária nacional, tanto faz se foi PSD, MDB ou PMDB. Dois golpes militares não bastaram para afastá-lo do cenário político. Nascido no berço embalado por Getúlio Vargas, quando o país rompia o cipoal da ditadura, serviu para demonstrar a necessidade de paz, tranquilidade e desenvolvimento.

Nos momentos mais agudos, foi, tem sido e certamente continuará sendo a instância de conciliação entre forças políticas em choque. Quando ainda se chamava PSD, apoiou seu primeiro candidato presidencial, o general Eurico Dutra, indicado por Getúlio Vargas, em 1945.

Apesar de haver lançado oficialmente o deputado Cristiano Machado, de Minas Gerais, viu a quase totalidade de suas bases votar no ex-ministro da Guerra de Getúlio, a verdadeira liderança nacional. Cinco anos depois, lançou-se Getúlio, aliás também fundador do PSD, junto com o PTB. Vitória arrasadora. Desde o início de seu governo, uniram-se os grupos mais reacionários contra sua política de reformas sociais, organizadas para derrubá-lo. Não pretendendo ser humilhados pela segunda vez, suicidou-se com um tiro no peito, em 1954, evitando o golpe. Nas eleições de

### *Entre as pérolas da exceção, eleições indiretas para presidente da República.*

1955 venceu seu candidato póstumo, Juscelino Kubitschek, do PSD. Os golpistas tentaram mais uma vez impedir a ascensão das forças sociais ao poder, negando-lhe a posse. Coube ao ministro da Guerra, general Henrique Lott, obstar novamente a quebra das regras do jogo, empossando JK, que governou de 1956 a 1960.

Sobrevém o inusitado: Lott, candidato do PSD, perde para o golpista Jânio Quadros, assumindo em janeiro de 1960 e renunciando em agosto de 1961. Assume o vice João Goulart, parceiro de Juscelino, que retoma à política das reformas mas é expulso pelos militares em 1964. Dois anos depois, sentindo que não impediriam a volta das mudanças sociais, os donos do poder dissolvem o MDB. Nada adiantou. Logo surgiu o PMDB, com Ulysses, Tancredo, Juscelino e os demais...



O deputado Márcio Moreira Alves sobe à tribuna da Câmara e faz discurso exortando os brasileiros a boicotarem a parada militar do 7 de Setembro. O presidente Costa e Silva considerou uma afronta ao governo e pediu a cassação do parlamentar. A Comissão de Justiça da Câmara negou o pedido do marechal.

E, em consequência, foi editado o violento AI-5.

Na página da direita, o líder do MDB, Oscar Pedroso Horta, ao lado de Ulysses Guimarães, e do jovem líder Mário Covas, ouve o discurso de Nelson Carneiro na CCJ da Câmara.





# AI-5

Em setembro de 1968, da tribuna da Câmara, o deputado emedebista Márcio Moreira Alves ataca o regime militar, que classifica de “democratura”; propõe protesto de namoradas e esposas de militares e boicote às comemorações do Dia da Independência. Discurso que passa quase despercebido do grosso da sociedade. Mas que foi usado pelos militares para exigir processo contra o deputado. O Congresso resiste e nega o pedido. O governo ditatorial decreta o Ato Institucional - número 5. Com esse instrumento arbitrário, o presidente acumulou poderes para governar sem o Congresso, editando decretos com força de lei; cassando mandatos; intervindo em estados e municípios; estabelecendo censura aos meios de comunicação, teatro, cinema e música. Determinava medidas de segurança através da liberdade vigiada, limitação do direito de ir e vir, obrigação de domicílio aos suspeitos segundo avaliação dos regimes. O presidente da República ficou autorizado a aposentar, transferir, remover ou pôr em disponibilidade qualquer funcionário público, ou transferir para a reserva de militares. Ainda estipulava o confisco de bens de funcionários suspeitos de enriquecimento ilícito. O *habeas corpus* foi suspenso e nem um ato praticado com base no AI-5 poderia ser contestado na Justiça.

Expurgos, cassações de parlamentares, demissões de funcionários públicos, a prisão sem provas ou processo, a tortura, o sumiço de brasileiros se tornam armas do submundo do regime. Com o AI-5 perdem o mandato nomes com o líder do PMDB na Câmara Mário Covas, Gabriel Passos, Edgard da Matta Machado, Mário Piva, Oscar Cunha, Roberto Cardoso Alves, Zaire Nunes Pereira, Aloísio Alves, Bernardo Cabral, Mário Gurgel, Paulo Campos, Waldir de Mello Simões entre tantos outros. De uma só vez, o MDB perdeu

seu secretário-geral, Martins Rodrigues, o líder Mário Covas e outros 21 deputados.

O país se divide. A censura prevalece no noticiário, onde poemas de Camões e receitas culinárias intencionalmente equivocadas eram publicadas em substituição aos fatos barrados pelos censores. Pouco depois, Costa e Silva sofre uma trombose cerebral e tem de ser afastado. Os militares negam posse ao vice-presidente, o civil Pedro Aleixo. Uma junta militar passa a comandar o país sem respaldo legal, mas com a força das armas. Um general, um brigadeiro e um almirante assumiram a transição até nova eleição. Ganharam a alcunha de “os três patetas”.

Na eleição indireta do general Emílio Garrastazu Médici, o mais duro do regime militar, o partido se dividiu em quatro. Alguns apostavam nos bons propósitos expressos por Médici antes da eleição. No MDB haviam os “duros”, que simplesmente não queriam comparecer ao Colégio Eleitoral em protesto aberto; os “moles”, desejosos de comparecer e votar em Médici, como voto de confiança; e dois grupos apelidados de “pastosos”. Os integrantes do primeiro grupo queriam votar em candidato próprio. Seria um protesto, mas legitimaria o Colégio Eleitoral. O segundo grupo pregava o comparecimento sem votar em ninguém. Foi majoritário.

Entre os que procuravam evitar o confronto mais duro, duas figuras se destacaram de forma definitiva: Ulysses Guimarães e Franco Montoro. Ambos avaliavam que o conflito iria acentuar a tendência da linha dura e inviabilizar a ação política contra o regime. Defendiam a tática de dar um passo atrás para avançar depois.

Ulysses pregava o restabelecimento das prerrogativas do Congresso, as eleições diretas, inclusive para presidente. Ele pedia atenção ao aceno de liberalização do Presidente Médici e cooperação para que seu desejo de redemocratização se realizasse. Já Montoro



dizia que oposição que se fazia era a mesma de sempre, mas que tinha que se pautar pelo realismo político. “A experiência demonstra que, toda vez que a oposição quis queimar etapas, tanto antes como depois de 1964, ela nada conseguiu e as consequências sempre representaram um retrocesso político”, avaliou Montoro. Entre os duros destacava-se o deputado Caruso da Rocha que considerava impossível o partido renunciar ou mesmo adiar bandeiras de seu programa como a anistia, o *habeas corpus*, a justiça civil para os civis e as eleições diretas. Bandeiras que permearam todo o caminho do partido.

As nuvens negras sobre o Congresso Nacional eram o prenúncio dos tempos sombrios do AI-5, que chegou na noite de 13 de dezembro de 1968, à esquerda.

Ao lado, Márcio Moreira Alves deixa o edifício da Câmara acompanhado dos colegas Martins Rodrigues e João Herculino.

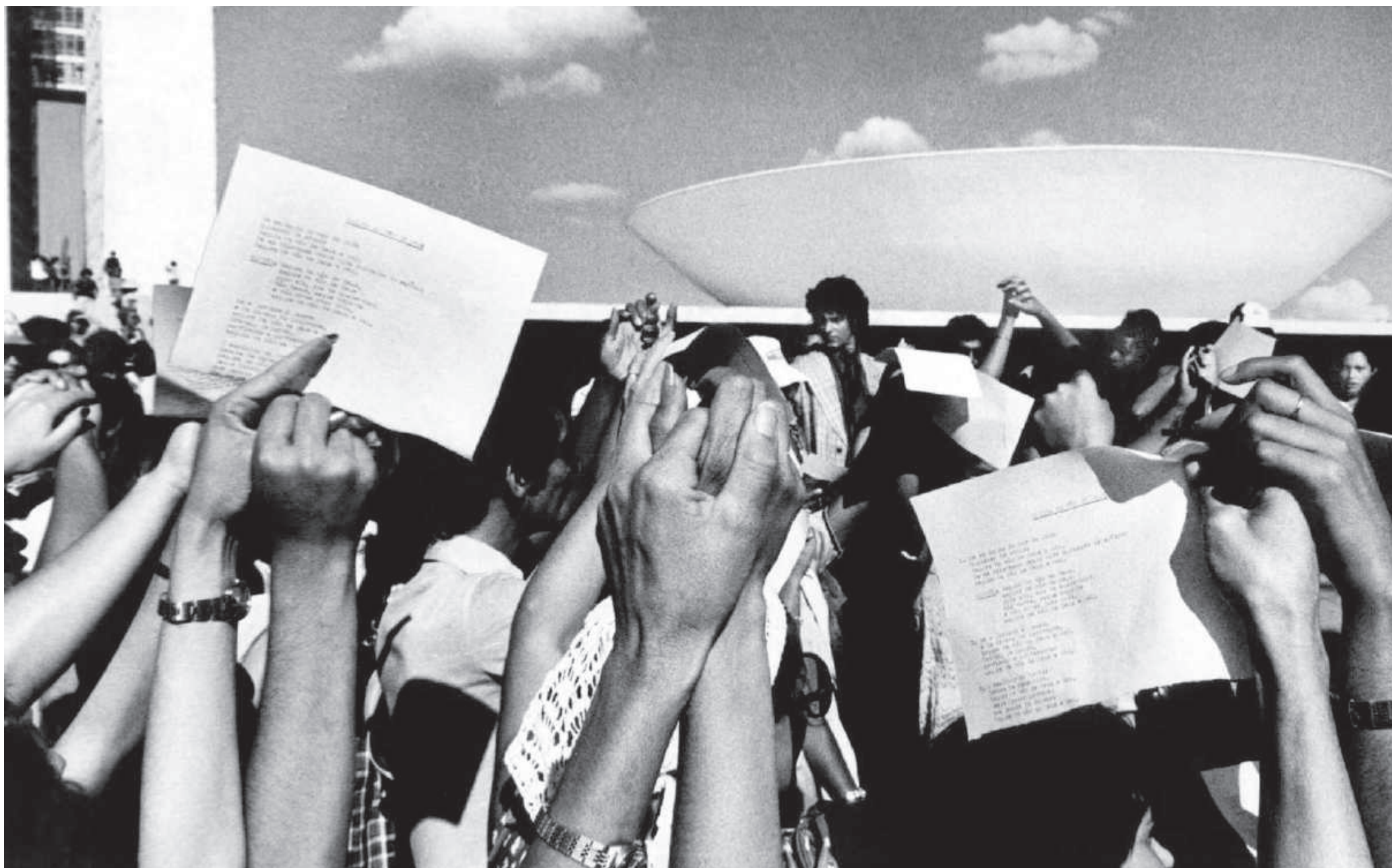
Embaixo, com o fechamento do Parlamento, os parlamentares são obrigados a abandonar o Congresso.





O presidente Costa e Silva em cerimônia no QG do Exército. O Grupo Autêntico, do MDB, reunia os mais agueridos defensores da democracia e de oposição ao governo dos militares. Entre eles, os deputados Paes de Andrade, Fernando Lyra, Getúlio Dias, Freitas Nobre e Alceu Collares. À direita, populares manifestam em frente ao Congresso contra marechal Costa e Silva.





## A Oposição na Trincheira

O MDB começou sem espaço de governo em quase todas as instâncias de poder. Com as eleições transformadas em indiretas após 1966, o partido só conseguiu eleger seu primeiro governador em 1970: Chagas Freitas, no Rio de Janeiro. Chagas acabou no MDB por falta de espaço na Arena, tomada pelos aliados de Carlos Lacerda. Não era opositorista por convicção, mas por conveniência.

Em 1971, realizou-se em Pernambuco Encontro Nacional do MDB. Os emedebistas se reuniram para discutir até mesmo a dissolução do partido, ato de extrema rebeldia proposto pelos que desejavam expor a inviabilidade de existência de um partido que sofria perseguições, cassações e não podia ambicionar o poder. Tudo mudou durante os debates. Produziram a Carta de Recife com duas propostas unificadoras da ação

partidária: Constituinte e Anistia.

A Constituinte era a forma de banir os atos institucionais e retornar à normalidade democrática, num país que assistia a brutalidade e a violência assumirem o espaço da política, seja pela ação dos militares, seja pela reação de grupos guerrilheiros de oposição. Foi também no Recife de Marcos Freire, Fernando Lyra e do então deputado

estadual Jarbas Vasconcellos que surgiu a idéia da Constituinte para dar projeção popular ao partido.

Com essa estratégia, a década de 1970 marcaria o grande salto do MDB. Além da linha mais combativa que abria espaço para lideranças populares, outros fatores contribuíram de forma significativa para o crescimento do MDB: a primeira crise do petróleo provocou abalo no milagre econômico e o esfacelamento da luta armada, que refluíu diante da repressão e do fracasso das várias iniciativas radicais. O MDB assumiu definitivamente o papel de escoadouro das insatisfações em todos os níveis. Torna-se uma frente oposicionista, legítima e consolidada com objetivo claro: demolir a ditadura.

O grande líder desse momento foi Ulysses Guimarães, que assumiu a Presidência do MDB em fevereiro de 1971, depois de ter exercido o cargo com a licença de Oscar Passos, que não se reelegera na Câmara, o líder do partido era Oscar Pedrosa Horta e, no Senado, Nelson Carneiro. Os três eram da ala moderada. A legenda havia minguido dos 140 deputados da fundação para apenas 87, e sete senadores. Perdeu número, ganhou consistência.

O grupo Autêntico do MDB era a plataforma incendiária da resistência, e foi formado inicialmente por parlamentares eleitos em 1970: Alencar Furtado (PR), Álvaro Lins (CE), Amaury Muller (RS), Eloy Lenzi (RS), Fernando Cunha (GO), Fernando Lyra (PE), Francisco Amaral (SP), Francisco Pinto (BA), Freitas Diniz (MA), Freitas Nobre (SP), Getúlio Dias (RS), Jaison Barreto (SC), Jerônimo Santana (RO), JG de Araújo Jorge (GB), João Borges (BA), Lisâneas Maciel (RJ), Marcondes Gadelha (PB), Marcos Freire (PE), Nadyr Rossetti (RS), Paes de

Andrade (CE), Severo Eulálio (PI), Santilli Sobrinho (SP) e Walter Silva (RJ). Foram integrantes desse grupo cobraram da tribuna a apresentação do deputado Rubens Paiva, preso e desaparecido durante a ditadura e ele nunca mais foi encontrado.

Esse grupo apoiou Ulysses como anticandidato na passagem do governo Garrastazu Médici para Ernesto Geisel. A chapa da anticandidatura foi articulação dos moderados, tendo como expoentes os senadores Amaral Peixoto, Tancredo Neves e Nelson Carneiro. O deputado paulista formou chapa com um vice representante da sociedade civil, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho. Ulysses percorreu o país com a pregação das ideias democráticas. Enfrentou fortes resistências. Ganhou espaço na mídia interna e obteve grande repercussão no exterior, o que mais desagradou aos militares.

Na convenção do MDB em 22 de setembro de 1973, Ulysses abriu o véu da política brasileira ao mundo, num discurso paradigmático para a democracia brasileira:

*“O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira. Na situação, o anunciado como candidato, em verdade, é o Presidente, não aguarda a eleição e sim a posse. Na Oposição, também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido.*

*A 15 de janeiro próximo, com o apelido de “eleição”, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual Senadores, deputados federais e estaduais da agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade. O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões quanto à homologação cega*





*e inevitável, imperativo da identificação do voto ostensivo e da fatalidade da perda do mandato parlamentar, obra farisaica de pretensão Colégio Eleitoral, em que a independência foi desalojada pela fidelidade partidária. A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a Nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual situação sempre será governo, perenidade impossível quando o poder é consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados.*

*Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo habeas corpus e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a Nação pela censura à Imprensa, ao Rádio, à Televisão, ao Teatro e ao Cinema.*

*No que concerne ao primeiro cargo da União e dos Estados, dura e triste tarefa esta de pregar numa “república” que não consulta os cidadãos e numa “democracia” que silenciou a voz das urnas. Eis um tema para o teatro do absurdo de Bertold Brecht, que, em peça fulgurante, escarnece da insânia do arbítrio prepotente ao aconselhar que se o povo perde a confiança do governo, o governo deve dissolver o povo e eleger um outro.*

*Não como campanha, pois equivaleria a tola viagem rumo ao impossível, a peregrinação da Oposição pelo país perseguirá tríplice objetivo:*



Acima, os deputados peemedebistas Jarbas Vasconcelos, João Cunha, Lysâneas Maciel e Fernando Cunha no plenário da Câmara. Nas galerias, populares clamam por democracia. À esquerda, a deputada pernambucana Cristina Tavares Corrêa e o líder Laerte Vieira, de Santa Catarina.

1 - Exercer sem temor e sem provocação sua função institucional de crítica e fiscalização ao governo e ao sistema, clamando pela eliminação dos instrumentos e da legislação discricionários, com prioridade urgente e absoluta a revogação do AI-5 e a reforma da Carta Constitucional em vigor.

2 - Doutrinar com o Programa Partidário, unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conscientizando o povo sobre seu conteúdo político, social, econômico, educacional, nacionalista, desenvolvimentista com liberdade e justiça social, o qual será realidade assim que o Movimento Democrático Brasileiro for governo, pelo sufrágio livre e sem intermediários do povo.

3 - Concitar os eleitores, frustrados pela interdição de a 15 de janeiro de 1974, eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República, para que a 15 de novembro do mesmo ano, elejam senadores, deputados federais e estaduais da oposição, etapa fundamental para atuação e decisões parlamentares que conquistarão a normalidade democrática, inclusive número para propor Emendas e Reforma da Carta Constitucional de

1969 e a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, de cuja ação investigatória e moralizadora a presente legislatura se encontra jejuna e a atual administração imune, pela facciosa intolerância da maioria situacionista.

Hoje, e aqui, serei breve.

Somos todos cruzados da mesma cruzada. Dispensável, assim, pretender convencer o convicto, converter o cristão, pregar a virtude da liberdade a liberais, que pela fé republicana pagam até o preço de riscos e sofrimentos. Serei mais explícito e minudencioso ao longo da jornada, quando falarei também a nossos irmãos postados no outro lado do rio da democracia. Aos que aí se situaram por opção ou conveniência, apostasia política mais rebelde à redenção.

Prioritariamente, aos que foram marginalizados pelo ceticismo e pela indiferença, notadamente os jovens e os trabalhadores, intoxicados por maciça e diuturna propaganda e compelidos a tão prolongada e implacável dieta de informações. Quando a Oposição clama pela reformulação das estruturas político-sociais e pela incolumidade

dos direitos dos cidadãos, sua reiteração aflige os corifeus dos poderosos do dia.

Faltos de razão e argumentos, acoimam-na de fastidiosa repetição. Condenável é repetir o erro e não sua crítica. Saibam que a persistência dos abusos terá como resposta a pertinácia da liberdade de expressão, que é apanágio da condição humana e socorre as demais liberdades ameaçadas, feridas ou banidas.

A oposição reputa inseparáveis o direito de falar e o direito de ser ouvido.

É inócua a prerrogativa que faculta falar em Brasília, não podendo ser escutado no Brasil, porquanto a censura à Imprensa, ao rádio e à Televisão venda os olhos e tapa os ouvidos do povo. O drama dos censores é que se fazem mais furiosos quanto mais acreditam nas verdades que censuram. E seu engano fatal é presumir que a censura, como a mentira, pode exterminar os fatos, eliminar os acontecimentos, decretar o desaparecimento das ocorrências indesejáveis.





Em oposição à chapa dos generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, o MDB lançou anticandidatura do deputado Ulysses Guimarães e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, como seu vice.

À esquerda, no Palácio do Planalto, o general Médici recebe senadores e deputados da Arena, partido de sustentação no governo dos militares no Congresso. Ulysses Guimarães lidera visita a presos políticos, no Rio, em companhia de Nelson Carneiro, Teotônio Vilela e outros parlamentares do MDB.





A verdade poderá ser temporariamente ocultada, nunca destruída. O futuro e a história são incensuráveis.

A informação, que abrange a crítica, é inarredável requisito de acerto para os governos verdadeiramente fortes e bem-intencionados, que buscam o bem público e não a popularidade. Quem, se não ela, poderá dizer ao Chefe de Estado o que realmente se passa, às vezes de suma gravidade, na intimidade dos Ministérios

e dos múltiplos e superpovoados órgãos descentralizados?

Quem, se não ela, investigará e contestará os conselhos ineptos dos Ministros, as falsas prioridades dos técnicos, o planejamento defasado dos assessores? Essa é a sabedoria e o dimensionamento da prática com que o gênio político britânico enriqueceu o direito público: Oposição do Governo de Sua Majestade, ao Governo de sua Majestade.

A burocracia pode ser preguiçosa, descortês, incapaz e até corrupta. Não é exclusivamente na Dinamarca, em qualquer reino sempre há algo de podre. Rematada insânia tornar impublicáveis lacunas, faltas ou crimes, pois contamina de responsabilidade governante que a ordena ou tolera. Eis por que o poder absoluto, erigido em infalível pela censura, corrompe e fracassa absolutamente.

É axiomático, para finalizar, que sem liberdade de



comunicação não há, em sua inteireza, Oposição, muito menos Partido de Oposição.

Como o desenvolvimento é o desafio da atual geração, pois ou o Brasil se desenvolve ou desaparecerá, o Movimento Democrático Brasileiro, em seu Programa, define sua filosofia e seu compromisso com a inadiável ruptura da maldita estrutura da miséria, da doença, do analfabetismo, do atraso tecnológico e político.

A liberdade e a justiça social não são meras consequências do desenvolvimento. Integram a condição insubstituível de sua procura, o pré-requisito de sua formulação, a humanidade de sua destinação. A liberdade e a justiça social conformam a face mais bela, generosa e providencial do desenvolvimento, aquela que olha para os despossuídos, os subassalariados, os desempregados, os ocupados em ínfimo ganhão ocasional e incerto, enfim, para a imensa

maioria dos que precisam para sobreviver, em lugar da escassa minoria dos que têm para esbanjar.

Este o desenvolvimento vivificado pelas liberdades roosevelteanas, inspiradoras da Carta das Nações Unidas, as que se propõem a libertar o homem do medo e da necessidade. É o perfilhado na Encíclica *Populorum Progressio*, isto é, prosperidade do Povo, não do Estado, que lhe é consecutória, cunhando seu protótipo na sentença lapidar: o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não tem esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranha ao homem e a seus problemas. Enfatize-se que desenvolvimento não é silo monumental e desumano, montado para guardar e exibir a mitologia ou o folclore do Produto Interno Bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares. É intolerável mistificar uma Nação a pretexto de desenvolvê-la, rebaixá-la em armazém de riquezas, tendo como clientela privilegiada, senão exclusiva, o governo para custeio de tantas obras faraônicas e o poder econômico, particular ou empresarial, destacadamente o estrangeiro, desnacionalizando a indústria e dragando para o exterior lucros indevidos. É equívoco, fadado à catástrofe, o Estado absorver o homem e a Nação.

A grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado, porque a felicidade do homem é a obra-prima do Estado.

O Estado é o agente político da Nação. Além disso e mais do que isso, a Nação é a língua, a tradição, a família, a religião, os costumes, a memória dos que morreram, a luta dos que vivem, a esperança dos que nascerão.

Liberdade sem ordem e segurança é o caos. Em contraposição, ordem e segurança sem liberdade são a permissividade das penitenciárias. As penitenciárias modernas são minicidades, com trabalho remunerado, restaurante, biblioteca, escola, futebol, cinema, jornais, rádio e televisão. Os infelizes que as povoam têm quase tudo, mas não têm nada, porque não têm a liberdade. Delas fogem, expondo a vida ou aguardam aflitos a hora da libertação.

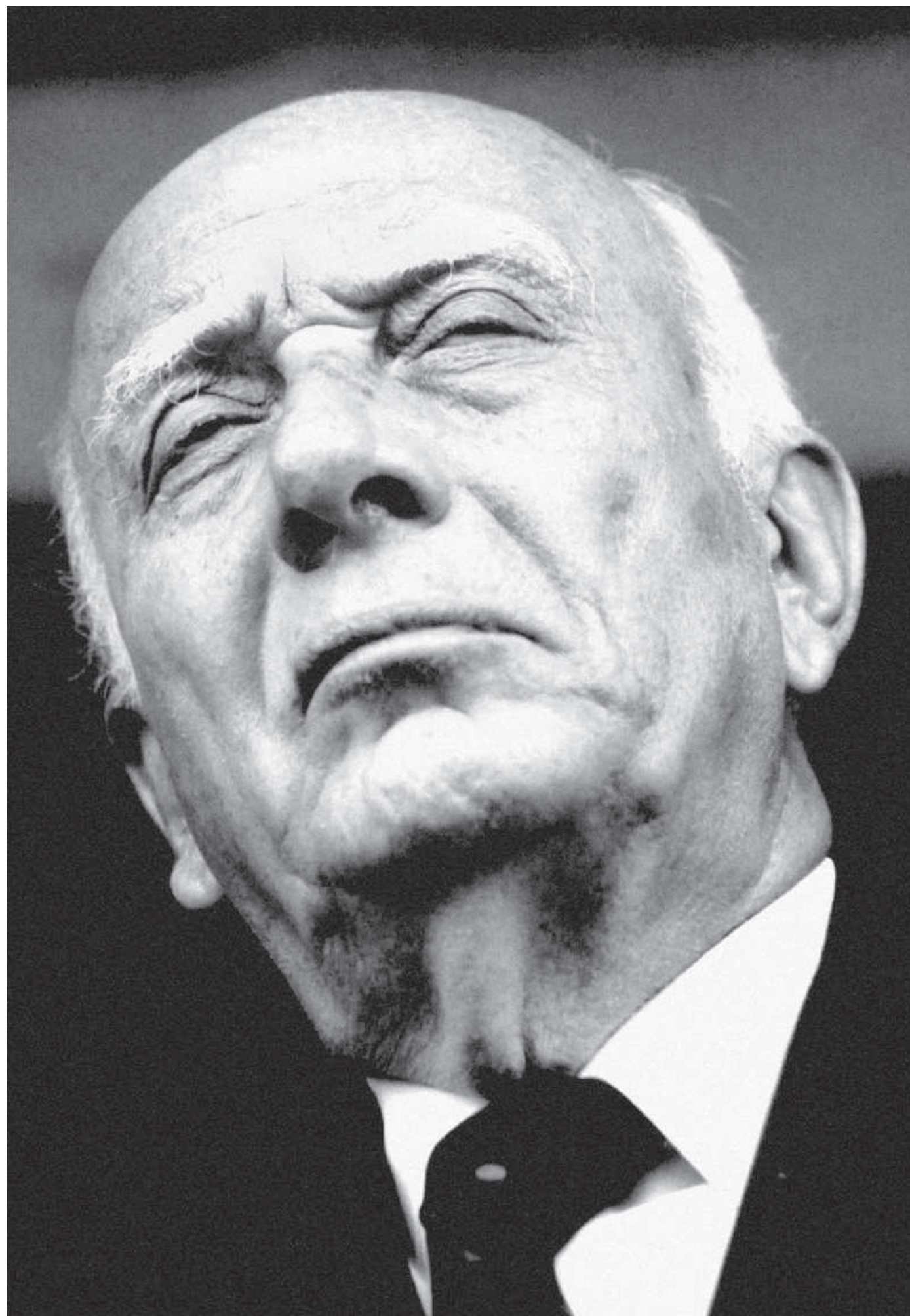


O diálogo de Franco Montoro com Petrônio Portella. Na outra página, a emblemática figura de Ulysses Guimarães.

Do alto desta Convenção, falo ao General Ernesto Geisel, futuro Chefe da Nação. As Forças Armadas têm como patrono Caxias e como exemplo Eurico Gaspar Dutra, cidadãos que glorificaram suas espadas na defesa da lei e na proteção à liberdade. O General Ernesto Geisel a elas pertence, dignificou-as com sua honradez, delas sai para o supremo comando político e militar do Brasil. A história assinalou-lhe talvez a última oportunidade para ser instituído no Brasil, pela evolução, o governo da ordem com liberdade, do desenvolvimento com justiça social, do povo como origem e finalidade do poder e não seu objeto passivo e vítima inerte. Díficil empresa, sem dúvida. Carregada de riscos, talvez. Mas o perigo participa do destino dos verdadeiros soldados.

A estátua dos estadistas não é forjada pelo varejo da rotina ou pela fisiologia do cotidiano. Não é somente para entrar no céu que a porta é estreita, conforme previne o evangelista São Mateus, no Capítulo XXIII, versículo 24. Por igual, é angustiosa a porta do dever e do bem, quando deles depende a redenção de um povo. Esperemos que o Presidente Ernesto Geisel a transponha.

A Oposição dará a próxima administração a mais alta, leal e eficiente das colaborações: a crítica e a fiscalização. Sabe, com humildade, que não é dona da verdade. A verdade não tem proprietário exclusivo e infalível. Porém sabe, também, que está mais vizinha dela e em melhores condições para revelá-la aos transitórios detentores do poder, dela tantas vezes desviados ou iludidos pelos tecnocratas presunçosos, que, amaldiçoam e exorcizam os opositores, pelos serviços de todos os governos, pelos que vitaliciamente apoiam e votam para agradar ao Príncipe.



A oposição oferece ao governo o único caminho que conduz à verdade: a controvérsia, o diálogo, o debate, a independência para dizer “sim” ao bem e a coragem e para dizer “não” ao mal – a democracia em uma palavra.

Senhores Convencionais:

Do fundo do coração digo-lhes que não agradeço a indicação que consagra minha vida pública.

Missão não se pede. Aceita-se, para cumprir, com sacrifício e não proveito.

Como Presidente Nacional do Movimento Democrático Brasileiro agradeço-lhes, aí sim, o destemor e a determinação com que ao sol, aos ventos e desafiando ameaças desfilam pela Pátria o lábaro da liberdade.

Minha memória guardará as palavras amigas aqui proferidas, permitindo-me reportar às da lavra dos grandes líderes Senador Nelson Carneiro e Deputado Aldo Fagundes, parlamentares que têm os nomes perpetuados nos Anais e na admiração do Congresso Nacional.

Significo o reconhecimento do Partido a Barbosa Lima Sobrinho, por ter acudido a seu empenhado apelo. Temporariamente deixou sua biblioteca e apartou-se da imprensa, trincheiras de seu talento e de seu patriotismo, para exercer perante o povo o magistério das franquias públicas, das garantias individuais e do nacionalismo. Sua vida e sua obra podem ser erigidas em doutrina de nossa pregação

Por fim, a imperiosidade do resgate da enorme injustiça que vitimou, sem defesa, tantos brasileiros paladinos do bem público e da causa democrática. Essa Justiça é pacto de honra de nosso partido e seu nome é ANISTIA.

Senhores Convencionais:

A caravela vai partir. As velas estão paridas de sonho, aladas de esperanças. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente. No cais alvoroçado, nossos opositores, como o velho do Restelo de todas as epopeias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do establishment. Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar. Mas no episódio, nossa carta de marear não é de Camões e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado:

“Navegar é preciso.

Viver não é preciso”.

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: Alvissaras, meu Capitão. Terra à vista!

Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade.

A semente foi plantada na convenção. O discurso de Ulysses correu o mundo a denunciar a fraude da democracia brasileira. Apesar do clima de perseguição da época os autênticos não perderam

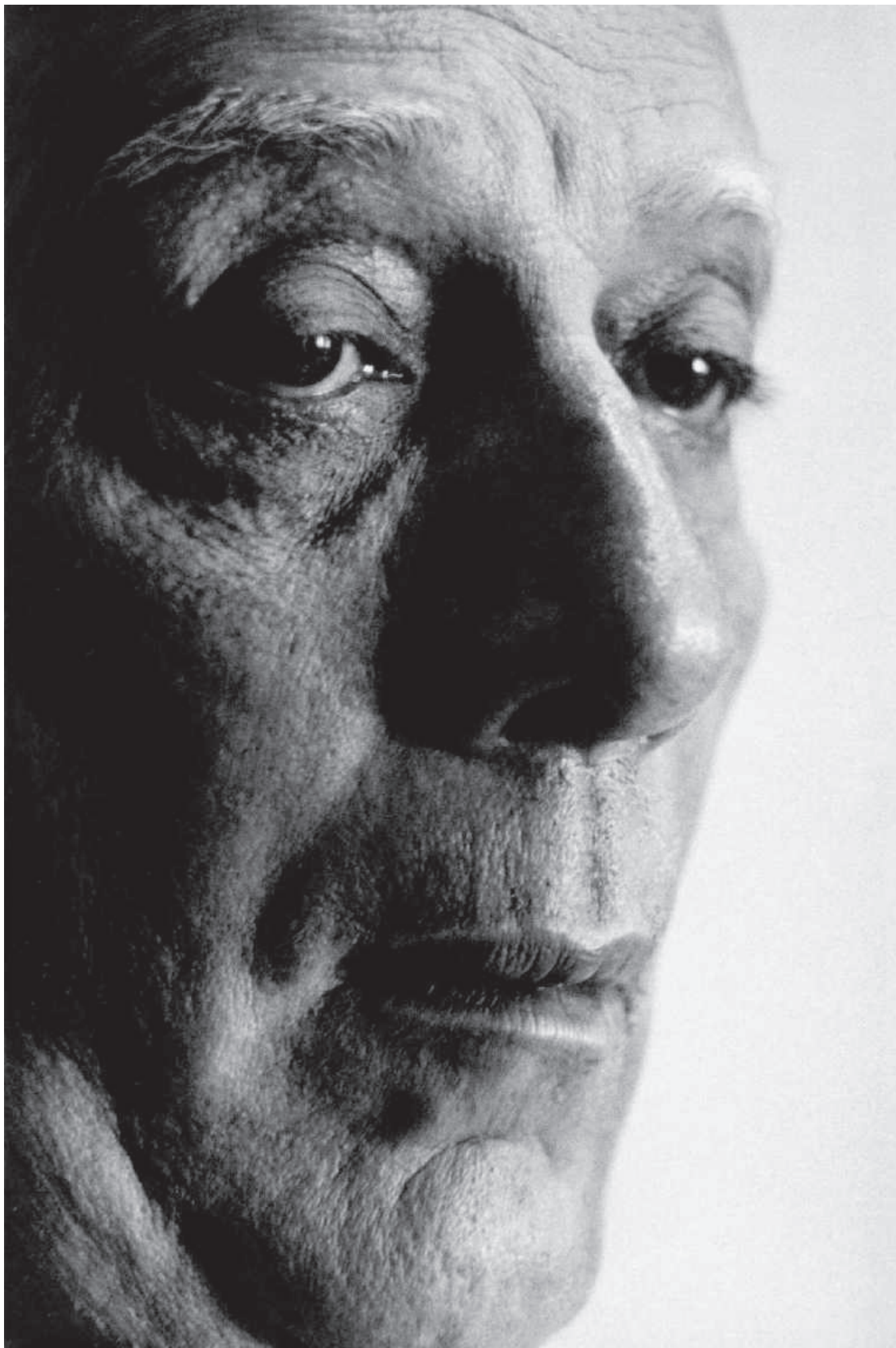
o bom humor. Como o adversário era militar, resolveram montar também a sua hierarquia de quartel. Cada um tinha uma patente: Fernando Lyra era o “cabo Lyra”, Alceu Collares o “sargento”, Alencar Furtado o “coronel”, Marcos Freire o “almirante”, Chico Pinto o “marechal”. Era uma armada brancaleônica caminhado pelo terreno pantanoso da ditadura.

Na campanha, o anticandidato Ulysses Guimarães não foi à cidade do Rio de Janeiro, barrado por Chagas Freitas, único governador do partido. Chagas mandou fechar a sede do MDB a Ulysses. Nenhuma surpresa, pois ele já havia impedido o acesso de candidatos do grupo “oposicionista” do MDB no horário de TV do partido. O senador Amaral Peixoto recebeu Ulysses do outro lado da baía de Guanabara, em Niterói, e ladeando o anticandidato juntamente com Barbosa Lima Sobrinho, e outros tantos emedebistas, fizeram caminhada histórica do prédio da Assembleia Legislativa até as barcas que fazem a travessia para a cidade maravilhosa.

A derrota de janeiro estava escrita nas regras impostas pela ditadura. Com 400 votos, o General Ernesto Geisel foi confirmado. Ulysses obteve 76. Houve abstenção de 21 emedebistas do grupo Autêntico, que não concordava com a legitimação do colégio eleitoral e era contra a presença formal do candidato do MDB no pleito.



Ulysses Guimarães





A eleição de 1974 trouxe grande surpresa para o governo dos militares. O MDB elegeu 16 senadores: Itamar Franco, em Minas Gerais; Marcos Freire, em Pernambuco; Lázaro Barbosa, em Goiás; Gilvan Rocha, em Sergipe; Evandro Carneira, no Amazonas; Agenor Maria, no Rio Grande do Norte; Saturnino Braga, no Rio de Janeiro; Leite Chaves, no Paraná; Mauro Benevides, no Ceará; Dirceu Cardoso, no Espírito Santo. Na página à direita, Adalberto Sena, no Acre; Evelásio Vieira, em Santa Catarina; Orestes Quércia, em São Paulo; Rui Carneiro, na Paraíba; Danton Jobim, na antiga Guanabara e Paulo Brossad, no Rio Grande do Sul.



## Rebelião das Urnas

A divisão do PMDB no colégio eleitoral turvou o resultado positivo para a oposição. E a vitória do MDB não pôde ser percebida de imediato, mas aos poucos o partido estava ganhando o coração e a preferência popular. Após a eleição de Ernesto Geisel, o país rumou para as eleições congressuais de 1974, em novembro. E se organizou para a disputa com uma estratégia sofisticada e profissional. O MDB preparou cartilhas; uniformizou as propostas e a linguagem; usou o rádio e a televisão para transmitir a mensagem liberalizante do partido, com discursos muito mais atraentes do que a Arena. Usou jingles e o slogan que chamava o eleitor para dentro dos problemas políticos de então: “Vote no MDB, você sabe porque”.



O povo rugiu forte contra os militares. O MDB saltou de 6 milhões de votos ao Senado em 1970 para mais de 14 milhões em 1974. Para a Câmara, foram de 4,7 milhões para quase 11 milhões de sufrágios. Das 364 cadeiras em disputa na Câmara, o MDB levou 161. No Senado, o MDB levou 16 cadeiras: Adalberto Sena (AC), Evandro Carreira (AM), Mauro Benevides (CE), Dirceu Cardoso (ES), Lázaro Barbosa (GO), Danton Jobim (Guanabara), Itamar Franco (MG), Rui Caneiro (PB), Leite Chaves (PR), Marcos Freire (PE), Roberto Saturnino Braga (RJ), Agenor Maria (RN), Paulo Brossard (RS), Evilásio Vieira (SC), Orestes Quércia (SP) e Gilvan Rocha (SE). Os 21 governadores foram todos escolhidos pela afinidade com as fardas de plantão no Palácio do Planalto. Os generais lívidos em seus uniformes vislumbraram a força rebelde da democracia.

O MDB saltou de quatro para 16 senadores.

Elegeram 44% dos deputados federais e a maioria de deputados estaduais em seis assembleias legislativas, o que lhe garantia a eleição indireta dos governadores destes estados. A oposição decorativa e consentida saiu de seu papel e começou a incomodar os senhores do poder. Esse impulso trouxe novos ares ao partido. O enfrentamento era cada vez mais evidente. A reação dos militares foi truculenta contra a sociedade.

Nos porões, tortura e assassinato sem justificativa. Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Wladimir Herzog é encontrado morto nas instalações do DOI-Codi, no quartel general do II Exército, em São Paulo, onde se apresentara para prestar esclarecimento a pedido da polícia política. A alegação de suicídio desmonta rapidamente diante das revelações e da fotografia mostrando o ridículo da farsa

montada pelos carrascos: bastava Herzog ficar de pé que estaria acima do nó que sustentava seu enforcamento. Em janeiro de 1976, outra vítima de assassinos políticos: o operário Manuel Fiel Filho. Os fiéis mais exaltados do regime ensandeciam diante do medo de perder controle do país.

Protestos ganham corpo nas cerimônias de despedida das vítimas da tortura. Missas rezadas pelo cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns se tornam atos espirituais contra a ditadura. Setores antes apontados como alinhados ao regime militar, começam a se distanciar. Importantes líderes da igreja católica engrossam o coro das penitências que devem ser impostas aos exageros da ditadura. Deputados do MDB, que haviam denunciado os crimes, são cassados.

O ambiente é de insegurança completa sobre os direitos dos cidadãos e de seus representantes.





Ulysses numa reunião do MDB.

À esquerda, o deputado Chico Pinto é julgado no Supremo. Os cariocas Miro Teixeira e Lysâneas Maciel; Garibaldi Alves e Henrique Alves, do Rio Grande do Norte e Jader Barbalho, do Pará.

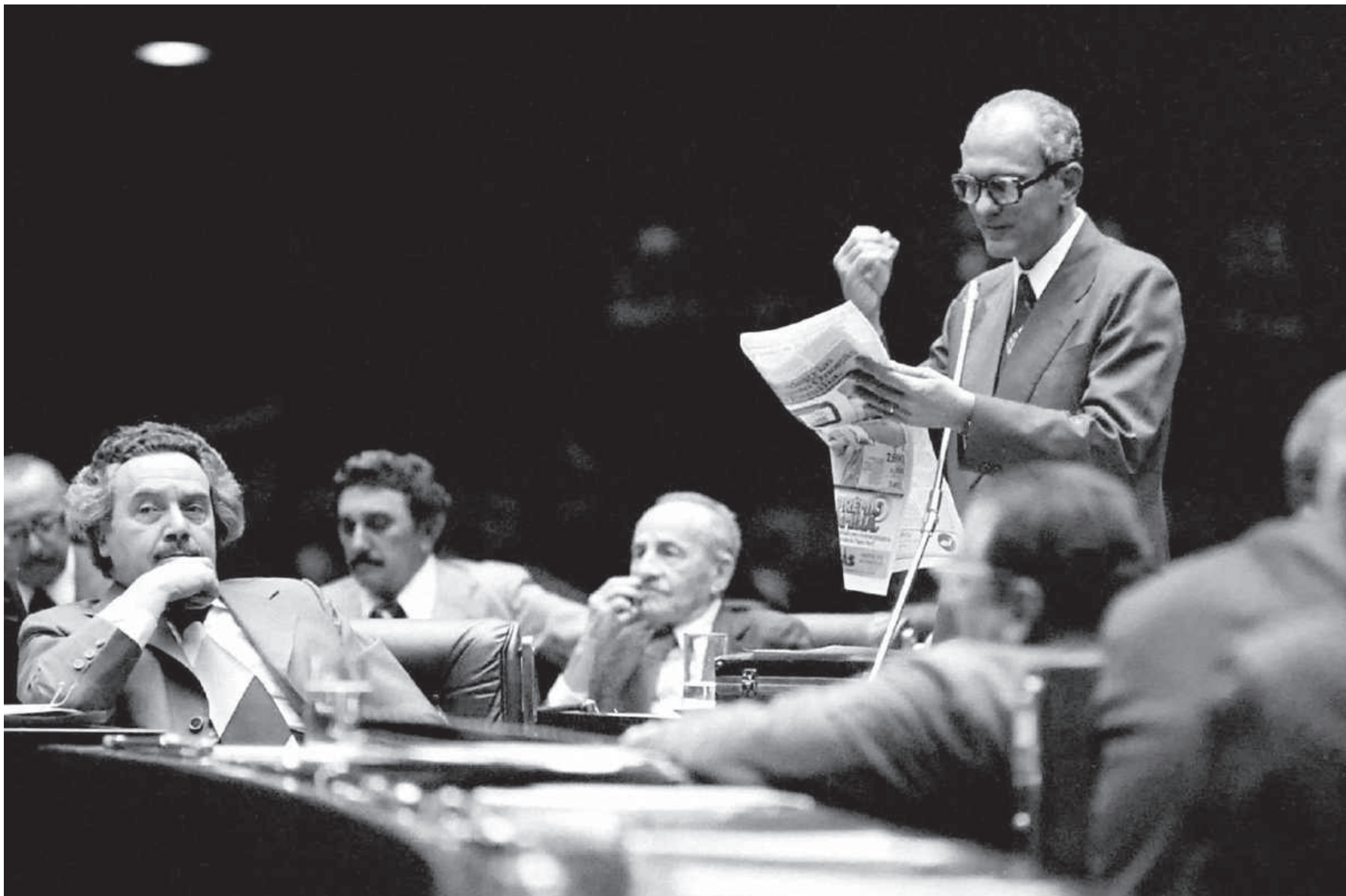
“Sou hoje senador e, como senador, ocupo a tribuna do Senado; pelo que estou dizendo, pelo que disse e até pelo que não disse, amanhã posso não ser mais senador. Mais do que isto, posso estar privado de meus direitos políticos. Mais do que isto, posso estar privado do direito de viver no meu país e ser jogado fora sem que ninguém me pergunte se tenho meios de viver fora dele. Não preciso dizer mais nada para manifestar todo o meu horror, toda a minha repulsa, que não é acidental, que não é circunstancial, mas que é substancial a tudo quanto aí está”, atacou o gaúcho Paulo Brossard.

Ulysses Guimarães comparou o presidente Geisel ao ditador Idi Amim Dada, ditador de Uganda cujos assassinatos foram estimados em quase 300 mil durante seu governo. Geisel colocou o presidente do MDB na alça de mira. O presidente era aconselhado por Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Militar que tentava construir caminho para a abertura democrática e viabilizar a devolução do poder aos civis. Os choques com a oposição e brutalidade do regime fragilizavam a estratégia.

Nas ruas, o ânimo eleitoral contaminou a militância e impulsionou o MDB a buscar caminhos para livrar o país da tirania. O ano de 1976 registrou novo avanço emedebista nas eleições municipais – ainda que as capitais e cidades consideradas áreas de segurança nacional (cidades de médio porte) não tivessem eleições. O eleitorado era cada vez mais urbano, melhor informado, mais independente e crítico. A revolta das urnas prometia trazer, nas eleições de 1978, um presente de grego para os militares. E um sinal claro foi dado com a notícia da morte de Juscelino Kubitschek de Oliveira, um expatriado em seu próprio país, político sem direito a exercer sua

principal vocação, cassado em seus direitos mas pleno de poder junto ao povo. Multidão acorreu às ruas de Brasília, cidade por ele construída e onde os militares haviam proibido o ex-presidente de visitar, para venerar a memória de JK. O país onde a manifestação era proibida e reuniões políticas eram vigiadas assistiu aos candangos e brasileiros tomarem as avenidas da capital federal para se despedirem de um mito que ainda assustava os donos da quartelada de 1964. No Congresso, as bandeiras estavam a meio pau, em sinal de luto. No Palácio do Planalto, o pavilhão nacional tremulava no alto do mastro. Agressivamente negando, mesmo na morte, a dignidade do adeus ao político mineiro.





No plenário do Senado Federal a atuação combativa e permanente dos 16 senadores do MDB eleitos no pleito de 1974, que ficou conhecido como a “rebelião das urnas.”

Acima, Saturnino Braga discursa. Ao lado, Dirceu Cardoso usa o microfone.

Na página da esquerda, o senador Orestes Quércia.

Em 13/4/1977, o presidente Geisel publicou conjunto de leis que modificou por completo o quadro político no Brasil e que ficou conhecido como Pacote de Abril. Entre outras medidas, criou os senadores biônicos, indicados para serem eleitos indiretamente pelo Palácio do Planalto; modificou de 5 para 6 anos a duração do mandato presidencial; manteve a eleição sem participação popular para presidente, governadores e prefeitos das capitais; aumentou a representação parlamentar dos pequenos estados no Legislativo Federal; cassou mandatos políticos e, mais uma vez, fechou o Congresso Nacional. Na página da direita, os deputados Amaury Müller e Alencar Furtado.





# O Pacote de Abril

O regime apodrecia na superfície. No Congresso, o governo Geisel não conseguiu aprovar sua proposta de reforma do judiciário, numa articulação de Ulysses contra opinião de Thales Ramalho e Tancredo Neves, que temiam a reação dos coturnos. O presidente Geisel baixou o Pacote de Abril de 1977, que suspendia o funcionamento do Congresso. Com uma canetada, o general destinou um terço das cadeiras do Senado aos indicados pelo governo, os “senadores biônicos”, além de ampliar seu próprio mandato de cinco para seis anos. As medidas mantinham as eleições indiretas para os governos estaduais. Na propaganda política, os militares deram ao país a Lei Falcão (nome inspirando no ministro da Justiça Armando Falcão), que impedia os discursos e congelavam o processo de debate eleitoral. Geisel confirmava que sua abertura política seria lenta, gradual e segura. Muito mais lenta que o desejo popular.

“As medidas que acabam de ser tomadas tiram do povo brasileiro o direito de escolher seus governadores e de eleger um terço de seus representantes do Senado. Modificando as regras do jogo, retira-se do MDB a possibilidade de chegar ao Poder nos Estados e praticamente a de alcançar a maioria no Senado”, denunciou o senador Franco Montoro.

Dias depois, o líder do MDB na Câmara, Alencar Furtado, subiu à tribuna e propôs: “A nação, como está, não pode prosseguir. Chegou a hora de nos encontrarmos. Este é o instante da legalidade e da libertação. Façamos um esforço comum pela democracia, oferecendo aos adversários



de hoje a solução para o amanhã deste país. Não há quem resista aos apelos de um povo, nem quem desatenda aos clamores uma nação. Basta! Chegou a hora do Encontro Nacional e o MDB oferece o caminho da Constituinte”. Alencar acabou cassado e Ulysses foi alvo de tentativa do processo, que acabou não prosperando apesar do clima hostil contra ele no Palácio, ódio que Geisel carregou até a morte.





Em sua cruzada democrática pelo país, Ulysses Guimarães, acompanhado de Tancredo Neves e outros parlamentares do MDB, enfrenta os cães da PM de Salvador. Ao lado, a passagem da comitiva da oposição pelas ruas na 1ª passeata do MDB de Nitéroí, a caminhada de Ulysses com Amaral Peixoto.

## O Último Voo dos Falcões

O eleitor atônito assistiu o desfilar de retratos de candidatos com apenas um fundo musical. E somente isso era o permitido pela Lei Falcão, que acabou com debates, comícios em locais públicos, proibiu os candidatos de falarem na TV e no rádio. Além da lei, o governo usava da truculência contra o MDB. Em campanha pelo país, o grupo de campanha da legenda chegou a Salvador e teve que enfrentar policiais com cães que tentava impedir a todos de entrar na sede do partido na Praça 2 de Julho. Frente aos fuzis, Ulysses, Tancredo, Roberto Saturnino, Freitas Nobre e outros. A lei proibía concentrações públicas. Ulysses rebateu dizendo que a reunião era em recinto fechado. Diante da arma, disparou: “Respeitem o presidente da oposição”. Ele então empurrou o cano de um fuzil para um lado. Passaram todos pelo pelotão antidemocrático e foram em direção ao local do encontro.

“Tiraram-nos a televisão, tiraram-nos o rádio, tiraram-nos a praça pública e agora tentam nos tirar até os recintos fechados. Mas não conseguirão extirpar o MDB do coração do povo”, bateu Tancredo. Ulysses denunciou a violência da Polícia Militar do governador Roberto

Santos também em termos históricos. “Não temos armas. Sou presidente nacional do MDB e já percorri este país oito vezes, de cidade em cidade, cercado pelas multidões. Não porto arma nenhuma. Não tenho, meus amigos, protetores e guardas. Eu não me assusto mais. Tive em Pernambuco os cachorros e os cavalos do governador Moura Cavalcanti. Luz apagada, pedras na praça quando realizávamos nossas concentrações. Mas, meus amigos, o MDB é como a clara: quanto mais bate, mais cresce. Os cães ladram, mas a caravana passa”. Diante dos gritos de apoio, o deputado continuava a denunciar a prepotência da ditadura. “Meus amigos, foi uma violência. Mas uma violência estúpida, inútil, imbecil. Saibam que baioneta não é voto, cachorro não é urna”.

Com o intenso esforço governamental, a Arena em 1978 manteve a maioria na Câmara com 55% e no Senado com 62%. O MDB perdeu poucos deputados, mas proporcionalmente teve sua força reduzida. Estados menos desenvolvidos, onde a Arena tinha melhor desempenho, tiveram suas bancadas ampliadas na representação da Câmara dos Deputados.

Isso diluiu o poder da oposição. O jogo bruto ainda emanava da caserna para a cena política.

Esses movimentos truculentos conseguiram abrir fissuras na própria base governista, e mesmo nos quartéis, onde o desgaste dos militares já começara a ser notado pela sociedade. Teotônio Vilela, o “menestrel das Alagoas”, deixa a Arena e migra para o MDB, consolidando um distanciamento que já vinha manifestando em votos contra o governo durante o mandato. No MDB, Teotônio visitou presídios de todo país, revelando a realidade dos presos políticos. E começou a dar mais visibilidade à bandeira essencial para reunificar o Brasil, Anistia ampla, geral e irrestrita. Essa bandeira foi desfraldada e ganhou aliados em cada canto do país. Teotônio avançou sem medo de tocar na ferida dos exilados e da tortura.

Depois de dez anos em vigor, foi aposentado em outubro de 1978 o AI-5. O presidente Geisel sinalizava para a oposição e, internamente, para a linha dura, que a disposição era de efetivamente revogar os abusos da ditadura. Mesmo que lentamente a força bruta perdia espaço.

Ulysses Guimarães em veemente discurso no plenário,  
ladeado por emedebistas do Senado e da Câmara.



# O Último General

Se a abertura era lenta, a oposição era persistente. De 1970 a 1974, o MDB havia dobrado sua representação na Câmara: de 87 para 165 deputados. No pleito seguinte cresceu para 189. As eleições tornaram-se plebiscitos, onde o governo dos militares perdia apoio a cada voto depositado na urna. O MDB resolveu tentar um lance mais ousado na sucessão de Geisel: decidiu concorrer com candidatura própria à Presidência

da República, no terreno do adversário, o Colégio Eleitoral, dentro das regras dos generais. Algumas divisões entre os militares já eram patentes. O partido foi buscar no general Euler Bentes o seu candidato, que fazia dobradinha com o senador Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul, jurista respeitado pela oratória e contundência verbal. A intenção óbvia era expor a dissidência entre os militares.



---

Ulysses Guimarães caminha solitário na  
Esplanada dos Ministérios.







Na V Convenção Extraordinária do MDB, o líder do partido na Câmara, deputado Tancredo Neves saudou o general: “O MDB a partir de hoje é uma legião de homens livres sob o seu comando. Aponte o caminho e nós o seguiremos”. O general ficou na retaguarda, não conseguiu indicar caminho algum. Sua candidatura caminhou para a reserva. O general João Baptista Figueiredo, candidato do regime, foi eleito com 355 votos contra 266 de Bentes. Na posse, Figueiredo fez um apelo à conciliação nacional.







No plenário da Câmara, acima, o MDB exerce a oposição: o presidente Ulysses Guimarães e o líder Freitas Nobre com os deputados, Marcondes Gadelha, Márcio Macedo e Paes de Andrade.

Na outra página, Wellington Moreira Franco. O general Figueiredo em seu gabinete no Palácio do Planalto, acompanhado dos também generais, Golbery do Couto e Silva, Octávio Aguiar de Medeiros e Danilo Venturini. E ainda, o ex-presidente Geisel com os 4 estrelas da Marinha, Exército e Aeronáutica, inclusive o ministro Silvío Frota, que pretendia ser presidente da linha dura.

Líder do MDB na Câmara, Tancredo reagiu com simpatia: “O MDB, visceralmente democrático, não pode ser insensível ao apelo do general Figueiredo”, disse o mineiro em resposta ao apelo do novo presidente pela conciliação. Tancredo defendia o caminho moderado e a transição negociada com o regime para o retorno à democracia, sem traumas e sem confronto. Evidentemente provocou reações dos autênticos. “Ninguém mais se ilude com essas promessas feitas por Costa e Silva, Médici, Geisel e agora o general Figueiredo”, rebateu Jarbas Vasconcelos, deputado e um dos líderes da defesa do enfrentamento direto com a caserna.

Tancredo entoava um canto conciliatório que era ouvido no Palácio do Planalto por Golbery do Couto e Silva, o ideólogo do regime desde o governo Geisel. Esse militar, junto com os moderados e setores da Arena, como o senador Petrônio Portella, começam a lançar as bases para passagem suave do poder para mãos civis.





Acima, no plenário do Senado, Teotônio Vilela e Paulo Brossard.

Na página da esquerda, Ulysses Guimarães com Magalhães Pinto e Brossard. E ainda, Ulysses com Jarbas Vasconcelos.





Acima, Michel Temer é escolhido pelo governador Franco Montoro primeiramente Procurador-Geral do Estado de São Paulo em 1983, em seguida renomeado Secretário de Segurança.

Ao lado, os líderes Odacir Klein, do PMDB e Cantídio Sampaio, do PDS.

Na página oposta, Thales Ramalho conversa no plenário da Câmara com seus colegas deputados. E o jovem Renan Calheiros sobe nos palanques em Alagoas.



Oposição unida pela Anistia: da esquerda para a direita, Mário Covas, Orestes Quécia, Doutor Ulysses, Severo Gomes, Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro.

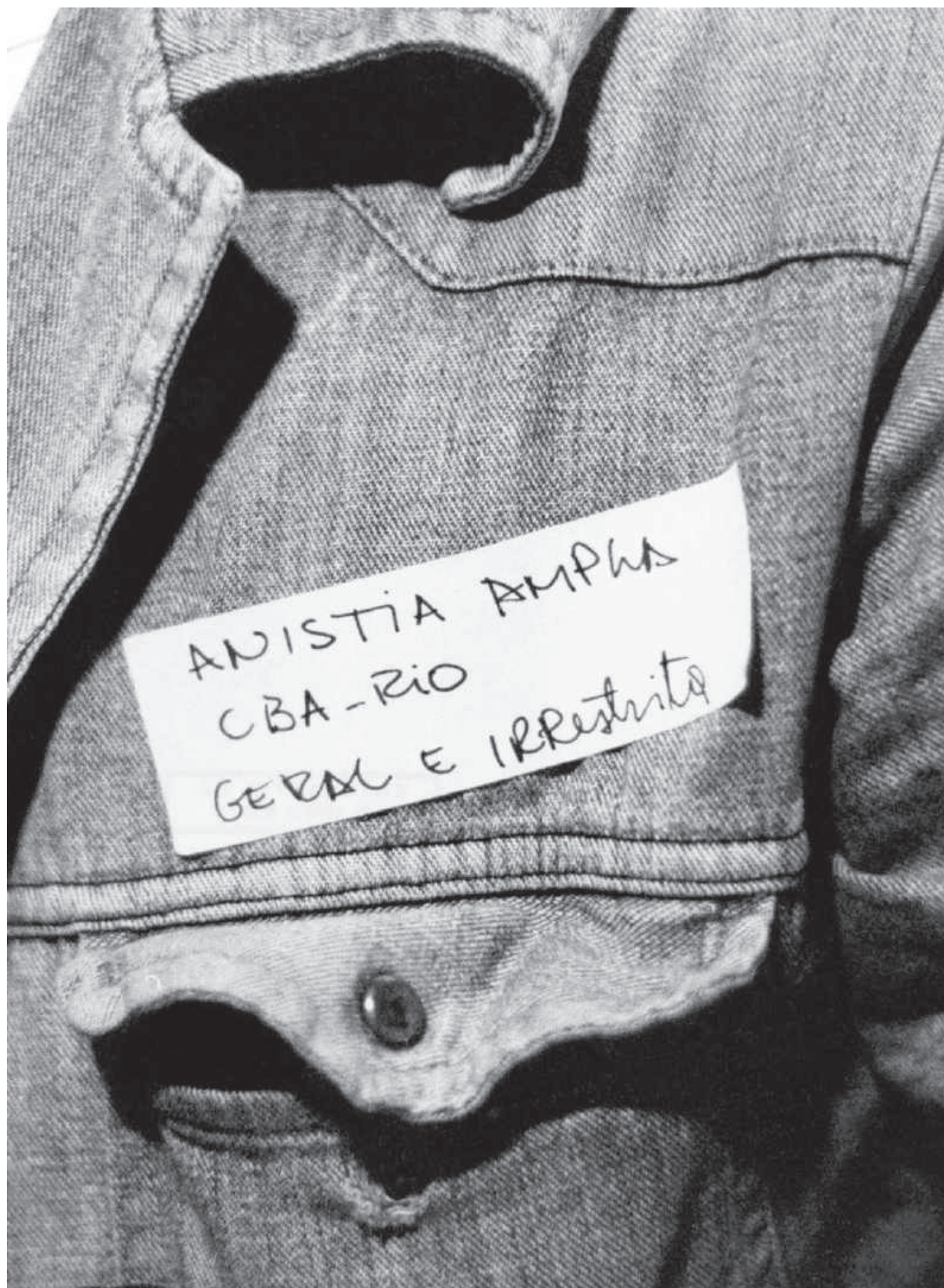
Ao lado, anistiado, Miguel Arraes de volta ao Brasil, depois de um longo exílio no Exterior.



Em 1979, o MDB finca a bandeira da Anistia definitivamente na História do Brasil. A lei foi aprovada e sancionada pelo general-presidente. O exílio de muitos políticos enfim terminava. Eles retornam e encontram o MDB de portas abertas para a retomada da luta definitiva pela redemocratização. A conciliação, entretanto, não veio pacificamente. Alguns cérebros do Palácio do Planalto traçaram uma fórmula para esvaziar o fortalecimento da oposição, toda ela situada sob o manto do MDB. O governo decreta nova reforma política, permitindo o pluripartidarismo. E passa a exigir o termo “partido” nas siglas existentes. Com isso, o MDB teria que mudar seu nome, o que poderia dificultar a identificação da legenda com a qual o povo já estava acostumado e ver como símbolo de resistência à ditadura. A solução óbvia foi apenas transformar o MDB em PMDB. A legenda continuou forte e com apelo popular. Com as mudanças, trabalhistas e partidos de esquerda passam a buscar seus nichos próprios. O retorno do exílio de lideranças personalíssimas como Leonel Brizola movimentam o mercado de legendas. Ele tenta recriar o PTB, mas acaba perdendo a briga para Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Ela tinha simpatias palacianas e boas relações militares. Brizola cria então o PDT. Arena se transforma em PDS. E a fragmentação começa a verter na arena partidária.

Nestes anos há a segunda crise do petróleo, provocada pela revolução no Irã, que afeta a produção internacional de energia. O cenário econômico no mundo joga o Brasil na espiral inflacionária e abala os pilares fiscais do país. Os trabalhadores são os mais afetados. Onde o movimento sindical era organizado, como no ABC de São Paulo, inicia-se pressão contra o

## Nasce o PMDB

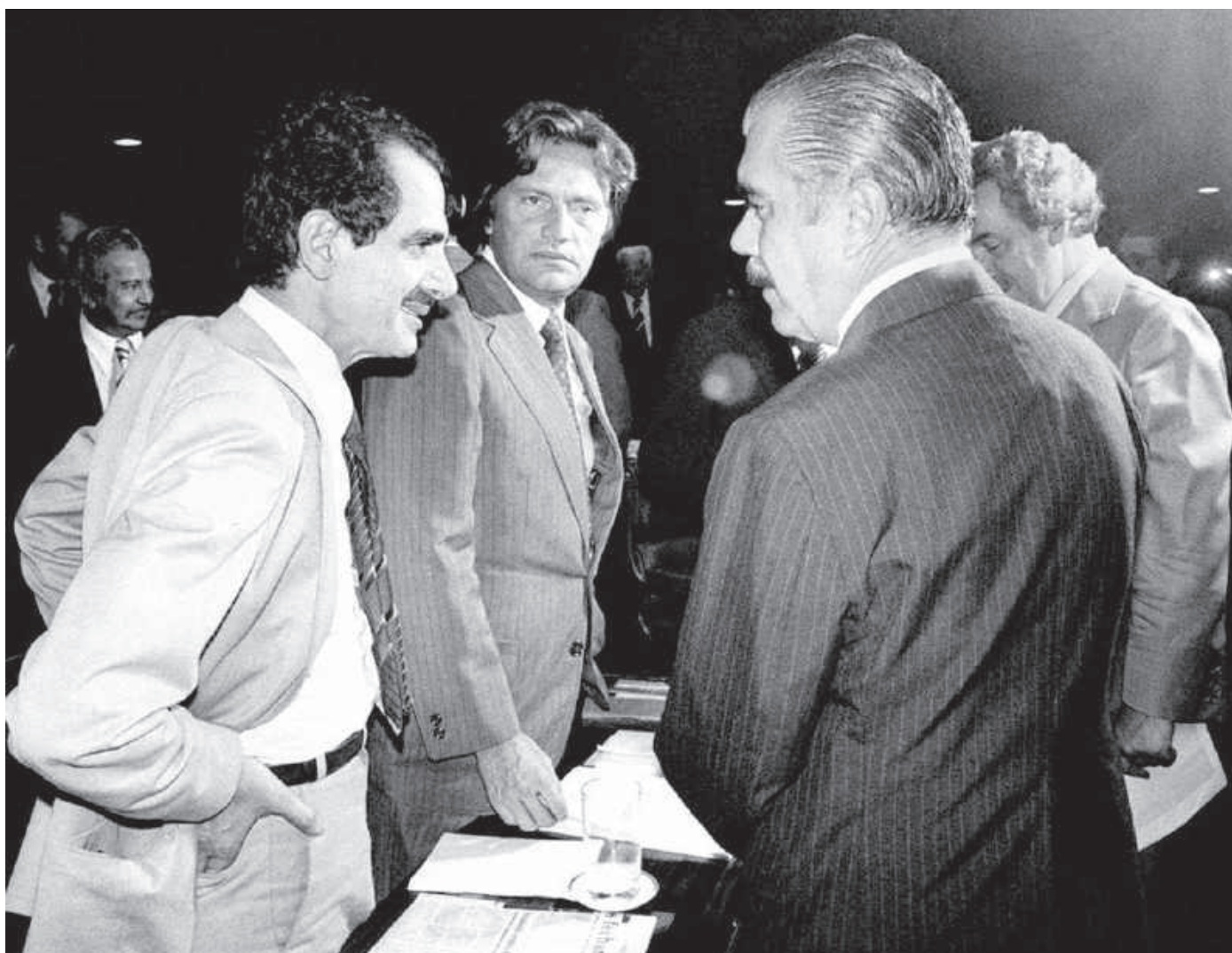
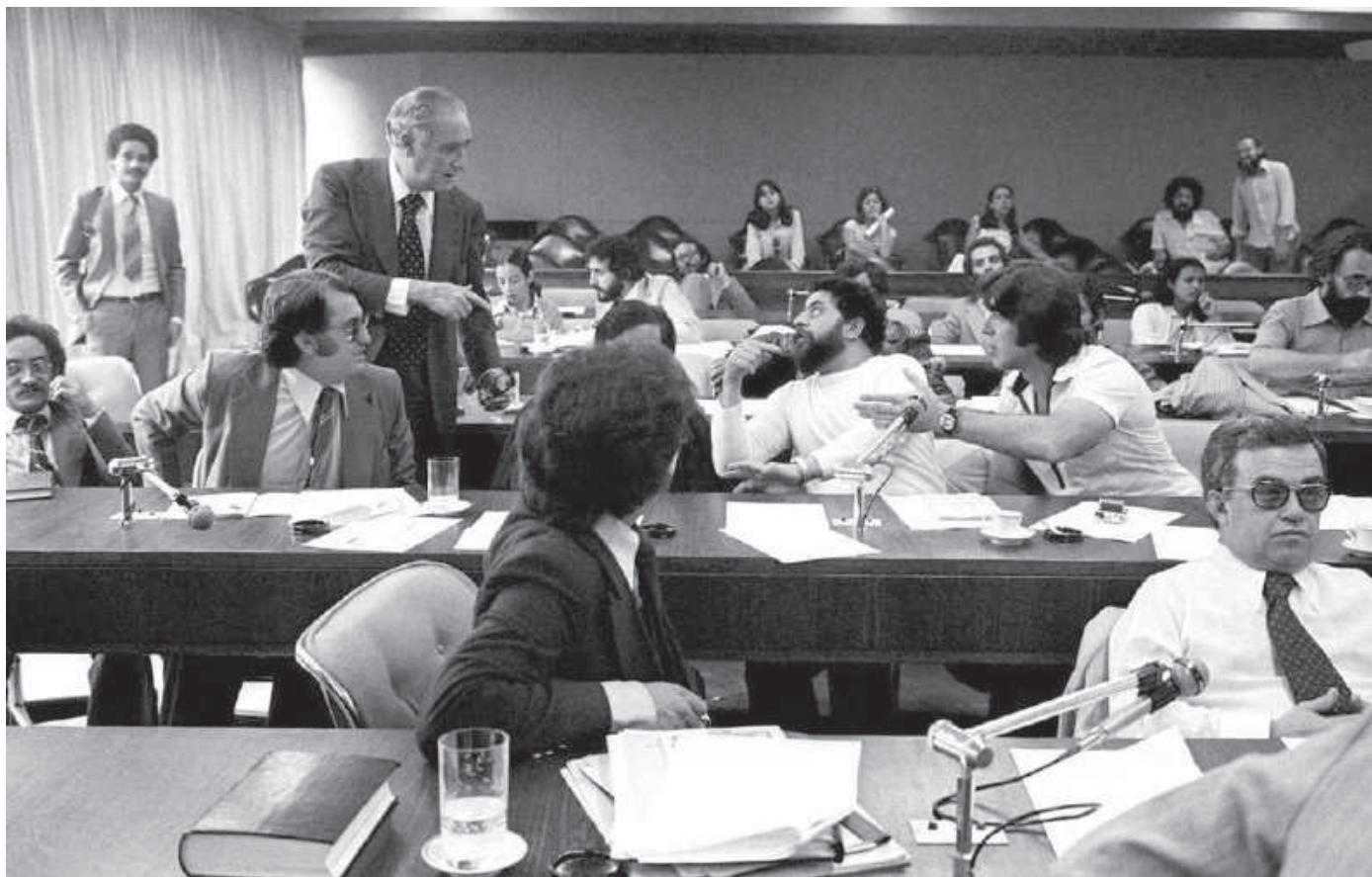




No alto à esquerda, Moreira Franco com populares em Niterói. Com a aprovação da Anistia, vários exilados no Exterior puderam voltar ao país e presos políticos são libertados das cadeias. Prisioneiros na região de Marabá, no Pará; o líder comunista Gregório Bezerra circula novamente pelas ruas e da autógrafos em manifestações populares; no aeroporto Galeão, a festa para receber Fernando Gabeira de volta ao Brasil.

Na página da direita, Franco Montoro conversa com líderes sindicais de São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva e Antônio Rogério Magri. E, também o diálogo entre José Sarney, Pedro Simon, Marcos Freire e Paulo Brossard no Senado.





arrocho salarial. Greves, até então proibidas, são realizadas. A repressão tenta conter, mas líderes novos vão surgindo. O torneiro mecânico Luiz Inácio da Silva, o Lula, é uma dessas expressões reivindicatórias e radicais no discurso, mas pragmáticas nas negociações com o patronato. Em torno de Lula, juntou-se grupo de militantes, trabalhadores e intelectuais no embrião que gerou o Partido dos Trabalhadores.

A reação da linha dura também balançava o país. atentados se multiplicam pelas principais cidades brasileiras. Explosões detonam bancas de jornais e também atingiam entidades como a OAB do Rio de Janeiro, onde uma carta-bomba matou a secretária Lida Monteiro da Silva. No Riocentro, outra bomba explodiu antes de ser levada ao show que comemorava o Dia do Trabalhador, em 1981. Um sargento morreu no episódio. Outro militar ficou gravemente ferido. Golbery, então no Gabinete Militar, deixou o cargo por divergências internas irreconciliáveis. A bomba implodia o regime dos generais numa reação imprevista.



O então MDB acolhia Ulysses, Montoro e Tancredo. Na festa de inauguração da nova sigla, PMDB, Orestes Quércia recebe os conterrâneos Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. No canto direito, Almino Afonso com Ulysses Guimarães.

Na página oposta, o grande encontro de líderes que viriam ingressar em novos partidos: da esquerda para direita, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Thales Ramalho, Nilo Coelho, Tancredo Neves, José Sarney, Ulysses Guimarães, Ivete Vargas e Marcos Freire.

# Abertura pela Urna

A mudança que mais agitou os meios políticos nestes tempos confusos foi a criação de um novo partido: o PP. Este era fruto de articulação de Tancredo Neves e o ex-governador de Minas Magalhães Pinto, ex-militante da Arena. Esse movimento esvaziava o PMDB e apresentava uma saída possível para o regime. A legenda deveria abrigar a provável candidatura Petrônio Portella, alternativa civil dentro do próprio establishment. O

plano, contudo, naufragou com a morte de Petrônio.

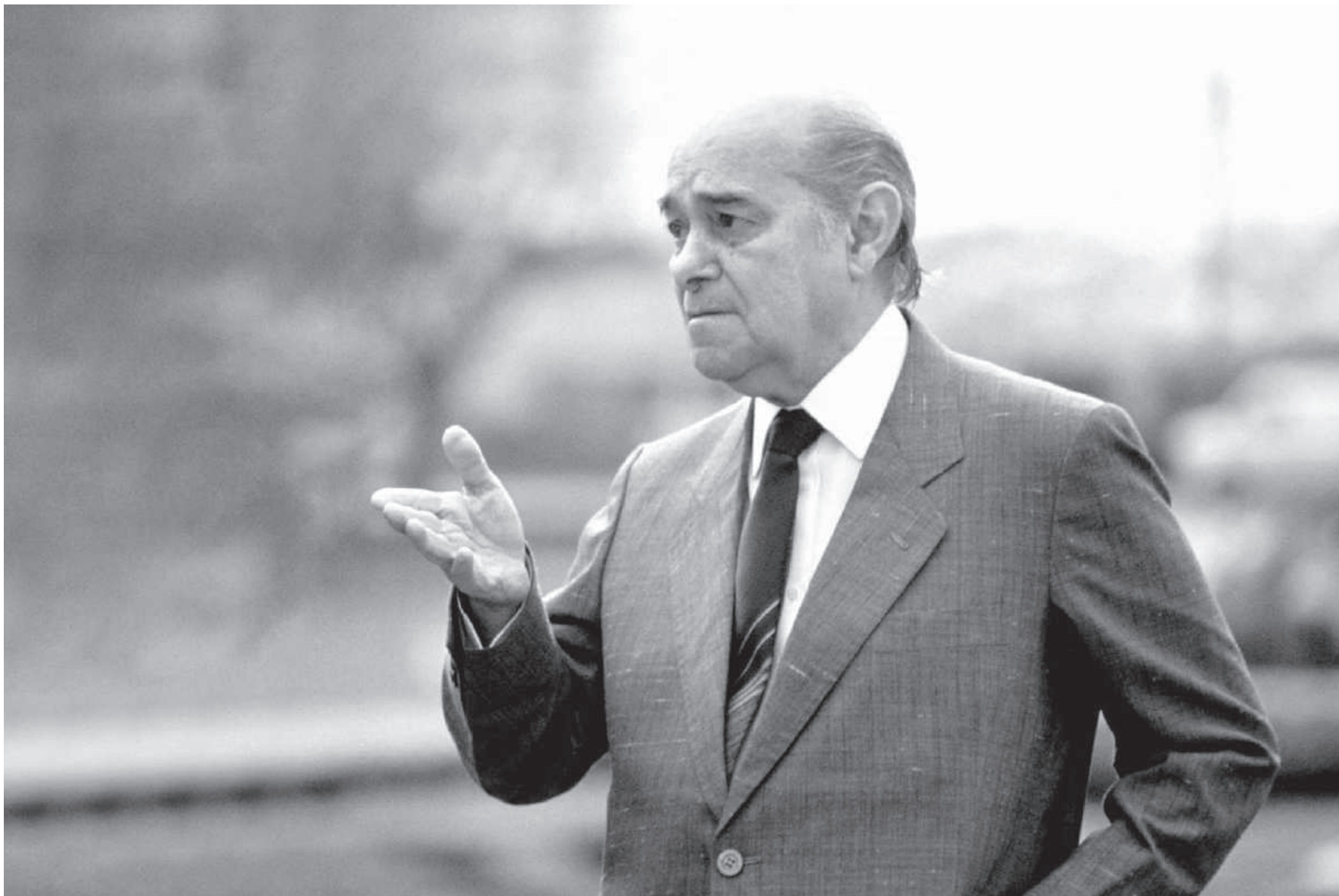
Tancredo voltou ao PMDB e pavimentou seu caminho rumo ao Palácio da Liberdade, a sede do governo de Minas Gerais nas eleições de 1982.

Esse reagrupamento fez o PMDB perder quase metade de sua bancada, mesmo acomodando uma tendência social-democrata que ganhou força com a volta dos exilados.



O MDB, que defendeu e abraçou as causas democráticas de vários segmentos da sociedade, agora com nome de partido em sua nova sigla, PMDB, prossegue com seu compromisso com a liberdade e o bem-estar do povo. Na foto ao lado, a sessão do Congresso em que Freitas Nobre, Ulysses Guimarães, Júnia Marise e Paulo Brossard unem-se à voz da União Nacional dos Estudantes contra o governo dos militares. Na página oposta, Tancredo Neves.





Com a morte de Petrônio, o governo Figueiredo buscou proteger o PDS. As novas normas eleitorais obrigavam ao voto vinculado no partido e a proibição de coligações para evitar que o partido de sustentação do governo perdesse a maioria. Em 1982, o PMDB ganhou a disputa em nove estados. Elegeu Nabor Júnior (AC), Gilberto Mestrinho (AM), Gerson Camata (ES), Iris Rezende (GO), Wilson Martins (MS), Tancredo Neves (MG), Jader Barbalho (PA), José Richa (PR) e Franco

Montoro (SP). Fez um terço dos senadores e 41% dos deputados federais. Mesmo com as manobras, a urna continuou a ameaçar os fuzis.

Do Palácio da Liberdade, Tancredo Neves entoou o mantra da democracia em discurso de posse: “Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade. Quando ainda não havia caminhos e cidades nestas montanhas, os pioneiros, descortinando o alto horizonte,

sentiram que nelas não haveria pouso para os tiranos, nem chão para as quimeras totalitárias. Minas nasceu da luta pela liberdade. E porque a liberdade é o ânimo das pátrias, a Nação surgiu aqui, na rebeldia criadora dos inconfidentes, que nos deram por bandeira o mais forte de todos os ideais. Não se deve ao acaso que esta praça e este palácio tenham a mesma denominação. Liberdade é o outro nome de Minas”.



À direita, o general Ernesto Geisel, escolhe seu colega de Exército João Baptista Figueiredo para sucedê-lo na Presidência. A oposição, então, lança a anticandidatura encabeçada pelo general Euler Bentes Monteiro, que, na foto acima, está acompanhado de Ulysses Guimarães, Paulo Brossard, Marcos Freire, Tancredo Neves e Pompeu de Souza.

Na página da direita, o senador Paulo Brossard acompanha o general Euler Bentes Monteiro em sua chegada ao plenário do Congresso.





Doutor Ulysses Guimarães percorreu o Brasil inteiro durante os meses em que durou a campanha. O “Senhor Diretas” exhibe as escovas de dente descartáveis que comprou para usar durante a longa caminhada.

O movimento Diretas Já tomou as ruas do país, de Leste a Oeste, Norte a Sul, levando às praças milhões de pessoas que clamavam pelas eleições com participação popular para o Palácio do Planalto.





# Diretas Já

A principal manifestação de ameaça ao regime militar, foi a campanha Diretas Já, detonadora das maiores manifestações espontâneas de rua testemunhadas até então pelo Brasil em toda sua História. Teotônio Vilela lançou a ideia no ar em 1983, em entrevista, reproduzindo o anseio popular. Encontrou eco imediato. O deputado federal mato-grossense Dante de Oliveira formalizou a proposta na Câmara. No município de Abreu e Lima (PE), houve a primeira reunião defendendo a tese: cerca de cem pessoas no dia 31 de março de 1983. Dias depois, Goiás seguiu com mais intensidade e algumas centenas de ouvintes reunidas em

praça pública. Os governadores do PMDB assinam manifesto em favor da votação direta para presidente da República. Eram signatários do documento Gilberto Mestrinho (AM), Jader Barbalho (PA), José Richa (PR), Iris Rezende (GO), Tancredo Neves (MG) e Franco Montoro (SP).

No embalo do apoio, mais gente se juntou em Curitiba: 40 mil em 12 de janeiro de 1984. Multidões se avolumaram nas capitais, sob o manto amarelo, cor escolhida para representar a campanha Diretas Já, slogan que se multiplicou em camisas de malha dos estudantes.





Doutor Ulysses Guimarães chega protegido por Lula, Jair Meneguelli e Aldo Arantes a uma manifestação das diretas em Brasília. Embaixo, comícios reúnem homens e mulheres de todas as classes sociais nas praças do Brasil.

Na página da direita, autor do projetos das eleições diretas, o deputado Dante de Oliveira, de Mato Grosso, conversa com o líder do PMDB, Freitas Nobre.





Outra frase repetida era “Eu quero votar pra Presidente”. Na comemoração da Inconfidência Mineira, Tancredo lança a Carta de Ouro Preto, reforçando o bordão das ruas: Diretas Já! Com ele assinam os governadores José Richa, Esperidião Amin e Wellington Moreira Franco.

A torrente em apoio à emenda constitucional das Diretas ganhou corpo e levou multidões cada

vez maiores aos comícios. O centro do Rio de Janeiro registrou um milhão de pessoas e o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, um milhão e meio de democratas. A esperança de votos diretos incendiou o país. Comícios com a voz de Fafá de Belém entoando o Hino Nacional atraíam jovens, artistas, trabalhadores, intelectuais, jornalistas, atletas e políticos de vários matizes. O locutor

esportivo Osmar Santos era a voz que perguntava do palanque: “Quando os brasileiros querem eleições diretas pra presidente da República?”. A multidão explodia em uníssono: “Diretas Já!”.

O sempre formal Ulysses Guimarães despiu o paletó e vestiu a camiseta de malha da campanha: Diretas Já! Indicou o rumo da nau e o país navegou sob o timoneiro da liberdade.



Em Brasília, a Praça dos Três Poderes é tomada por populares que exigem eleger seu próprio presidente da República.

Na página da direita, Ulysses Guimarães recebe o carinho de todas as pessoas por onde passa Brasil a dentro e ganha o título de Senhor Diretas.



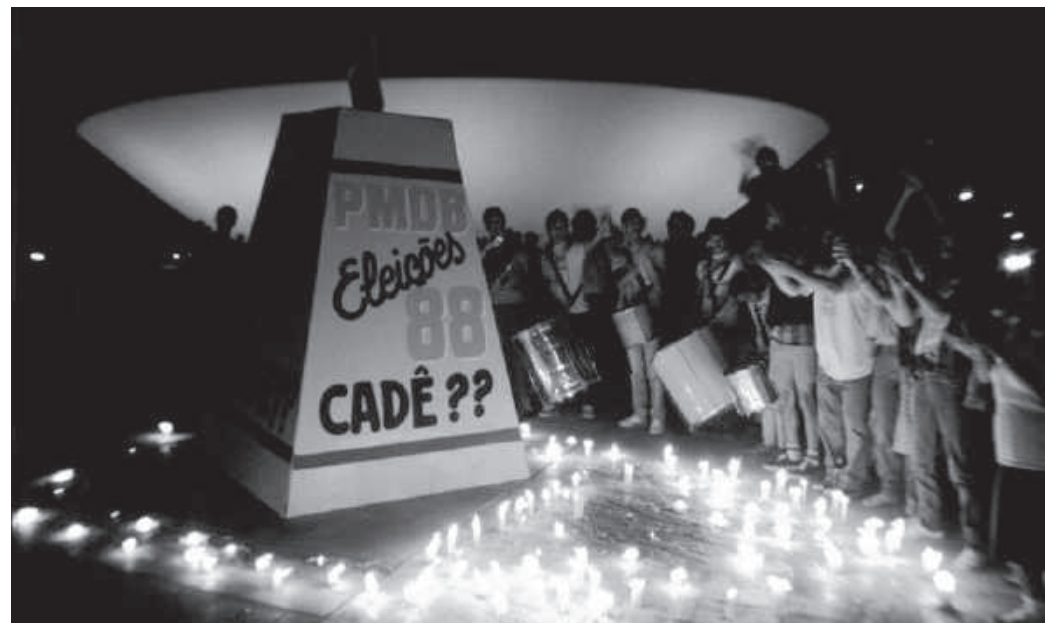
Ao lado do presidente do PMDB, Tancredo, Franco Montoro, Orestes Quércia, Severo Gomes, Fernando Lyra, Jarbas Vasconcellos, Pedro Simon, Luiz Henrique da Silveira, Mário Covas, Henrique Eduardo Alves, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Pedro Simon e tantos outros falavam a mesma língua no palanque e na plateia: o retorno da democracia plena.

No comício do Vale do Anhangabaú em novembro, a atriz Esther Góes anunciou à plateia a morte de Teotônio Vilela, num dos momentos mais emocionantes da campanha. Fernando Henrique Cardoso pegou o microfone, disse que não havia homenagem maior a Teotônio que o comício pelas Diretas e pediu um minuto de silêncio. Antes de se calar, a multidão aplaudiu o Menestrel das Alagoas.

A democracia deixou o campo da política e contaminou outros setores da vida nacional. Nos campos de futebol, a famosa democracia corinthiana do capitão Sócrates era o retrato fiel e libertário da época. A campanha estava no campo, nos jornais, nas rádios, na TV, nos bares e altares, nas praças e nas fazendas. No concreto da Avenida Marquês de Sapucaí, desenho de Oscar Niemeyer para o sambódromo, uma faixa levada por populares ergueu o pedido repetido por todos os cantos do país: “Diretas Já!”

O presidente Figueiredo decretou então medidas de emergência por 60 dias, permitindo a detenção de cidadão e suspensão dos direitos de reunião e associação. Foi decretada a censura e proibida a transmissão da votação da emenda, ao vivo, pelas rádios e emissoras de TVs. O general Newton Cruz cuidou de soltar os cavalos sobre o povo para dispersar os apoiadores da emenda no dia da votação.

Manifestação pró-Diretas em Brasília e uma das primeiras caminhadas pelo Diretas Já no centro de São Paulo. Democratas unem-se em favor do projeto de Dante de Oliveira. Da esquerda para direita, Freitas Nobre, Brizola, Covas, Ulysses e dona Mora, Tancredo, o casal Luci e Franco Montoro e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.





Manifestação em Brasília.  
Embaixo um dos maiores comícios do  
Diretas Já, no Vale do Anhangabaú, em São  
Paulo. Reuniu expoentes da política e de  
vários setores da sociedade civil do Brasil.



O projeto Diretas Já, de autoria do deputado Dante de Oliveira, do PMDB, resultou em inúmeros comícios em variadas cidades do Brasil. Os principais líderes da sociedade e da política emprestaram sua palavra e presença à causa. O radialista Osmar Santos cedeu sua voz e empolgação. Na foto grande à direita, o lendário comício da Sé, em São Paulo, com a presença de Tancredo Neves, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães e a cantora Fafá de Belém, musa do movimento.



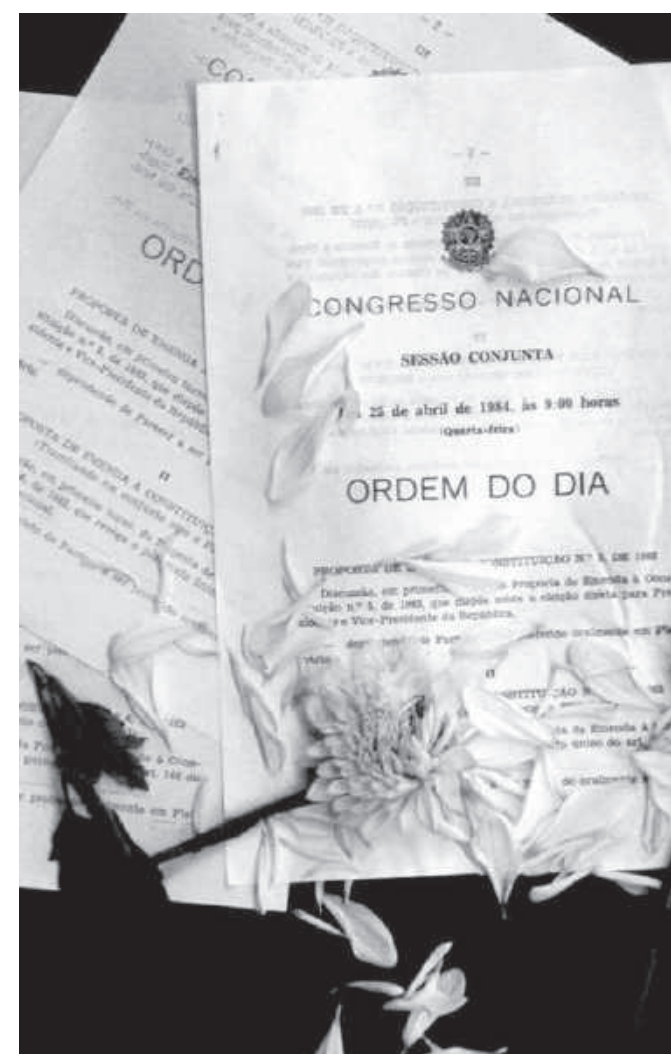
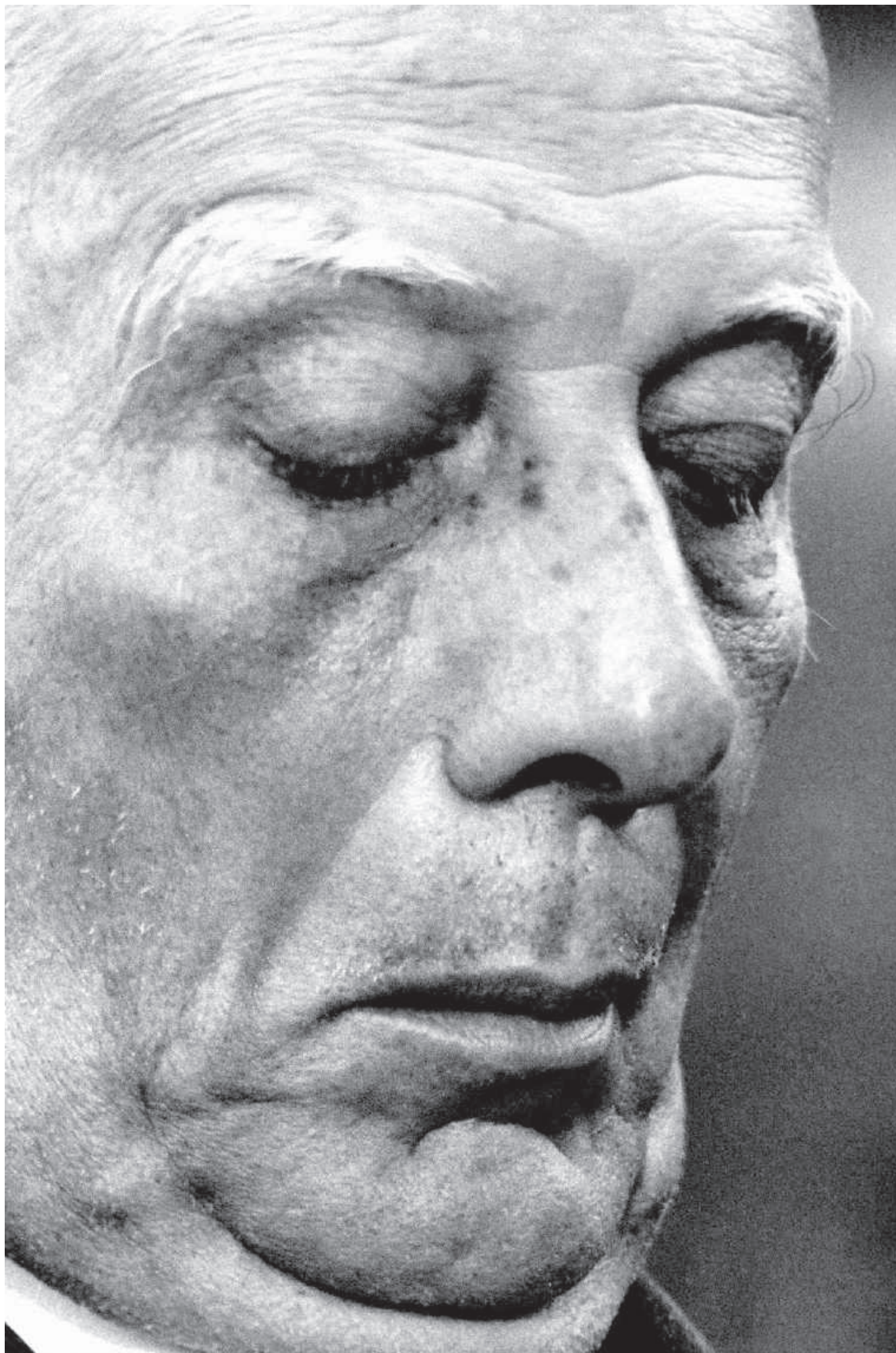




As galerias da Câmara estavam lotadas em 24 de abril de 1984. Fora do Congresso, buzinações em apoio à emenda das Diretas. Das casas e apartamentos, painelaços. Só 298 votos foram registrados a favor da emenda. Não se chegou aos 308 necessários para continuar a tramitação e mandar o projeto ao Senado. O Palácio do Planalto conseguiu impor-se pela ausência de 112 deputados governistas. Os coturnos ainda determinavam o ritmo em que marchava o poder no país, mesmo fragilizado e divididos. Da galeria, os presentes sentenciaram: “O povo não esquece, acabou o PDS”.







Para decepção não só do Doutor Ulysses, mas também do povo brasileiro, o Diretas Já foi derrotado por 298 a 62 na sessão que varou a noite e que teve o Congresso cercado pelas forças militares.

## O Eme-DêBê do Doutor Ulysses

Eme-DêBê. O Doutor Ulysses pronunciava a sigla como se fosse uma assinatura caligráfica, sem similar, em ficha de cartório para reconhecimento de firma.

O eme enfático, grave; e o dê e bê corridos. Saía um dêbê apressado, sem hífen. Eme-DêBê. (Ou Pê-Eme-DêBê, depois de 1979, quando foi decretada a extinção da Arena e do MDB e Ulysses conseguiu que a sigla MDB fosse mantida, apenas precedida pela palavra “Partido”, como exigia a legislação impertinente.)

O jeito próprio de Ulysses pronunciar MDB (e, depois, PMDB) era a incontestável demonstração de que ele e o partido se confundiam. Uma realidade aceita até pelos “autênticos”, ala do MDB, minoritária e desproporcionalmente relevante, e que o contestava ideologicamente. Nada espantoso, porque ele jamais agia discricionariamente. Era descentralizador, tolerante e humorado. Fizesse sol ou chuva, reunia o diretório, semanalmente, às terças-feiras e valorizava intensamente os companheiros, sempre consultando a um e a outro, formal e informalmente, mapeando as opiniões que colhia. Construía a presunção de que, apesar da arrogância e declarações de perpetuidade da ditadura, e da escalada do terror da repressão, a oposição chegaria ao poder. Tanto que uma palavra mágica – “distensão”, que em última instância significava a desmobilização do autoritarismo – surgiu subitamente no vocabulário do próprio regime. Depois de aconselhada por um professor de Harvard, Samuel Huntington, e



***O jeito de Ulysses pronunciar MDB era a incontestável demonstração de que ele e o partido se confundiam.***

apesar de interpretada como “tese abstrata de ciência política” – como a minimizou Leitão de Abreu, Chefe da Casa Civil Médici – foi a profecia que condenou a expectativa apocalíptica da “revolução permanente”, a hipótese dos militares se perpetuarem no poder e que já animava os quartéis.

O MDB, nos 18 anos, entre 1972 e 1990, não era propriamente um partido, uma organização política convencional, com uma filosofia política e

projeto econômico. Era mais correto considerá-lo um método. (Do grego, *methodos*, caminho para chegar a um fim, no caso substituir a violência da ditadura militar, de forma pacífica e conforme as condições oportunas que se apresentassem)

Já para os militares, politicamente despreparados e manipulados por juristas e economistas espertalhões, o MDB era um ajuntamento de “inimigos”. Eles haviam aprendido a mantê-lo sob controle com o jurista Francisco Campos, o Chico Ciência, erudito teórico fascista, que já implantara o Estado Novo, de Getúlio, em 1938, e que lhes demonstrou que podiam tudo, sem limites. Bastava-lhes baixar atos institucionais, fórmula jurídica mágica em que se viciaram. Restava à oposição tirar partido do primarismo político com que os generais aplicavam tais ensinamentos. Foi o desafio que Ulysses aceitou, quando o senador e general Oscar Passos, do Acre, primeiro presidente do MDB, renunciou ao cargo. Como vice, assumiu o comando do partido e a realidade de que era, de fato, uma frente. Versão tropicalista, com razoável relaxamento ideológico e descompromisso histórico, do conceito do “Front Populaire” francês, formado às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1936-1938). Um “partido ônibus”, onde sempre cabia mais um desesperado. Com a agravante de que era preciso conviver – mesmo que atuando independentemente e sendo contestado por ela – com a guerrilha. Para os militares, porém, políticos ou guerrilheiros eram todos “vermelhos” e suspeitos.

O PMDB não podia perder a linha de partido legal, nem renunciar a astúcia e a ironia. Como demonstrou Ulysses em setembro de 1973 ao pronunciar seu famoso discurso que tinha como mote os versos do fado “Argonautas”, de Caetano Veloso: “Navegar é preciso/ Viver não é preciso”,

transcrição das “Vidas Paralelas”, de Plutarco, já usada pelo poeta Fernando Pessoa. Ele fazia sua apresentação como anticandidato à eleição indireta que deveria proclamar o presidente Geisel, já escolhido pelo Alto Comando do Exército. Os publicistas do governo consideravam a irônica anticandidatura do MDB ótima para a imagem externa da ditadura. E a permissão da transmissão do discurso de Ulysses, pela TV, seria a compensação dada à oposição pelo testemunho. Recebida a autorização, o secretário-geral do MDB, deputado Thales Ramalho contratou o próprio sistema público de TV, a Radiobrás, que dispunha do único equipamento móvel de transmissão de TV disponível em Brasília, e os serviços da estatal Embratel. Até que chegou o grande momento: 15 horas de sábado, 22 de setembro de 1973. O próprio presidente Médici – que em última instância aprovou o arranjo – passava o fim da semana na Granja do Riacho Fundo (a sua preferida entre as residências oficiais de Brasília) e estava diante de um aparelho de TV na hora prevista. No plenário da Câmara, os presentes gritavam: “Um dois, três/ quatro, cinco mil./ Ulysses Guimarães/ presidente do Brasil.” A um aceno do próprio e Ulysses, fez-se silêncio, e ele começou a falar. As câmeras de TV da Radiobrás, instaladas no plenário da Câmara dos Deputados, captavam a cena. A performance de Ulysses foi eletrizante. As imagens chegaram com perfeição à mesa de corte da TV Nacional, que as liberaria aos canais da Embratel, quando surgiu um inesperado Coronel Ronaldo – nunca se saberia se tinha realmente esse nome, se era de fato “coronel”, nem com que autoridade tomou a decisão – que determinou que não haveria a transmissão e foi obedecido. Nunca se soube o motivo do cancelamento da transmissão. Nem o MDB recebeu explicações ou o dinheiro de

volta. Mas, graças à providencial falha no sistema de micro-ondas, as imagens da Convenção do MDB chegaram e foram colocadas no ar por uma estação de TV de Joinville, Santa Catarina.

O bordão “Navegar é preciso/viver não é preciso” – um grito de esperança – subverteu o conceito com que o MDB foi concebido pelos militares em 1965. Ora, se o MDB podia, mesmo que apenas teoricamente, disputar eleições presidenciais e seu candidato era aceito como candidato legal, como manter armada, sobre a oposição, a “Espada de Dâmocles” do arbítrio dos generais-presidentes? Mesmo vivendo susto atrás de susto (só Ulysses escaparia três vezes de ser cassado, pois os decretos prontos nunca foram assinados) a oposição desafiava. Às vezes, temerariamente. Em 1974, por exemplo, a devastadora vitória eleitoral por muito pouco não provocou um retrocesso irreversível da abertura que Geisel conduzia com firmeza. Apesar de idas e vindas (sístoles e diástoles, segundo metáfora do general Golbery) e de propostas autoritárias, como zerar por decreto o sistema partidário existente (Arena e MDB) e reagrupá-lo em cinco partidos que

decomporiam – como um prisma faz com a luz – as grandes tendências ideológicas do mundo naquele momento: centro, centro direita, centro esquerda, extrema direita, extrema esquerda. Ulysses, porém, preservaria arduamente o PMDB, materializando uma das suas mais caras convicções emocionais: a certeza de que o PMDB sucedia, em linha direta, seu velho PSD, que ao ser extinto, em 1965, fora substituído pelo MDB. Eram tão geneticamente semelhantes que ele próprio Ulysses experimentaria o caráter comum aos dois. Em 1989, quando foi derrotado nas eleições que elegeram Collor. Apesar de candidato da legenda majoritária, amargou humilhante o 7º lugar na contagem dos votos. Repetiu literalmente Cristiano Machado, candidato do PSD nas eleições de 1950 e que foi abandonado maciçamente pelo partido para votar em Getúlio Vargas. O preço do orgulho de ter pertencido, a vida inteira, a um único partido.

***“Um dois, três,  
 quatro, cinco mil.  
 Ulysses Guimarães  
 presidente do Brasil.”***





José Sarney, então presidente do PDS, discursa para o general Figueiredo, o vice Aureliano, Nelson Marcherzan, Jarbas Passarinho, Petrônio Portella, Jorge Bornhausen, Virgílio Távora, Antônio Carlos Magalhães, Augusto Franco, Lucidio Portella, Paulo Maluf, Harry Amorim Costa, Francelino Pereira, Aimée Lamaison, Ottomar Pinto, Joaquim Macedo, Aníbal Barcellos, João Castello, Alacid Nunes e Guilherme Palmeira.

Página da direita: logo depois, Sarney anuncia novo destino político na sua vida. Decide sair do PDS e abraçar a campanha da Aliança Democrática. José Sarney, ao lado de Ulysses, é acolhido no ninho peemedebista.



## A Transição para a Democracia

As novas circunstâncias políticas afetaram todos, incluindo o PDS. Ala liberal do partido (composta pelo próprio presidente do partido José Sarney, o senador Marco Maciel e o vice-presidente Aureliano Chaves) conversava com setores da oposição e jogava contra o regime, que caía aos poucos com o radicalismo de integrantes já sem

apoio fechado da cúpula dos quartéis e com as manifestações de rua claramente com viés crítico ao regime.

O grupo dissidente do PDS queria evitar a convenção partidária que indicaria o candidato do partido no Colégio Eleitoral na sucessão de Figueiredo, Paulo Maluf. Ex-governador de São

Paulo, ele não era nem mesmo o candidato do próprio Figueiredo. Internamente, essa ala foi derrotada. Para manter o diálogo com o PMDB, aglutinaram-se na Frente Liberal. Junto ao PMDB lançaram a Aliança Democrática, que apoiava a candidatura presidencial de Tancredo Neves e José Sarney, seu vice, já também filiado ao PMDB.



A união de José Sarney e Tancredo Neves sela um entendimento para volta dos civis ao poder. Após as Diretas Já, Ulysses reúne no mesmo palanque Sarney, Tancredo, Montoro e Fernando Henrique.

Na outra página, momento determinante para saída dos militares e a volta dos civis ao poder: no Palácio Jaburu, reunião dos governadores de todos os partidos com os líderes Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e José Sarney. Era Frente Liberal que entrava em campo para viabilizar novos tempos no Brasil.







Tancredo circulava nos bastidores costurando a transição e convencendo aliados e opositores, civis e militares da necessidade de pacificação nacional. Com muita lábia e habilidade, conseguiu construir o consenso em torno de seu nome. Ulysses era o candidato da eleição direta, mas não se opôs a Tancredo na via indireta.

Interpretação jurídica do Supremo Tribunal Federal jogou a última pá de cal no regime militar e em

seu possível sucedâneo civil. O STF interpretou que a lei da fidelidade partidária vigente à época não se aplicava ao Colégio Eleitoral. Com isso, as lideranças não controlariam suas bancadas. Resultado: Tancredo e Sarney venceram Maluf e Flávio Marcílio. Foram 480 votos para Tancredo, 180 para Maluf e 17 abstenções. Três petistas votam no mineiro, Airton Soares, Bete Mendes e José Eudes, e por isso foram expulsos do PT.



Nova safra de governadores: Newton Cardoso, de Minas Gerais, Orestes Quércia, de São Paulo, e Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul; Tasso Jereissati, do Ceará; Gilberto Mestrinho, do Amazonas; e Gérson Camata, do Espírito Santo. À direita, Aureliano Chaves, Marco Maciel e Hélio Beltrão da Frente Liberal, com Ulysses Guimarães, José Sarney e Tancredo do PMDB.



## Um Civil no Poder

A comemoração pela eleição de um opositor tomou conta do país. O regime militar teve expedido seu atestado de óbito. O futuro ocupante da Presidência da República não mais usaria farda.

Eleito, Tancredo viajou o mundo em encontros onde deixava claro à comunidade internacional o retorno à normalidade democrática no Brasil. Internamente havia a expectativa pela formação do novo governo. A esperança campeou durante semanas com especulações e expectativa.

O destino, contudo, se impôs de maneira surpreendente: na véspera da posse, o presidente eleito é operado e não assume o cargo. Os brasileiros ficam suspensos num sonho tortuoso e irreal. Em lugar de Tancredo, Sarney faz o juramento para assegurar a redemocratização. Conta com o suporte de Ulysses e do PMDB. Boletins médicos tentavam dar esperança aos brasileiros, mas nos bastidores sabia-se que a situação era crítica.



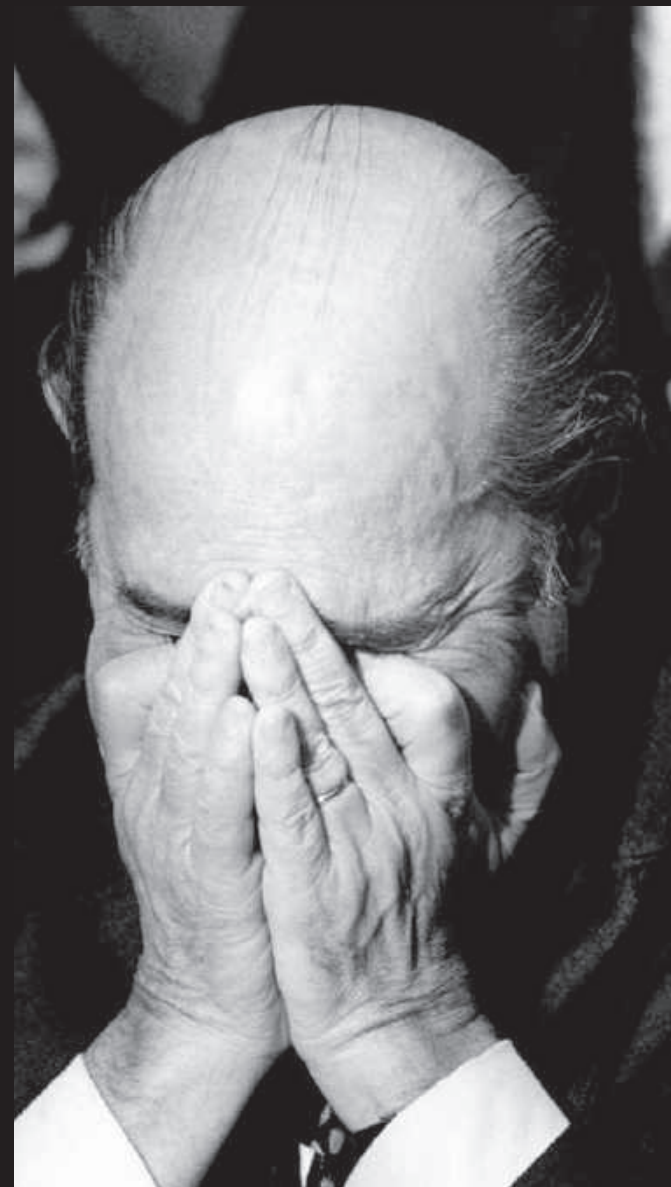
José Serra e Maria da Conceição Tavares numa reunião do PMDB. Thales Ramalho e Henrique Eduardo Alves, do PMDB em conversa com Magalhães Pinto. Os deputados Renan Calheiros e Arnaldo Faria de Sá. Ulysses e Dona Mora em viagem oficial em Nova York.

Na outra página, Ulysses Guimarães ouve as reivindicações da atriz Lucélia Santos e do ator Sérgio Britto e demais artistas. Embaixador, Fernando Henrique Cardoso e Orestes Quéricia. Os economistas Celso Furtado e Luciano Coutinho e o deputado Maurício Fruet.



Após semanas de sofrimento e boletins oscilantes, morre Tancredo Neves em 21 de abril de 1985. A dor é partilhada e milhões acompanham cada ato dos funerais, numa agonia coletiva que prendeu o país a cada capítulo da tragédia. Choram os brasileiros a cruel sina da incerteza. Enterram os restos mortais do presidente em São João Del Rey e começaram a trabalhar novamente pela consolidação da democracia no país. O sofrimento não podia impedir a normalidade institucional.





Página triste da história: atônitos, brasileiros choram a morte de Tancredo. O velório do presidente falecido no Palácio do Planalto. Presidente José Sarney e dona Mora Guimarães consolam a viúva Risoleta Neves. Embaixo, o clima de tristeza no que seria a festa de posse no Itamaraty.

# Morre Tancredo

Nos primeiros meses de 1985, o Brasil vivia dois momentos bem diferentes: de alegria e, ao mesmo tempo, de tristeza. Na véspera de 15 março, dia em que tomaria posse como presidente da República, Tancredo Neves teve de ser internado às pressas no Hospital Distrital de Brasília.

Candidato do PMDB, Doutor Tancredo foi eleito pelo voto indireto no colégio eleitoral em 15 de janeiro, dez dias após completar 75 anos. Empresário e advogado, ex-deputado, ex-ministro, ex-senador e ex-governador de Minas Gerais, contraiu uma infecção no divertículo, mal que acabou por tirar sua vida, em 21 de abril de 1985, depois de 38 dias de agonia, no Instituto do Coração, em São Paulo.

Em seu lugar, tomou posse o vice José Sarney.

O período que precedeu a morte de Tancredo Neves levou milhões de brasileiros às ruas, unidos em orações. Não somente pelas circunstâncias humanitárias, mas também pelo caráter político de seu significado. Era o sentimento de todos os interessados na normalização da vida democrática do país, após vinte e um anos de regime militar. O temor era que a esperança de ver um civil na principal cadeira do Palácio do Planalto também fosse para a UTI.



## Ulysses Respirava Tancredo

Como eu disse na apresentação, casei-me com Ulysses em 1956, quando ele era presidente da Câmara dos Deputados. O casamento foi muito simples, na Igreja Nossa Senhora do Brasil, em São Paulo. Não vou dizer que eu estava linda, mas, como noiva de segunda núpcias, não fiz feio. Confesso que sempre fui vaidosa. Minha avó me ensinava a ser caprichosa. Além do mais, não sei se já disse a vocês, fui educada no rígido Colégio Santa Marcelina, o mais conservador da época. Eu só andava arrumada.

Lembro-me, até hoje, do meu casamento. Eu estava com um vestido cinza muito bonito. E com um colar de pérolas, acho que o mesmo da reunião com os governadores do PMDB. Se você perguntar a Ulysses, ele vai dizer que me casei de vermelho. Meu marido sempre teve uma obsessão com vermelho. Certa vez, numa entrevista aqui mesmo, ele disse uma coisa pouco refinada para o meu gosto:

— Adoro vermelho. Se fosse mulher, só andava com vestido vermelho ou com uma rosa vermelha na bunda!

Ulysses era muito refinado, mas, de vez em quando, dava umas derrapadas. Nessas horas, eu o advertia sempre com a frase que ouvi da Lygia Fagundes Telles na televisão: “Tenho horror à vulgaridade!” E ele se continha.

Enfim, casada, mudei com meus dois filhos de um pequeno apartamento no Leme para um suntuoso apartamento no 9º andar do número 2.364, hoje edifício Parnaíba, na Avenida Atlântica, em Copacabana. No edifício moravam também o presidente do Senado, Nereu Ramos, no 8º, e o senador Auro Moura Andrade, no 2º.



***Mora, paranoia pega?  
Eu, que sou líder da oposição  
ao Médici, nunca tive  
paranoia do Filinto.***

Nereu tinha acabado de deixar a Presidência da República, completando o mandato de Vargas. Dois anos depois, morreu num acidente da Cruzeiro do Sul. Ulysses e eu ficamos muito chocados com a sua morte.

E o Moura Andrade, vocês o conhecem de voz. É a voz mais conhecida da História. Como presidente do Senado, em 61, após a leitura da carta-renúncia de Jango, celebrou: – Declaro vaga a cadeira de presidente da República.

Lembraram-se agora do vozeirão? Por conta disso, Moura Andrade ganhou o apelido de “uma voz à procura de uma ideia”. Mas ele, contava Ulysses, teve participação decisiva, logo em seguida,

naquele parlamentarismo de araque que garantiu João Goulart na Presidência da República.

Imaginem, eu, uma pacata viúva paulista, dando uma guinada daquelas e passando a conviver com toda aquela gente importante, naquele edifício badalado, que tinha uma enorme faixa privativa para aqueles Cadillacs importados? Mudei radicalmente de vida.

Mas o Auro Moura Andrade, realmente, teve um papel tão grande na mudança de regime que até quiseram fazer dele o primeiro-ministro, desde que deixasse nas mãos de Goulart uma carta-renúncia assinada. Ele não topou, claro, e quem acabou sendo escolhido foi o homem a quem Ulysses chamava pelo nome completo, todas as vezes em que aprontava alguma coisa: — Doutor Tancredo de Almeida Neves. Até a Geralda, minha cozinheira da vida toda, quando se aborrecia por qualquer coisa, murmurava pelos cantos: — Doutor Tancredo de Almeida Neves.

Tancredo Neves morreu achando que Ulysses o traiu em três grandes momentos da sua vida. Os outros, conto depois. Fiquemos só no primeiro, por enquanto. O PSD, a quem cabia a indicação do primeiro-ministro, apresentou três candidatos, e Tancredo, mesmo tendo sido o escolhido, acusou Ulysses de não ter votado nele.

Depois, no seu curto governo, criou um ministério – o da Indústria e Comércio – só para acomodar Ulysses. Políticos, vá entendê-los! É por isso que Ulysses sempre ensinava aos novos:

— Nunca traga suas desavenças para casa. O sujeito a quem você xinga de mau-caráter, na mesa de almoço da família, poderá ser elogiado por você no jantar do mesmo dia. E quem, para a sua família, acaba sendo o mau-caráter é você.

Politicamente falando, Tancredo Neves foi o homem da vida de Ulysses. Foi o seu maior contraponto, ao mesmo tempo em que foi seu



grande amigo também. Meu marido costumava falar que mulher de político é “viúva de marido vivo”. Eu replicava brincando que, desde que Tancredo entrou nas nossas vidas, passei a ser apenas “amante do deputado Ulysses Guimarães”, e a esposa, um certo doutor Tancredo de Almeida Neves. Ulysses respirava Tancredo, acordava Tancredo, dormia Tancredo.

Quando Tancredo morreu, muito de Ulysses foi com ele. Foi nítida a transformação de meu marido. Ulysses passou a ter depressão, uma doença que mais tarde o levou a afastar-se da política. Ele perdera a sua principal referência na política. Ulysses, na sessão de homenagem ao presidente morto sem tomar posse, fez, em discurso, a mais bela declaração de amor que já vi um político fazer a outro:

— Eu admirava Tancredo. Eu amava Tancredo. Eu temia Tancredo.

Até hoje, fico arrepiada ao lembrar-me disso. Claro que cobreí dele, em brincadeira:

Será que, quando eu morrer, vou merecer uma declaração de amor dessas?

Ulysses, a quem Jânio Quadros chamava de “O prosador das Arcadas”, por ter editado um livro de poesias dos estudantes do Largo São Francisco, respondeu-me:

— Você merecerá a maior homenagem que um homem pode prestar à amada: morrer com ela.

Mas não é de Tancredo que quero falar hoje. Com o golpe de 64, os partidos foram extintos, e surgiram o MDB e a Arena. Vice-presidente do partido de oposição, Ulysses assume o comando do MDB em 71, com a renúncia do general Oscar Passos. Institucionalmente, passa a conviver com o presidente da Arena, Filinto Müller, seu ex-colega de PSD e ex-chefe da Polícia de Vargas.

Ulysses nunca se deu bem com os presidentes

que se sucederam nos comandos dos partidos da ditadura, a não ser com Filinto. Petrônio Portela? Ulysses debochava da sua empáfia. E, também, não será aqui nos nossos encontros que deixarei de ser sincera: os paulistas sempre tiveram preconceitos contra os nordestinos. E Petrônio Portela, a estrela civil da ditadura, era do Piauí.

Muito do que Sarney passou, por exemplo, deve-se a esse preconceito paulista. Não estou querendo justificar os erros do governo dele. Mas não foi fácil para o Sarney enfrentar a paulistada.

Voltando a Filinto Müller, meu marido acabou se tornando confidente dele. Ulysses chegava a casa, em São Paulo, contando as histórias que ouvia de Filinto. Chamavam-lhe muito a atenção os braços enormes daquele homem de quase dois metros de altura.

Ulysses considerava Filinto exageradamente paranoico. Ele tinha medo, pavor, de morrer assassinado em emboscada ou sabotagem. Em Cuiabá, sua terra Natal, sentia-se mais seguro hospedado no Hotel Centro-América, no centro da cidade, do que na casa da família. Em Brasília, protegia-se exageradamente.

Uns dois meses, ou menos que isso, da morte de Filinto, Ulysses chegando a casa:

— Mora, paranoia pega? Eu, que sou líder da oposição ao Médici, nunca tive a paranoia do Filinto. Mas, hoje, o avião balançou tanto que, pela primeira vez, pensei bobagem.

Você acha que, para se livrarem de você, os militares matariam um avião cheio de inocentes? Só em filme!

Ou na cabeça do Filinto – completou meu marido, concordando que estava ficando sugestionado com as histórias do senador.

Dias antes do acidente de Orly, que matou Filinto e mais 121 pessoas, entre as quais sua mulher,

Consuelo, e o neto Pedro, foi a minha vez de ter um sonho esquisito. Acordei Ulysses:

Tive um sonho esquisito. Você fazendo um curto discurso numa solenidade oficial. E, ao seu lado, Petrônio Portela, não Filinto.

Ulysses nem deu bola. O impacto daquele acidente, no qual morreram outras pessoas famosas, foi tão grande que não percebi o meu sonho transformando-se em realidade: Ulysses, no Salão Negro do Congresso, fazendo um discurso curto e formal ao lado do corpo do presidente do Senado, Filinto Muller.

Só vim a me lembrar desse sonho 12 anos depois, na última aprontação do doutor Tancredo de Almeida Neves, depois do esforço enorme do país para elegê-lo presidente da República, quando, já anoitecendo, Ulysses despediu-se dele ao pé do seu túmulo.

### *Será que, quando eu morrer, vou merecer uma declaração de amor dessas?*



Parte de “A História de Mora” – publicada primeiramente no Globo e, depois, condensada em livro pela editora Rocco.

À direita, José Sarney faz seu juramento posse como presidente da República, no Congresso Nacional, ao lado do senador José Fraghelli e do ministro José Carlos Moreira Alves, do STF.

Embaixo, o novo presidente abre as portas do Palácio Alvorada para lideranças de vários partidos.



# A Nova República

José Sarney recebe a presidência, o legado, a responsabilidade e a esperança de milhões. Filiado ao PMDB, ele governa com Ulysses na presidência da Câmara dos Deputados e José Fragelli na presidência do Senado. O PMDB chegava, enfim, o poder na República Federativa do Brasil.

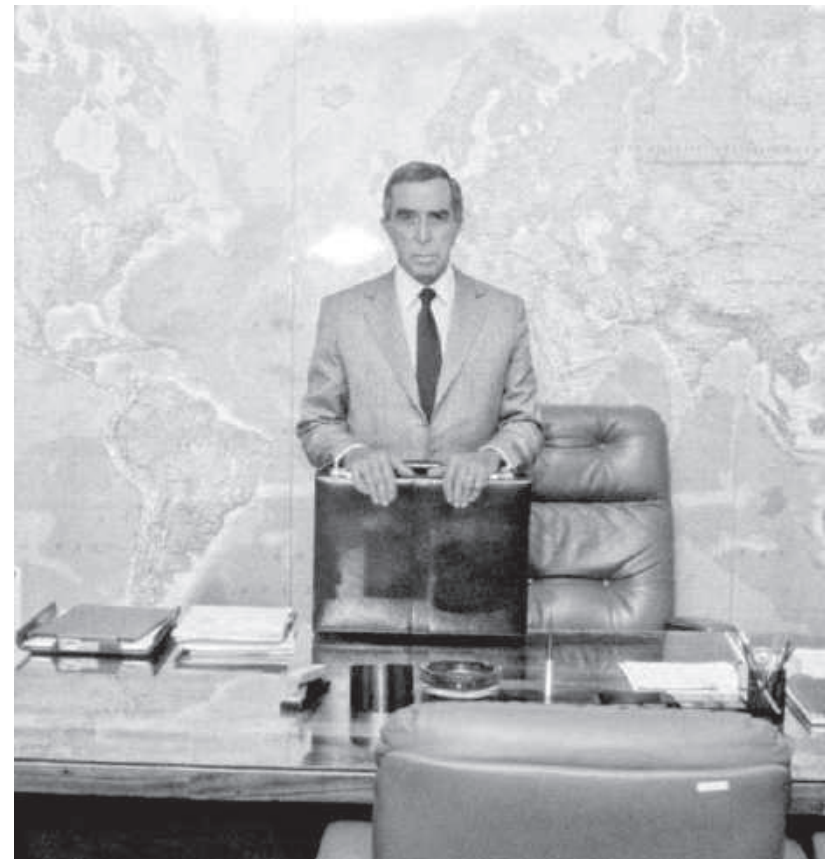
O governo Sarney herdou compromissos assumidos em campanha por Tancredo Neves, alguns determinavam diretamente a formação do ministério. Nomes como Renato Acher, Aureliano Chaves, Francisco Dornelles, Pedro Simon, José Aparecido de Oliveira, Olavo Setúbal, Fernando Lyra, Ronaldo Costa Couto, Waldir Pires, Almir Pazzianoto e Antônio Carlos Magalhães começaram com a administração de Sarney na Presidência da República. Eles refletiam a composição política que viabilizou a transição sem traumas para a democracia, no acordo que uniu remanescentes do PDS (depois Frente Liberal – PFL) com o PMDB. Sarney também assegurou que as dívidas políticas de Tancredo fossem pagas. Permitiu a regularização dos partidos comunistas e restabeleceu relações com Cuba, rompidas desde 1964. Era acerto feito com as alas mais à esquerda do país. O governo de união nacional era um projeto que Sarney endossou com firmeza.



No parlatório do Palácio do Planalto, José Sarney comemora sua posse na Presidência com Ulysses Guimarães, Jader Barbalho e Marco Maciel. Embaixo, o novo presidente, José Sarney, do PMDB, com Doutor Ulysses.



Ulysses Guimarães preside reunião de líderes na Câmara dos Deputados. Ministro Roberto Gusmão, do PMDB de São Paulo, da Indústria e Comércio. Embaixador Iris Resende ministro da Agricultura. Os senadores Maguito Vilela, de Goiás, e José Forgaça do Rio Grande do Sul.





O presidente Sarney com populares, no auge do Plano Cruzado, e com seus colegas presidentes, Júlio Sanguinetti, do Uruguai; Virgílio Barco, da Colômbia; Carlos Menem, da Argentina; Alan García, do Peru; Carlos Salinas, do México; e Andrés Pérez, da Venezuela.



Com um presidente civil à frente do Palácio do Planalto, o país respira os ares da democracia. Políticos de todas as bandeiras voltam a ter espaço. Acima, o governador José Fraghelli, os deputados Pacheco Chaves e Roberto Cardoso Alves, e o senador Humberto Lucena. À direita, o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados Ulysses Guimarães e Maria Abadia; os governadores do Rio, Wellington Moreira Franco, e do Mato Grosso do Sul, Wilson Martins, com o presidente Sarney.



O senador Nelson Carneiro, presidente do Congresso, passa em revista à tropa militar. Nelson, ainda nos tempos de MDB, foi o autor do projeto do divórcio.





Em 1º de fevereiro de 1987, após longa batalha do PMDB, instala-se no Congresso a Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Ulysses Guimarães. Nas fotos acima, o presidente José Sarney chega ao plenário da Câmara, aplaudido pelos parlamentares e o encontro no Salão Negro de vários setores da sociedade. Ao lado, Doutor Ulysses com Affonso Arinos, Bernardo Cabral, Mauro Benevides e outros parlamentares.





# A Constituinte

Ao chegar ao poder, o PMDB cresceu e fortaleceu-se no quadro político brasileiro. Perdeu integrantes para os partidos de esquerda que, em 1985 saíram da clandestinidade por decisão do presidente Sarney: PCB, PC do B e PSB. Na disputa municipal, o partido cresceu ainda mais. A derrota significativa foi em São Paulo, onde o ex-presidente Jânio Quadros bateu Fernando Henrique Cardoso na briga pela Prefeitura paulistana. As capitais passavam a ter eleições

regulares. Era a democracia se espalhando como uma onda por todo país.

O então ministro da Fazenda Dilson Funaro tentou estancar a sangria da inflação. Lançou o Plano Cruzado, um sucesso estrondoso no início. O cenário positivo obtido sob o governo de Sarney alavancou o partido nas urnas. O PMDB venceu fácil as eleições de 1986. Elegeu 22 dos 23 governadores, somente Sergipe ficou com a oposição.

Foram vitoriosos Flaviano Melo (AC), Fernando Collor (AL), Amazonino Mendes (AM), Waldir Pires (BA), Tasso Jereissati (CE), Max Mauro (ES), Henrique Santillo (GO), Epitácio Cafeteira (MA), Carlos Bezerra (MT), Marcelo Miranda (MS), Newton Cardoso (MG), Hélio Gueiros (PA), Tarcísio Buruti (PB), Álvaro Dias (PR), Miguel Arraes (PE), Alberto Silva (PI), Moreira Franco (RJ), Geraldo Melo (RN), Pedro Simon (RS), Jerônimo Santana (RO), Pedro Ivo (SC) e Orestes Quécia (SP).



O gigantismo trouxe divisões internas. O Plano Cruzado não conseguiu conter a crise econômica por muito tempo. Com o congelamento de preços, produtos sumiram das prateleiras dos mercados. Consumidores começaram a cobrar. Surgiram os “fiscais do Sarney”. A Polícia Federal fez operações para buscar gado em pastos, diante da escassez de carne para o povo. A inflação acelerou. O governo parou em meio à baixa popularidade.

A Assembleia Constituinte (1987/1988) debatia a criação do novo Estado, com lobbies e confrontos entre o velho Brasil e os sonhos de uma democracia plural e democrática. Os direitos eram profusamente colocados na pauta. Foram 2,9 mil anteprojeto, 66 mil emendas e 2,4 mil projetos debatidos em reuniões que entravam pela noite e chegavam ao raiar do dia seguinte muitas vezes. Somente os cinco principais jornais impressos publicaram 13,4 mil reportagens ou análises sobre a assembleia.

Neste processo, novas caras representavam os brasileiros pelo PMDB. Nelson Jobim foi responsável pelos trabalhos de sistematização do texto, cuja relatoria era de Bernardo Cabral. O ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, deputado Michel Temer, era um dos novatos de destaque, assim como o senador José Fogaça. Entre as mulheres do PMDB, estavam Abigail Feitosa, Cristina Tavares, Márcia Kubitschek, Raquel Capiberibe, Rita Camata e Rose de Freitas, demonstrando maior presença feminina na política. O cidadão tornou-se central nos debates, as garantias procuraram evitar o retorno de regimes de exceção. A reação conservadora veio através do “Centrão”, grupo que procurava frear os movimentos mais à esquerda.





O deputado Dante de Oliveira, à esquerda, que empregara seus esforços no projeto Diretas Já, agora se entrega à elaboração da nova Constituição. Na página oposta e na foto acima, o Congresso Nacional virou cenário de manifestações cívicas.



Os gaúchos Ibsen Pinheiro e Nelson Jobim foram, à época, presidente da Câmara e redator da nova Carta.

O jurista e deputado amazonense Bernardo Cabral foi o relator da Constituinte.



O PMDB rachou definitivamente quando debateu o alargamento do mandato de cinco anos para o então presidente Sarney. Os constituintes propunham limitar os mandatos em quatro anos, inclusive para Sarney, que reivindicava um ano a mais. A principal vertente contrária ao maranhense estava aglutinada em torno do Movimento de Unidade Progressista – MPU. Em 1988, esse movimento gerou o Partido da Social Democracia Brasileira, dissidência do PMDB.

Isso não impediu que os avanços ocorressem

em outras áreas. Em 5 de outubro de 1988, é promulgada a Constituição Cidadã. O novo Estado democrático era realidade. No fim desse momento histórico, Ulysses decretou: “Eu tenho ódio e nojo à ditadura”. E finaliza com o sentimento da transformação. “A nação quer mudar. A nação deve mudar. A nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: mudar para vencer. Muda Brasil!”, discursou ao fim dos trabalhos da Constituinte.

No Palácio, Sarney busca imprimir sua marca no governo: tudo pelo social. Lança programas para diminuir a mortalidade infantil e dar alimento aos mais pobres. Ambos são fundamentais para a transição e para consolidar a democracia.

Apesar da vitória eleitoral e dos antigos sonhos postos em prática, a economia continuava sem encontrar o caminho para o crescimento e desenvolvimento. O Cruzado fracassou, o Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão não obtiveram êxito. Ministros caíam, foram substituídos sem

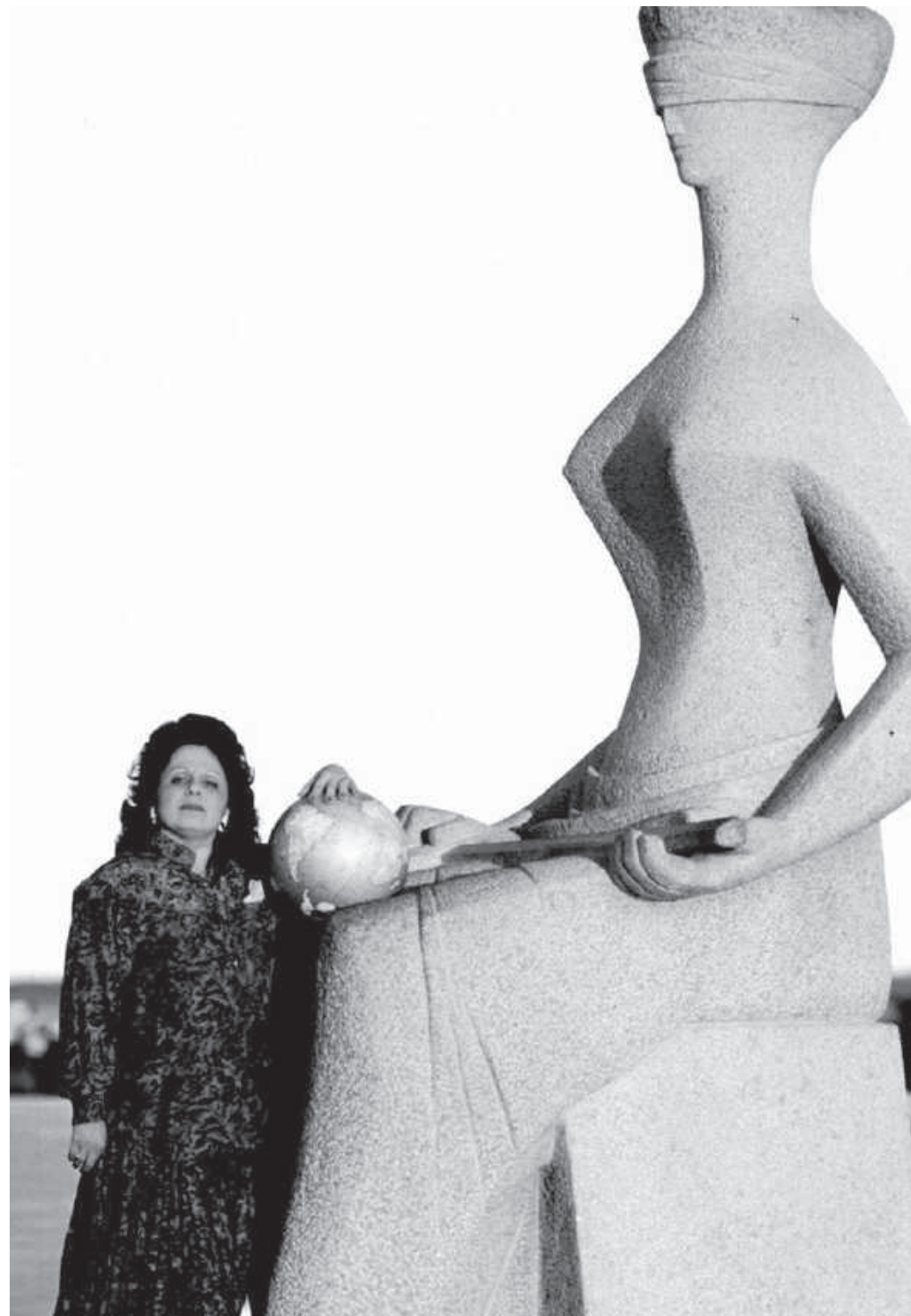


Ao final de 24 meses, e depois de muito trabalho, por fim a Assembleia Nacional da Constituinte dá sua tarefa como cumprida. No dia 2 de setembro de 1988, o plenário faz festa para comemorar a nova Carta brasileira. Ao lado, Ulysses Guimarães preside uma das sessões acompanhado por Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena e Bernardo Cabral. Na página oposta, Ulysses Guimarães com exemplar número 1 da nova Constituição.





que o drama econômico se resolvesse, e o Brasil entrou em moratória com os compromissos da Dívida Externa. Vidraça no poder, o PMDB é alvo das pedradas dos adversários. Em 1988, das 75 prefeituras nas maiores cidades brasileiras, o PMDB comandava apenas 20. Foi nesse cenário que se disputou a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. A República já era chamada de velha. Ulysses, o principal nome de toda a História do PMDB, é candidato natural do partido à postulação, apesar de resistências internas. Sobre ele, jogou-se todo o peso da desilusão com a liberdade democrática sem solução para os dramas econômicos.



Após os 21 anos do regime militar, o povo brasileiro voltava às urnas para escolher seu presidente com eleição direta. Vinte e dois concorrentes se apresentaram visando o Planalto. Entre eles, a primeira mulher a concorrer ao cargo no Brasil, Livia Abreu. Além dela, Éneas Carneiro, Leonel Brizola e Fernando Lyra, Fernando Gabeira, e o desconhecido Paulo Gontijo. E até o apresentador de TV Sílvio Santos que, poucos dias antes do pleito, teve sua candidatura rejeitada pelo TSE. Na página da direita, Ulysses novamente foi candidato, desta vez tendo como companheiro de chapa, o baiano Waldir Pires.



# Eleição Direta e Impeachment

Sem nomes naturais à sucessão de Sarney, uma profusão de partidos lançou o maior número de postulantes à Presidência da República da História brasileira em 1988. Ulysses, Leonel Brizola, Aureliano Chaves, Mário Covas, Paulo Maluf e outros veteranos da política veem dois novatos assumirem o favoritismo e disputarem o segundo turno num ambiente de renovação de lideranças. Ulysses obtém pouco mais de três milhões de votos, 4,73% do total, tragado pela impopularidade do governo Sarney e pelo desgaste de ser

identificado com o passado numa eleição que buscava o novo. Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva se batem pelo Palácio. Lula despreza o apoio do velho Ulysses. Collor vence com discurso agressivo em seu PRN, Partido da Renovação Nacional. Os descamisados foram usados como pano de fundo de Collor para enfrentar os marajás da política. Seu discurso agradou.

Collor assumiu o comando do país, sequestrou a poupança e o dinheiro depositado pelos brasileiros

no sistema bancário. A inflação que chegara a incríveis 80% ao mês no fim do governo Sarney, é o alvo central. O radicalismo das medidas não funciona. O país entra em transe, com Collor correndo pelas ruas de Brasília em alta velocidade. Cedro, novos personagens vão surgindo no noticiário político. A família do presidente, os amigos e o tesoureiro da campanha, Paulo César Farias são novidades intrigantes. O presidente adorava desfilhar camisetas com frases, voar em jatos, navegar em jetsky no Lago Paranoá.



As cenas são modernas na superfície, mas nas profundezas da Casa da Dinda, onde Collor morava, havia algo de podre sob seus jardins. Escândalos surgem em cascata nas páginas das principais revistas e jornais do país. Denunciado pelo próprio irmão caçula, Pedro, o presidente fica acuado. Sem base parlamentar, acaba isolado. No Congresso, o impeachment passa a ser a saída para retirar o país do imobilismo e punir os casos de corrupção.



O PMDB estava fora do governo, e internamente passa por mudanças: o ex-governador Orestes Quércia é escolhido para a Presidência do partido em 1991, durante Convenção Nacional. Após a derrota de Ulysses, a fatura chegava na cobrança por renovação no comando da legenda. O timoneiro foi deixado ao relento, e se recolheu com dignidade.

O partido não tinha compromissos com o presidente, mas presente a tempestade se avolumando no horizonte. Na hora de tormenta, os políticos e analistas procuravam um porto seguro. Ulysses renascia como conselheiro a ser ouvido. A primeira reação dele sobre a CPI do PC, para investigar o tesoureiro Paulo César Farias e seu esquema, foi de cautela. Lembrava que todos



sabiam o início da história, mas ninguém via o seu final. Mas o volume de denúncias levou o peemedebista a conduzir o partido à vanguarda do movimento de afastamento do presidente. Em resposta, Collor disse que o ex-presidente do PMDB estava senil. “Sou velho, mas não sou velhaco”, respondeu o doutor Ulysses.

Na rua, estudantes pintaram a cara para pedir o impeachment. Collor apelou para não ser deixado só, e apelou ao patriotismo verde amarelo do povo. O luto se manifestou no sete de setembro: o Brasil vestiu-se de preto. A sociedade cobrou a deposição do presidente. O vice de Collor era um velho integrante do MDB, o mineiro Itamar Franco. Em torno dele, começaram conversas para a formação de um novo governo.

O presidente da Câmara Ibsen Pinheiro aceita representação contra Collor, e a Casa aprova a abertura de processo de impedimento em 29 de setembro de 1992, com 441 votos favoráveis e apenas 33 contrários. Em 2 de outubro, o presidente é afastado do cargo e viria a ser condenado pelo Senado comandado por Mauro Benevides em 30 de dezembro, por 76 votos contra 3.





Sarney passa a faixa presidencial para Fernando Collor, cujo vice era o senador mineiro Itamar Franco. Após denúncias, Collor sofreu impeachment. O então presidente do Supremo, Sydney Sanches acolhe o processo de cassação do presidente eleito.

Na página oposta, o marketing entra nas campanhas. Boris Casoy foi o mediador do lendário debate entre Collor e Lula. E a apresentadora Marília Gabriela, entre Luiz Inácio Lula da Silva, Mário Covas, Ronaldo Caiado, Afif Domingos e Paulo Maluf. O ex-vice de Figueiredo, Aureliano Chaves, também foi candidato. Mas não obteve sucesso. E a jornalista Silvia Poppovic no estúdio de tevê com Ulysses Guimarães.





Ulysses Guimarães, que fora “presidente da oposição”, da Câmara dos Deputados e da Constituinte, agora assumia a presidência da República por dois dias, no lugar de Sarney, em viagem a Nova Iorque, para sessão de abertura da Assembleia Geral da ONU.

Doutor Ulysses Guimarães, no Salão  
Nobre do Congresso Nacional.



Ulysses Guimarães. Congresso Nacional, na primeira semana de outubro de 1992, poucos dias antes de seu desaparecimento.





# O Mar Leva o Timoneiro Ulysses

Ulysses visita Angra dos Reis com sua esposa Mora, o amigo Severo Gomes e sua esposa Anna Maria. Ao deixarem a cidade, em 12 de outubro, o helicóptero em que estavam cai no mar. Ulysses desaparece. Seu corpo jamais foi encontrado. Em meio ao caos, o país perde uma luz a que a nação já se acostumara seguir nos momentos de graves crises. A emoção toma conta do país e chora a perda do homem que dedicou toda sua vida à democracia.

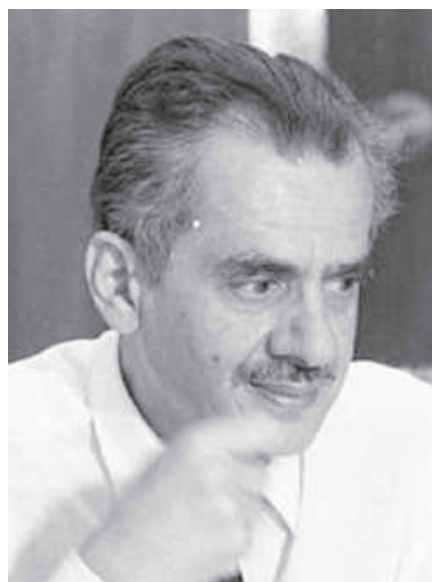




Ulysses Silveira Guimarães

★ 16/10/1916 † 12/10/1992

Com a saída de Fernando Collor, o vice Itamar Franco torna-se presidente. Recebe o apoio dos parlamentares e governadores de seu partido, como Pedro Simon, Luiz Antônio Fleury, Henrique Santillo e Antonio Britto. Itamar convida para seu ministério Fernando Henrique Cardoso, Luiza Erundina e Roberto Freire.



# Compromisso com a Governabilidade



O PMDB decide apoiar a transição do governo Itamar no grave momento de crise que assola o país. Suas lideranças são fundamentais para assegurar a governabilidade. O gaúcho Pedro Simon é um dos líderes e conselheiros do novo presidente, assim como Antônio Britto, ministro da Previdência. Os tucanos também se alinham na defesa de uma passagem até a estabilidade de uma nova eleição. Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério das Relações Exteriores. O país mergulha em nova crise política com a CPI do Orçamento, revelando um esquema de corrupção que devastou a Câmara dos Deputados numa sanha de denúncias que abateu grandes lideranças. Durante as investigações, 37 parlamentares foram citados. Alguns até injustamente, como foi o caso do ex-presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, cujo caso só foi

esclarecido anos depois, quando sua inocência acabou confirmada. Durante o processo, deputados e senadores se viram acossados pelas revelações de envolvimento no desvio de dinheiro público. O baiano João Alves ficou famoso ao justificar o dinheiro que amealhou pela sorte em jogos de azar. Renunciou ao mandato, assim com outros três parlamentares. Outros seis foram cassados. O ano de 1993 manteve o escândalo na pauta política.

O governo Itamar não conseguia debelar a inflação no seu início. A carestia continuava. A sucessão de 1994 continuava no horizonte. Era preciso um presidente capaz de solucionar o drama na economia brasileira. O então ministro Antônio Britto era o favorito de Itamar. Mas ele prefere disputar o governo do Rio Grande do Sul. Orestes Quércia e José Sarney se movem como alternativas no

PMDB. Na oposição, Lula, do PT, aparece como grande favorito.

Dentro do governo, ocorrem mudanças. Depois de vários ministros da Fazenda, Itamar delega o poder a Fernando Henrique Cardoso e o nomeia para comandar a economia brasileira. Ele coordena um grupo de economistas de renome nacional para formular um plano para derrotar a inflação. E consegue obter a primeira vitória em anos. Lançado o Plano Real, a Unidade Real de Valor (URV) faz a transição para uma nova moeda e retira a indexação e a expectativa de aumentos da agenda diária. O dragão da carestia é domado. Fernando Henrique ganha credibilidade e sua conquista o joga dentro da sucessão presidencial mudando completamente os rumos políticos até então vislumbrados para 1994.



Itamar Franco, à frente da presidência da República, e Fernando Henrique do Ministério da Fazenda lançam o Plano Real.

Com FHC presidente: Renan Calheiros, Michel Temer e Eliseu Padilha. E, ainda, Aluisio Alves e o economista Andrea Calabi. À esquerda, Orestes Quéricia, derrotado na eleição de 1994.

Na página da direita, Itamar Franco e o então ministro Fernando Henrique.

# O Plano Real

O comando do PMDB era exercido por um dos seguidores de Ulysses, o catarinense Luiz Henrique da Silveira, escolhido presidente do partido em 1993. Internamente, quem domina a convenção para indicar o candidato é Orestes Quércia. Ele é o nome do partido para disputar a Presidência, mas não obtém o apoio de Itamar, o grande eleitor do país naquele momento. Cavalgando no real e em grande aprovação popular, o mineiro catapulta Fernando Henrique Cardoso. O sucesso de Itamar atropela Lula e ele faz seu sucessor ao Palácio do Planalto no primeiro turno da eleição. O sociólogo paulista é eleito com o apoio do PFL. Quércia amarga o quarto lugar na disputa, com percentual semelhante ao de Ulysses cinco anos antes.

O PMDB elege 103 deputados, 23 senadores e nove governadores. Tem força congressual, mas se divide sobre o apoio ao governo Fernando Henrique, que traz uma agenda de reformas estruturais intensa para a agenda política. Essas propostas jogam no palco político uma nova leva de lideranças peemedebistas que iriam marcar os anos seguintes do PMDB: Michel Temer, Eliseu Padilha, Moreira Franco, Geddel Vieira Lima, Renan Calheiros, Jader Barbalho, entre outros são nomes que estarão no comando dos rumos do partido nesta fase de consolidação da democracia brasileira pós-Constituinte. Na presidência do PMDB, o cearense Paes de Andrade finca pé na oposição ao governo, mostrando a velha garra de Autêntico. Ele vencera apertada disputa para o comando da legenda em 1995.

Pela sua grande expressão parlamentar, o PMDB acaba sendo chamado pelo presidente para

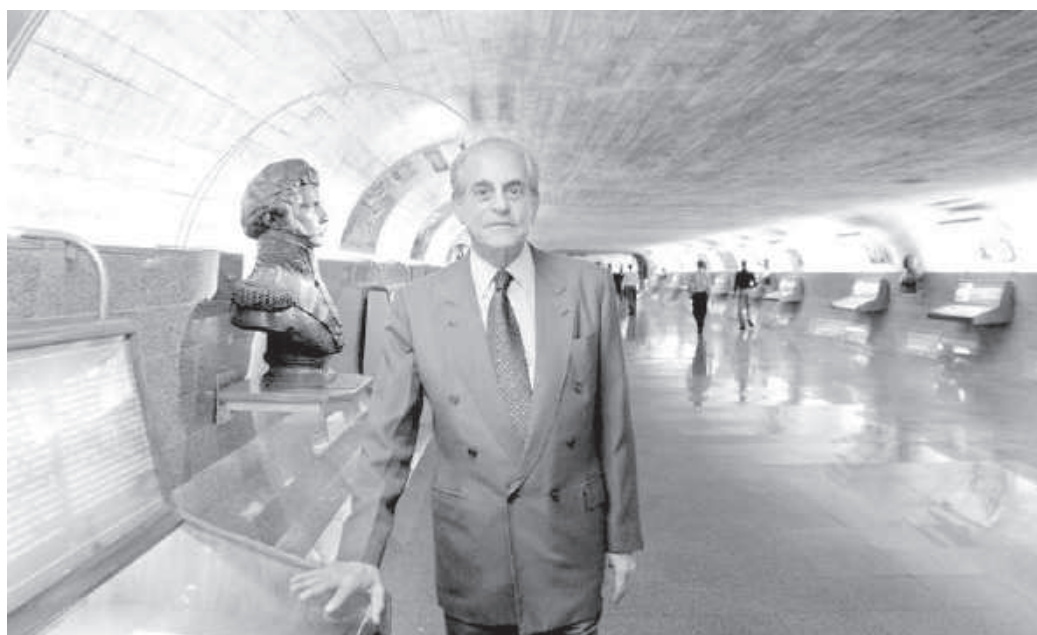


auxiliar na tarefa de reformular a estrutura do Estado e consolidar o Plano Real, que estabilizou a economia e debelou a inflação. Novos conceitos de empresa nacional, reforma administrativa, reforma da previdência, lei de responsabilidade fiscal, reformulação do sistema financeiro nacional e da reestruturação das dívidas dos entes federados ocuparam a pauta do Congresso e do governo. Moreira Franco é relator da reforma administrativa, que muda as relações internas da máquina pública. Na previdência, só se chegou ao consenso depois de Michel Temer assumir a

relatoria da matéria e costurar acordo político.

O PMDB foi convidado a participar do ministério de Fernando Henrique. Entrou com a missão de implementar a melhoria de serviços públicos. E o fez como, por exemplo, adotando o regime de concessão de rodovias federais à iniciativa privada, ação coordenada por Eliseu Padilha no Ministério dos Transportes. A privatização era uma das marcas do governo do tucano, que modernizou o sistema de telecomunicações do país de forma acentuada.

Pedro Simon e Maguito Vilela e o retrato de Ulysses Guimarães na parede. Ramez Tebet, Renan Calheiros, Gerson Camata, Valdir Raupp, Carlos Bezerra, Garibaldi Alves e Ronaldo Cunha Lima.  
Página da direita: Michel Temer, presidente da Câmara e Jader Barbalho, do Senado.



# Novos Nomes no PMDB

Na Presidência da Câmara a partir de 1997, Michel Temer foi fundamental para assegurar uma agenda de modernização do Brasil proposta pelo governo federal. Em 1998, o PMDB elege novo presidente, o senador Jader Barbalho. E expõe sua divisão em uma convenção para escolher o candidato da legenda ao Palácio do Planalto, de onde Fernando Henrique articulava a aprovação de emenda constitucional permitindo sua reeleição. Era o candidato de uma ala do partido. Do outro lado do ringue, o ex-presidente Itamar Franco queria tentar retornar ao poder e ameaçava o tucano. O PMDB não conseguiu decidir que rumo tomar. Ficou sem candidato e sem apoiar Fernando Henrique. Mas retirou do páreo uma ameaça real de derrota do governo: Itamar tinha potencial para mudar os rumos da sucessão. Sem ele, o adversário foi o petista Lula unido a Leonel Brizola, dois adversários que se juntaram para tentar barrar a reeleição. A união não agradou ao eleitorado, que preferiu continuar a apostar no governo que já conhecia. Fernando Henrique foi reeleito.

1999 começou com a desvalorização do real frente ao dólar. Valorizado estava o PMDB do Congresso. Michel Temer foi reeleito para mais dois anos no comando da Câmara dos Deputados.



Usando habilidade de agregar diversos partidos, desengavetou projetos como o código civil, a reforma tributária e a limitação das medidas provisórias, e tudo isso com o eleitor podendo fiscalizar melhor os trabalhos dos parlamentares pela internet, pela TV e pelo rádio, instrumentos de melhor comunicação criados na gestão de Temer para melhorar a transparência das ações da Câmara dos Deputados.

Lideranças próximas ao governo, Temer e Jader facilitam o diálogo com o Palácio do Planalto e uma agenda de reformas. Do Congresso, essa relação se espraia para o campo partidário. A aliança mais forte entre PMDB e PSDB afasta o PFL. Jader Barbalho é eleito Presidente do Senado e o deputado Aécio Neves, do PSDB, Presidente da Câmara. Michel Temer deixa a Presidência da Câmara e é eleito presidente do PMDB, começando seu primeiro mandato.

No Senado, turbulências internas mudam a rotina da casa que havia sido definida por Darcy Ribeiro como um paraíso, só que um pouco melhor porque não se precisa morrer para se chegar lá. Pela primeira vez na República, um senador fora cassado, Luiz Estevão. A violação



do painel eletrônico dessa votação causou a renúncia de outros e um processo de debate interno e confronto entre PFL e PMDB em seus principais nomes. Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho acabam caindo num processo de autofagia senatorial e deixam a Casa.

A crise econômica se robustece com uma série de países dançando à beira do precipício financeiro. As crises em série nos anos de 1990 deixam marcas na Coreia, Rússia, México, Argentina e, inevitavelmente, afetaram o Brasil. E o mundo assistiu à destruição das torres do World Trade Center, em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001. Era um mundo partido.

Na seara interna, o Brasil se preparava para a sucessão de 2002. Sem uma candidatura própria aglutinadora, o PMDB passou a avaliar alternativas. Temer reuniu em torno de si as principais lideranças peemedebistas para definir o rumo do PMDB na disputa presidencial. Com os vínculos com o PSDB aprofundados, o partido decide apoiar a candidatura do senador José Serra, do PSDB de São Paulo. Candidato, ele adota partes do discurso do PMDB, o mesmo tom na defesa da área social. Em 15 de junho de 2002, o partido ratifica em Convenção Nacional a decisão de se coligar com o PSDB para disputar a Presidência da República, com Rita Camata de vice. Durante o processo eleitoral, a divisão do partido se manifestou, com alguns peemedebistas apoiando o petista Luiz Inácio Lula da Silva, eleito presidente ao fim da disputa pelo cargo mais importante do país. Lula presidente contara com o apoio explícito de Sarney. A era da primazia da agenda social estava de volta.

O presidente José Sarney e a filha Roseana, senadora, e o filho Sarney filho, deputado. José Maranhão, da Paraíba. Amir Lando, de Rondônia. Temer com os candidatos a presidente José Serra e Rita Camata. E com Pedro Simon, José Alencar e Joaquin Roriz. Na página da direita com o Papa João Paulo II.





# Agenda Social

O senador José Sarney (AP) foi eleito, em 2003, presidente do Senado Federal, cargo que ocupou por mais três vezes até anunciar que não disputaria mais eleições em 2014. Na liderança da bancada da Câmara dos Deputados despontou Eunício Oliveira, um dos parlamentares cearenses mais votados em 2002 para a Câmara dos Deputados. No Senado, o alagoano Renan Calheiros foi mantido no comando da bancada, de onde revezaria com Sarney o comando do Senado desde esses anos iniciais. Essa tríade oferecia apoio fundamental a Lula.

Institucionalmente, o PMDB se aproximou lentamente do governo. Primeiro, apoios pessoais e, pontualmente, de acordo com agenda política de forte conotação social. Depois outros peemedebistas foram consolidando relação formal. Ministros foram indicados: Eunício Oliveira para Comunicações e Amir Lando para Previdência. O governo coloca como objetivo o fim da fome no Brasil. E lança programas. Primeiro patina com o Fome Zero, preliminar do Bolsa Família, este sim de grande sucesso. A agenda social é harmonizada com a responsabilidade fiscal, com a qual o presidente Lula havia se comprometido durante a campanha de 2002, na “carta ao povo brasileiro”. Com esses dois pilares, Lula imprime ritmo surpreendente de ações voltadas para o controle de contas. A reforma da previdência e outros mecanismos de ajuste de gastos (superávit até maior do que o esperado pelo mercado) funcionam para mudar avaliação pessimista dos investidores internacionais.

Lula obtém sucesso, apesar do escândalo do mensalão denunciado por Roberto Jefferson, presidente do PTB e aliado do governo Lula. Segundo o trabalhista, o governo pagava por apoio no Congresso.

Em 2006, impulsionado pelo bolsa família, Lula bate Geraldo Alkmin do PSDB na disputa pelo Palácio do Planalto. O PMDB assiste o conflito rachado; algumas de suas lideranças que estavam com o governo de Lula evitaram o lançamento de candidatura depois de prévia que indicou para a disputa Anthony Garotinho, vencedor do confronto com o gaúcho Germano Rigoto. Essa prévia mobilizou cerca de 15 mil peemedebistas em todo país. Entretanto, o nome não vingou e o PMDB se dividiu na eleição. Em novembro de 2006, o reeleito Lula chama o PMDB para ingressar formalmente na aliança de governo. O partido leva sete pontos programáticos e fecha acordo com o Palácio do Planalto pelas mão de Michel Temer, presidente da legenda. O partido cobrou



crescimento econômico de 5%, reforma política, reforma tributária, fortalecimento da federação entre outros. Os pontos foram aceitos e o partido entrou formalmente na base aliada do governo federal, indicando vários nomes para o primeiro escalão.

Com o PMDB funcionando como pilar de sustentação, juntamente com o PT, Lula consegue grande estabilidade no segundo mandato na seara política. Seu governo obtém diversas vitórias e grande tranquilidade institucional no Congresso. Em torno do governo, situam-se Renan Calheiros e José Sarney funcionando como algodão entre cristais no Senado. Além disso, eles promovem

uma série de modernizações na Câmara Alta. Na Câmara, Michel Temer e Henrique Eduardo Alves conduzem os trabalhos do PMDB para assegurar a maioria ao governo e a aprovação das medidas necessárias. Depois de apoiar o PT para a Presidência da Câmara, chega a vez do PMDB. Michel Temer é eleito pela terceira vez para comandar a Casa. Sarney também comandará o Senado num terceiro mandato.

Várias lideranças que haviam chegado ao poder com o PT foram abatidas no momento em que partido se torna hegemônico, mas também é envolvido em escândalos. Neste período, Temer é reeleito mais uma vez presidente do PMDB. Na Câmara, ele inicia sua gestão com a pauta travada pelas Medidas Provisórias, fenômeno existente desde a Constituição de 1988, onde o Palácio do Planalto controlava a agenda política do Congresso. Ao reinterpretar a Constituição, demonstrando que as MP's só poderiam trancar a pauta das matérias sobre as quais podem legislar, Temer abre a agenda do Parlamento para outras matérias e recupera a prerrogativa do Congresso, reequilibrando o jogo de poder na Praça dos Três Poderes. O Congresso comandado pelo PMDB aprova a Lei do Ficha Limpa e a Lei de Acesso à Informação, fundamentais para a transparência e “accountability” da relações do setor público com o cidadão. Pela atuação destacada, Temer passa a ser o principal nome da legenda para compor a chapa à sucessão do governo Lula. A preferida do presidente é a ministra chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, uma técnica de perfil discreto e pouco afeita aos meandros da política em Brasília. Dilma, presidente, e Temer, vice, consolidam a aliança tecida por PT e PMDB. A força do governo aliada à capilaridade das lideranças regionais peemedebistas davam segurança para alcançar a vitória.

Em evento oficial, Lula da Silva recebe lideranças políticas enaltecendo a unidade da sigla ulyssista, ao lado. Embaixo, o Presidente Lula recebido na residência de José Sarney por lideranças partidárias.



# Na Chapa Presidencial

Formalizada, a chapa encabeçada por Dilma enfrentou José Serra, candidato pelo PSDB em 2010. Depois de campanha onde ficou evidente a preferência pela continuidade das políticas públicas aprovadas pela população, a chapa Dilma/Temer é eleita. E isso apesar dos efeitos da crise internacional de 2008, que devastou a economia dos Estados Unidos da América e abalou os mercados internacionais em todos continentes. No Brasil, o efeito se acentuou a partir de 2011.

O governo formal de PT/PMDB expôs o conflito de representação ideológica de ambos os partidos: a esquerda mais radical petista e os peemedebistas mais ao centro e/ou conservadores tinham dificuldade de concordar

com as mesmas teses. O PT dava as cartas no Executivo, mas no Legislativo a força estava com o PMDB, que liderava vários partidos da base aliada do governo. Exemplo do primeiro choque: o novo código florestal enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso. No PT, a agenda da defesa ambiental prevalecia, segundo as diretrizes da proposta. O PMDB sempre teve nos proprietários rurais uma base eleitoral sólida, e queria mudanças no projeto para atender ao agronegócio. Foi preciso negociação e habilidade para contornar os problemas, assim como em outras matérias importantes como o novo marco regulatório dos portos. Emerge desses enfrentamentos o deputado Eduardo Cunha (RJ), afeito a disputas mais aguerridas. Ele se torna referência no enfrentamento ao governo na

Câmara, onde o líder Henrique Eduardo Alves constrói um caminho mais ameno com base e acordos. E se fortalece para a Presidência da Câmara, cargo para o qual foi eleito em 2013. No Senado, Valdir Raupp, Renan Calheiros, Eunício Oliveira e Romero Jucá são paradigmáticos para as conversas políticas e discussão de matérias legislativas.

As diferenças entre PMDB e PT não impediram a manutenção da aliança no plano eleitoral para 2014, mesmo que com menos apoio e mais críticas do que na primeira convenção que ratificou a coligação: em 2014, foram 59,9% dos peemedebistas apoiando a reedição da dupla Dilma/Temer. Queda de mais de 20% no apoio interno. O desgaste de convivência como PT e a falta de reconhecimento do PMDB dentro da relação de governo pela presidente Dilma minaram a aprovação do projeto conjunto.

Novamente a eleição foi uma polarização do PT contra o PSDB, desta vez personalizado por Aécio Neves, neto de Tancredo. Depois de um árduo segundo turno, Dilma venceu com pequena diferença. Temer se manteve na Vice-Presidência. A relação entre PT e PMDB chega a um ponto de redefinição.

O agravamento da crise econômica e as dificuldades nas relações políticas obrigam o governo a buscar ajuda fora de seu terreno natural. Primeiro, Dilma nomeia para o Ministério da Fazenda um representante da linha ortodoxa, Joaquim Levy. Ele elabora ajuste fiscal amargo, que necessita de negociação e grande apoio para ser aprovado no Congresso, justamente a mercadoria que estava em falta no PT e no núcleo palaciano mais próximo da presidente.





Ao alto, Eliseu Padilha e a senadora Iris de Araújo Rezende.

Ao lado, Temer fala aos sindicalistas.

Na página da direita, o encontro de Michel Temer, José Sarney, Amir Lando e Aldo Rebelo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Planalto. E ainda, Temer e Henrique Alves, com o governador Germano Rigotto e o ministro Guido Mantega, em audiência na Câmara.



Ela então apela para o vice-presidente Michel Temer, que reúne a cúpula do PMDB: o presidente do Senado Renan Calheiros, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o ex-presidente José Sarney, ministros e líderes para debater as medidas. Há o apoio, mas há também cobranças de mais diálogo do governo com o Legislativo.

Em quatro meses, Temer consegue que o Congresso aprove três medidas provisórias e um projeto de lei que compunham as medidas apresentadas pela Fazenda. A principal resistência viera de integrantes do próprio PT e de setores do governo. O custo principal da aprovação é a revelação das diferenças de visão do PMDB e PT sobre os rumos do país. Peemedebistas cobram mudanças, mas o governo não consegue formular nenhuma alteração na administração da economia.

A crise se agrava, intensificada pelo escândalo das revelações da operação Lava Jato, envolvendo diversos partidos no esquema de desvio de recursos da Petrobras.





Henrique Alves preside sessão da Câmara Federal. Dilma Rousseff com aliados do PMDB. Cerimônia no Palácio do Planalto. Ministra Dilma Rousseff, o senador José Sarney e o presidente Lula da Silva. Michel Temer, Geddel Vieira Lima e Roseana Sarney.

Página oposta: Michel Temer na convenção do partido; com o Papa Francisco, e com o presidente dos Estados Unidos Barack Obama.



# Pontes para o Futuro

O PMDB trabalha para reunificar o país e lançar bases para que o Brasil saia do grave atoleiro em que se encontra. Renan Calheiros, Eunício Oliveira e Romero Jucá unem os senadores do partido e da base aliada em torno da Agenda Brasil, com propostas objetivas de mudanças legais para gerar reação dos setores produtivos.

A crise econômica de 2015 é recorde. Pelo segundo ano há queda do PIB. Diante do imobilismo político de vários setores políticos, a Fundação Ulysses Guimarães, comandada por Moreira Franco, lança documento surpreendente: “Uma ponte para o futuro”, proposta ousada, que busca fazer transformações profundas na estrutura do Estado brasileiro e propõe criar condições para o Brasil encontrar crescimento sustentável, sólido e com capacidade de se amplificar para os vários setores sociais do Brasil. O partido passa a liderar os debates propositivos para encontrar as soluções para os problemas crônicos nacionais.

As propostas elaboradas ao debate interno têm o objetivo claro de iniciar a discussão sobre programa de governo para o país, que será consolidado na candidatura presidencial de 2018. Mais uma vez, o PMDB se afina com os anseios do povo para buscar novos caminhos que permitam o reencontro com o progresso, com a ordem e o crescimento.

Michel Temer é reeleito pela sexta vez para presidir o PMDB em março de 2016 com 96% dos votos dos convencionais.



# Convenção Nacional do PMDB 2016







A grande convenção de 2016, em Brasília, teve presença maciça de filiados, militantes e líderes do PMDB.

## O Desafio da Candidatura Própria

Há cinco eleições que o PMDB não tem candidato a presidente da República, lá se vão mais de 21 anos. A última vez foi em 1994, com Orestes Quércia, ex-presidente do partido, ex-governador de São Paulo e ex-senador da safra de 1974, a eleição que provocou o primeiro abalo no regime dos generais de 1964.

Quércia, morto em 2010, teve a mesma sorte de Ulysses Guimarães, o timoneiro da redemocratização, cinco anos antes, na primeira eleição direta para presidente da República, após 25 anos de regime autoritário. Até nos percentuais de votos obtidos os dois candidatos foram parecidos. Ambos tiveram 4% dos votos. Foram diferentes apenas na fração. Esse, evidentemente, não é o tamanho do PMDB, os dois foram vítimas da conjuntura.

O Dr. Ulysses foi abatido num momento histórico singular de desejo do eleitor de renovar a política e os políticos; Quércia e o discurso desenvolvimentista que norteou sua campanha foram simplesmente atropelados pelo Real, o plano que deu um fim ao flagelo da superinflação. Enquanto falou a mesma linguagem do eleitor, o PMDB cresceu, e foi derrotado quando perdeu a sintonia com as ruas.

Desde então o PMDB deixou de privilegiar as candidaturas a Presidente da República, muito provavelmente pela falta de um nome capaz de unificar o partido e suas fortes



***O partido, sem dúvida,  
é um sucesso  
congressual. É o epicentro  
da governabilidade.***

seções estaduais. Na prática, do ponto de vista nacional, tornou-se uma sigla congressional, uma espécie de fiel da balança da estabilidade política.

Com o passar do tempo, na realidade, transformou-se praticamente em um sinônimo de governabilidade para os presidentes do PSDB e do PT que se revezaram no Palácio do Planalto desde 1994. Se nos anos 1970 e até meados dos anos 1980 a marca que caracterizou o partido foi a rebeldia vista no combate a uma ditadura brutal, os anos 1990

decididamente transformaram o PMDB, hoje seguramente um partido mais dos “moderados” que dos “autênticos”.

Nos dias atuais, entre os mais jovens, é comum se ouvir perguntar como o PMDB sobreviveu ao regime militar, quando seu antagonista no período, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), se estilhaçou e hoje mal pode ser reconhecida em seu sucedâneo mais próximo, o PP.

A resposta é simples: pelo voto. As ditaduras têm horror ao voto. O voto moldou o caráter do antigo MDB e o PMDB, seu legítimo sucessor.

Um voto em condições adversas, dado a um partido que deveria ser apenas de oposição consentida. Um voto de opinião, de quem não espera em troca a sinecura do poder. Só isso explica o fato de o PMDB ter sobrevivido à cassação de mandato de seus líderes, o regime de terror e o casuísmo das mudanças nas regras do jogo eleitoral para impedir o crescimento do partido.

O PMDB foi um grande partido. Hoje é um partido grande, reconhecido pelo fato de sempre estar no governo, não importa se do PSDB ou do PT. Por falta de nomes ou conveniência eleitoral, abdicou nos anos 1990 de disputar a Presidência da República, em princípio, o objetivo primeiro de uma agremiação política.

Apesar de ter exercido e exercer um papel fundamental na governabilidade dos governos do PSDB e do PT, especialmente nos períodos mais agudos de crise atravessados por ambos,

o fato é que o PMDB está fora do centro nervoso das decisões nacionais — o Palácio do Planalto.

O partido, sem dúvida, é um sucesso congressional. É o palco da governabilidade. Desde 1985, todos os presidentes do Senado — e conseqüentemente do Congresso — foram do PMDB, salvo um breve intervalo entre 1997 e 2001. Nesse mesmo período, o partido presidiu a Câmara pelo menos em nove ocasiões, alternando com outros partidos aliados do PT e do PSDB, sendo duas vezes com Ulysses e três vezes com Michel Temer, o atual vice-presidente da República e presidente nacional do PMDB.

Merece consideração, por outro lado, o fato de o partido perder densidade a cada eleição municipal, ao contrário do que aconteceu com os partidos que sempre apostaram na candidatura própria. Em 1996, o PMDB elegeu 1.295 prefeitos; há quatro anos, na eleição de 2012, foram 1.024. Ainda é o partido de maior capilaridade nacional, mas o empobrecimento nos municípios deve ser analisado com cuidado. Pode ser uma tendência, pois houve perda em quase todas as eleições. Mas se deve observar que, em 2008, o PMDB foi o partido que elegeu mais prefeitos (1.201) e teve a maior votação nos municípios, em todo o país — 18,4 milhões de votos.

O PMDB ainda é o maior partido da Câmara, mas a bancada dos deputados também vem diminuindo. Eram 75 eleitos em 2002;

em 2014 foram apenas 66. Nesse interregno houve um ano excepcional, 2006, quando foram eleitos 89 deputados federais. No Senado, apesar da hegemonia pemedebista no comando da Casa, o número de eleitos também alterna anos entre expressivos e menos ponderáveis. Em 1998 foram 29 senadores eleitos; em 2010, apenas 21.

Nesses 22 anos, desde a candidatura de Orestes Quécia, em 2006 o PMDB parecia firme no propósito de lançar um nome próprio a Presidente. Chegou a promover uma prévia que mobilizou mais de 15 mil pemedebistas.

Ao final, ficou sem candidato. O instituto da prévia saiu chamuscado. Agora o partido volta a falar em disputar a Presidência em 2018. Chegou até a formular um programa, “Ponte Para o Futuro”, que teve enorme repercussão na sociedade e já se acha em sua segunda versão. O desafio do PMDB então é conciliar seus interesses regionais para ter um nome capaz de unir minimamente o partido na próxima eleição presidencial.

A saída é o voto.

***Em 1996, o PMDB  
 elegeu 1.295 prefeitos;  
 há quatro anos, no pleito  
 de 2012, foram 1.024.***







## *M*ichel Temer, Presidente do Brasil

Minha primeira palavra ao povo brasileiro é de confiança. Confiança nos valores que formam o caráter de nossa gente, na vitalidade de nossa democracia, confiança na recuperação da economia nacional, nos potenciais do país, em suas instituições sociais e políticas e na capacidade de que, unidos, poderemos enfrentar os desafios deste momento de grandes dificuldades.

É urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional.

(...)

Temos pouco tempo, mas o suficiente para fazer as reformas que o Brasil precisa. Não falaremos em crise: trabalharemos. O nosso lema é Ordem e Progresso. A expressão da nossa bandeira não poderia ser mais atual.

Peço a Deus que abençoe a todos nós.

A mim, aos congressistas, ao membros do poder judiciário e ao povo brasileiro, para estarmos sempre à altura dos desafios.

E aos brasileiros para que em breve tempo possamos agradecer a Ele pelo trabalho que, a partir de agora, será feito. Muito obrigado e melhores dias para o Brasil.

Trechos do pronunciamento de posse.



COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PMDB

Eleita em 12 de março de 2016

**Presidente:** MICHEL TEMER (SP)

**1º Vice-Presidente:** ROMERO JUCÁ (RR)

**2º Vice-Presidente:** ELISEU PADILHA (RS)

**3º Vice-Presidente:** JOÃO ARRUDA (PR)

**Secretário-Geral:** MAURO LOPES (MG)

**1º Secretário:** GEDDEL VIEIRA LIMA (BA)

**2º Secretário:** LEONARDO PICCIANI (RJ)

**Tesoureiro:** EUNÍCIO OLIVEIRA (CE)

**Tesoureiro Adjunto:** VALDIR RAUPP (RO)

**Vogais:**

MOREIRA FRANCO (RJ)

DARCÍSIO PERONDI (RS)

ÍRIS DE ARAÚJO (GO)

JADER BARBALHO (PA)

ROSEANA SARNEY (MA)

HENRIQUE EDUARDO ALVES (RN)

LELO COIMBRA (ES)

EDUARDO BRAGA (AM)

MAURO MARIANI (SC)

JOÃO HENRIQUE (PI)

JOSÉ MARANHÃO (PB)

RAIMUNDO LYRA (PB)

WALDEMIR MOKA (MS)

**Suplentes**

1 - TADEU FILIPPELLI (DF)

2 - BALEIA ROSSI (SP)

3 - ROSE DE FREITAS (ES)

4 - FERNANDO JORDÃO (RJ)

5 - WELLINGTON SALGADO (MG)

6 - CARLOS BEZERRA (MT)

7 - DULCE MIRANDA (TO)

8 - OLAVO CALHEIROS (AL)

9 - FLAVIANO MELO (AC)

10 - RAUL HENRY (PE)

11 - FÁBIO REIS (SE)

12 - FÁTIMA PELAES (AP)

13 - LÚCIO VIEIRA LIMA (BA)

14 - GABRIEL SOUZA (RS)

**Líder do PMDB na Câmara dos Deputados:**

Dep. LEONARDO PICCIANI (RJ)

**Líder do PMDB no Senado Federal:**

Sen. EUNÍCIO OLIVEIRA (CE)

## **DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

2015/2017

### **Diretor-Presidente**

Wellington Moreira Franco

### **Vice-Presidente de Formação Política**

Ministro Eliseu Lemos Padilha

### **Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais**

Deputado Wellington Coimbra

### **Diretora-Secretária**

Deputada Marinha Célia Rocha Raupp de Matos

### **Diretor-Tesoureiro**

Afrísio Vieira Lima Filho

### **Diretores**

Moisés Nogueira Avelino

Deputado Edson Bez de Oliveira

Deputado Edson Ezequiel de Matos

Senador Waldemir Moka Miranda Britto

Senador Romero Jucá

### **Diretores Suplentes**

Deputado Osmar Terra

Deputada Fátima Pelaes

Deputado Carlos Mauro Cabral Benevides

### **Secretário Executivo**

João Henrique de Almeida Sousa

### **Secretário Executivo Adjunto**

Francisco Carlos Donato Junior

## **CONSELHO CURADOR**

### **Presidente**

1 - Dr. Esacheu Cipriano Nascimento

### **Membros**

2 - Dr. Valdir Raupp

3 - Dr. Michel Temer

4 - Dr. Tadeu Filipelli

5 - Dr. Ronan Tito

6 - Dr. Evandro Mesquita

7 - Dr. Carlos Eduardo Fioravanti Costa

8 - Dr. Adenor Piovesan

9 - Dr. Wolney de Siqueira

10 - Dra. Fatima Pelaes

11 - Dra. Regina Perondi

12 - Dra. Teté Bezerra

13 - Dr. Henrique Pires

14 - Dep. Colbert Martins

15 - Dr. Gleire Belchior de Aguiar Bezerra

### **Suplentes**

1 - Deputado Edinho Araújo

2 - Deputado Eduardo Krause

3 - Deputada Federal Josi Nunes

4 - Deputada Estadual Luzia Toledo

Agradecemos a  
Sua Excelência, o  
militante do PMDB.

**Publicado em agosto de 2016**

ISBN 978-85-99082-24-9

---

Gráfica e Editora Positiva

Endereço: SIG Quadra 08 Lote 2.317 - Brasília-DF - 70610-480

Telefone: (61) 3344-1999 - Email: [gpositiva@gpositiva.com.br](mailto:gpositiva@gpositiva.com.br)



#### Ficha técnica

---

Elsinho Mouco – Diretor/Coordenador Geral

Marcio de Freitas – Idealização/Textos

Orlando Brito – Acervo Fotográfico

Pública Comunicação – Planejamento e Desenvolvimento

#### Fotos

---

Abril Imagens, Acervo FUG, Adão Nascimento,  
Agência Câmara, Agência Estado, Agência Senado,  
Álbuns de família, André Dusek, Arquivo DNP,  
Célio Azevedo, Coleções particulares, Jair Cardoso,  
Jorge Araújo, Josenildo Tenório, Luiz Antônio Ribeiro,  
Natanael Guedes, O Globo, Orlando Brito,  
Revista Brasileiros, Vidal Cavalcante e Wilson Alves.